REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 096 - TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA
3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF
4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER **Ney Suassuna** VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) [5] ..... **LÍDER DO PMDB – 21** **Ney Suassuna** VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) [6] Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	**LÍDER** **Delcídio Amaral – PT** VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB ..... **LÍDER DO PT – 12** **Delcídio Amaral** VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide **LÍDER DO PL – 3** **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas **LÍDER DO PSB – 2** **Antônio Carlos Valadares** VICE-LÍDER DO PSB (vago)	**LÍDER** **José Jorge – PFL** VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL ..... **LÍDER DO PFL – 16** **José Agripino** VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro [2] **LÍDER DO PSDB – 15** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 **Osmar Dias** VICE-LÍDER DO PDT (vago) **LÍDER DO PMR– 1** **Marcelo Crivella**	**LÍDER DO PTB – 4** **Mozarildo Cavalcanti** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi **LÍDER DO P-SOL – 1** **Heloísa Helena**	**LÍDER DO GOVERNO** **Aloizio Mercadante – PT** VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB[1]

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Ronald Cavalcante Gonçalves
Diretor da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

[1] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
[2] O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005
[5] O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005
[6] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
[7] O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 26, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 292, de 26 de abril de 2006,** que *"Altera as Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, e 8.666, de 21 de junho de 1993, os Decretos-Leis nºs 271, de 28 de fevereiro de 1967, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 1.876, de 15 de julho de 1981, a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e dá outras providências"*, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 26 de junho de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 12 de junho de 2006. – Senador **Renan Calheiros,** Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 79ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE JUNHO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 164, de 2006 (nº 435/2006, na origem), de 7 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os **agréments** dos governos desses países. . 19943

Nº 165, de 2006 (nº 434/2006, na origem), de 7 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre. 19958

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 38, de 2006, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que altera o art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, para que os Tratados e Acordos Internacionais passem a ser apreciados, de modo terminativo, pelas comissões..... 19966

1.2.3 – Parecer

Nº 670, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2006 (nº 1.998/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná. 19966

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, perante a Mesa, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2006, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário, uma vez que foi aprovado terminativamente pela Comissão de Educação, nos termos do Ofício nº 47, de 2006, daquela Comissão, lido em 9 do corrente..... 19969

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 296, de 2006, em 8 de junho de 2006, e publicação no dia subseqüente, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior. *Designação da Comissão Mista e estabelecimento do calendário para a tramitação da matéria.* 19969

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2006, de autoria Senador Paulo Paim, que altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre atividades ou operações perigosas no trabalho e o art. 1º da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985..... 19970

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 662, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do educador Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos, de Manaus. 19972

Nº 663, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Acácia da Silva Sevalho, do jornal **Correio Amazonense**, ocorrido no dia 5 do corrente..... 19972

Nº 664, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marta Vasquez, do jornal **Correio Amazonense**, ocorrido no dia 5 do corrente. 19972

Nº 665, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas, pelo transcurso do Dia de Portugal, em 10 do corrente. 19972

Nº 666, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do

Desenvolvimento Agrário as informações que menciona. 19973

Nº 667, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao CONAR – Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária, pelas novas normas sobre publicidade de alimentos e refrigerantes e de produtos destinados a crianças e adolescentes. 19974

1.2.7 – Ofício

Nº 534/2006, de 7 do corrente, da Presidente da OAB-DF, informando que, preocupada com o grave incidente ocorrido na última terça-feira nas dependências da Câmara dos Deputados, envolvendo membros do MLST, designou Comissão de Direitos Humanos para acompanhar os procedimentos junto às autoridades competentes. 19974

1.2.8 – Discursos do Expediente

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Críticas à visão do presidente Lula sobre o Sistema Único de Saúde – SUS. 19975

SENADOR *MÃO SANTA* – Comentários sobre matéria intitulada "Piauí mistura o público e o privado", publicada no **Correio Braziliense**, que trata de denúncia contra o Coordenador de Comunicação do Estado do Piauí. 19978

SENADOR *NEY SUASSUNA*, como Líder – Solicitação ao governo federal para que volte a equalização aos plantadores de cana-de-açúcar. 19981

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Solicitação de providências à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, sobre o atraso nos vôos da Varig..... 19982

SENADOR *MARCO MACIEL* – Considerações sobre a necessidade de mais investimentos na malha ferroviária do País. Cumprimentos aos organizadores do evento "Brasil nos trilhos", promovido pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. 19982

SENADOR *PAPALÉO PAES* – Pleito ao governo do Estado do Amapá para que agilize a investigação sobre quadrilha que estaria praticando atentados contra candidatos ao governo..... 19985

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Agravamento da crise da agricultura brasileira no governo Lula. Preocupação com as dificuldades da aviação civil brasileira, em particular com a Varig. Realização da Convenção do PSDB, ontem, na cidade de Belo Horizonte/MG, na qual foi lançado o nome do candidato à Presidência da República, ex-governador Geraldo Alckmin. 19985

SENADOR *PAULO PAIM* – Apelo pela aprovação, no Senado Federal, do reajuste dos aposentados e pensionistas. 19988

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Comunicação sobre o referendo ao nome de S. Exª., pelo PMDB, em coligação com outros partidos, para concorrer ao governo do Estado de Roraima. 19993

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Encaminhamento de requerimento solicitando voto de aplauso ao Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária – CONAR. 19994

SENADOR *ALVARO DIAS* – Reação do PT no confronto democrático, especialmente no período eleitoral. Informação de que Geraldo Alckmin, se eleito, vai propor, logo na primeira semana de governo, uma reforma tributária..... 19998

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Análise do discurso do candidato do PSDB à presidência da República, Geraldo Alckmin. Apelo para a reabertura do diálogo com os servidores do Judiciário que estão em greve. Cumprimentos ao tetracampeão de boxe Acelino 'Popó' de Freitas, que se encontra no plenário. Dificuldades enfrentadas pelo Pólo Industrial de Manaus. 20001

SENADOR *TIÃO VIANA* – Comentários sobre matéria do jornalista Gilberto Dimenstein, intitulada "Renda chinesa aquece economia e ameaça contas". Indicação de fatores que alimentam a popularidade do presidente Lula. 20004

SENADOR *PEDRO SIMON* – Registro de sessão especial do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em que se decidiu pela não apresentação de candidatura própria à presidência da República. 20013

SENADOR *HERÁCLITO FORTES* – Questionamentos sobre a teleconferência realizada entre o presidente Lula e integrantes da Seleção Brasileira. 20015

SENADOR *VALDIR RAUPP* – Levantamento feito por técnicos do Instituto Agronômico de Campinas e da Embrapa visando avaliar o custo do café robusta, em Rondônia. 20017

1.2.9 – Retificação da Emenda nº 37, apresentada ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006.

1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *AMIR LANDO* – Alerta para a politização do Poder Judiciário. 20022

SENADOR *GILVAM BORGES* – Comentários sobre as repercussões havidas em razão da apresentação por S. Exª, de projeto que visa a extinção do exame para inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. 20039

1.2.11 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Evolução das técnicas de manipulação genética de plantas até às chamadas "plantas biofábricas", que podem contribuir para a agricultura brasileira como fonte de renda para a população e mecanismo de geração de empregos. 20040

SENADOR *SÉRGIO GUERRA* – Registro da matéria intitulada *"Vai ter ira santa na eleição"*,

publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 31 de maio último. 20041

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Registro do editorial intitulado *"Falta de foco"*, do jornal **O Globo**, edição de 19 de maio último. 20042

SENADOR *FLEXA RIBEIRO* – Comentários sobre o editorial intitulado *"Parlapatice desbargada"*, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição de 7 do corrente. 20043

SENADOR *JUVÊNCIO DA FONSECA* – Registro do artigo intitulado "*Humilhação continuada*", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 24 de maio último. 20044

SENADOR *ANTERO PAES DE BARROS* – Registro da matéria intitulada *"Para Suplicy, Bastos deve explicar encontro"*, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 24 de maio último..... 20045

SENADOR *LEONEL PAVAN* – Comentários sobre a matéria intitulada *"Dirceu vai a todo lugar, mas STF diz que não o encontra"*, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo,** edição de 26 de maio último. 20046

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Considerações sobre o noticiário de hoje referente ao *Mundo Petista***,** incluindo a íntegra da matéria de capa da revista **Veja**. 20047

1.2.12 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, dia 13, com Ordem do Dia designada. 20066

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 12-6-2006

3 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 7, de 2006. 20070

4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 134, de 2006. 20075

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 1.029 a 1.037, de 2006. 20075

SENADO FEDERAL

6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

7 – SECRETARIA DE COMISSÕES

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 79ª Sessão Não Deliberativa, em 12 de junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Marco Maciel, Valdir Raupp e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 164, DE 2006

(Nº 435 na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como nos arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os **agréments** dos governos desses países.

Os méritos do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 215 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 31 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal; o artigo 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986; o artigo 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os **agréments** dos governos desses países.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FERNANDO PAULO DE MELLO BARRETO FILHO

CPF.: 42660297800
ID.: 7497 MRE/DF

1948 Filho de Fernando Paulo de Mello Barreto e Lélia Vasconcellos de Mello Barreto, nasce em 17 de junho em São Paulo/SP

1972 Direito pela Universidade de São Paulo/SP

1974 Mestre em Direito pela Columbia University/ Nova York, EUA

1977 Concurso Direto, IRBr

1977 Terceiro Secretário em 01 de dezembro

1977 Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, assessor

1980 Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo Secretário

1980 Segundo Secretário, por antigüidade, em 23 de janeiro

1982 Embaixada em Quito, Segundo Secretário

1982 Ordem do Mérito Civil, Espanha

1984 CAD - IRBr

1985 Divisão de Política Comercial, assistente

1986 Secretaria de Imprensa do Gabinete, subchefe

1986 Primeiro Secretário, por merecimento, em 19 de dezembro

1986 Ordem do Mérito Naval

1987 Ordem do Mérito Militar

1987 Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho

1987 Missão em Nova York, Primeiro Secretário

1990 Secretaria de Imprensa do Gabinte, subchefe

1991 Conselheiro, por merecimento, em 20 de dezembro

1992 Gabinete, Coordenador Executivo

1992 Embaixada em Ottawa, Conselheiro

1994 CAE - IRBr, O tratamento nacional de investimentos estrangeiros

1995 Missão Permanente em Genebra, Conselheiro e Ministro Conselheiro

1996 Regras multilaterais para investimentos, in Política Externa, vol. 5, nº 1

1997 Ministro de Segunda Classe em 24 de dezembro

1999 Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior, assessor epecial

1999 O tratamento nacional de investimentos estrangeiros, Ed. FUNAg, Brasilia

2001 Gabinete, Subchefe e Chefe, substituto

2002 Os Sucessores do Barão – A Política Externa de 1912 a 1964, Paz e Terra, São Paulo

2002 Ordem do Rio Branco, Grande Oficial

2002 Ordem da Polônia

2002 Ordem Mexicana da Águia Azteca

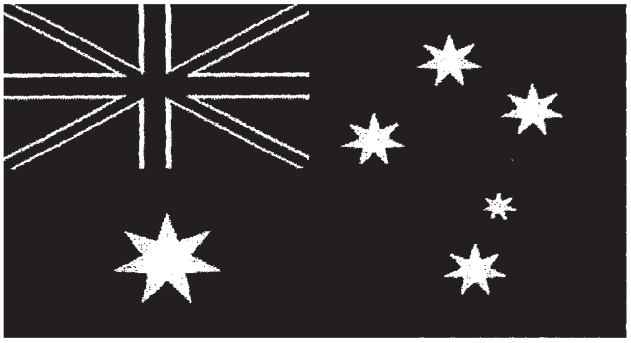
2002 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 30 de dezembro

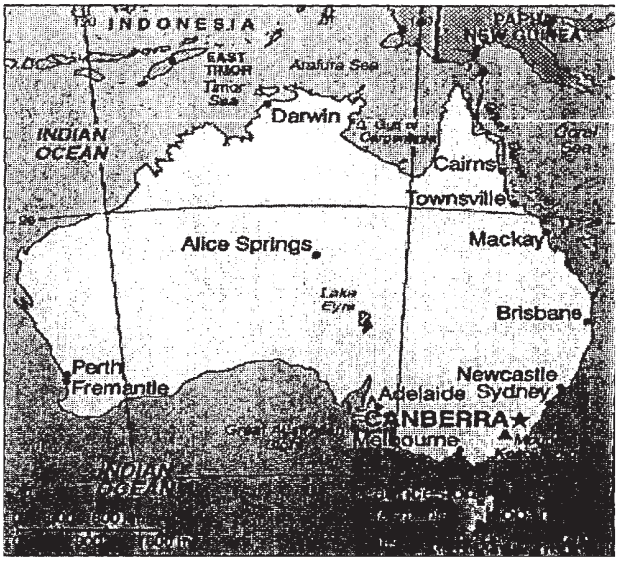
2003 Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Geral

2003 Da Primeira Guerra Mundial à Liga das Nações, (capítulo), Missões de Paz, Editora Log on/RJ

CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

AUSTRÁLIA





- **Área**: 7,686,850 km²;
- **Clima:** De árido a semi-árido, temperado ao sul e leste, tropical ao norte;
- **Recursos naturais**: Bauxita, carvão, minério de ferro, cobre, ouro, prata, urânio, níquel, tungstênio, areias minerais, zinco, diamantes, gás natural, petróleo, chumbo;
- **População**: 20,4 milhões (2005);

- **Analfabetismo**: 0% desde 1980;
- **Expectativa de vida (2000)**: 80 anos;
- **Índice (IDH)**: 3° lugar no ranking mundial (2005) – ref: Brasil 63° lugar;
- **Idioma (Censo 2001)**: Inglês (79,1%), Mandarim (2,1%), Italiano (1,9%), Outros (11,1%), Não Especificado (5,8%);
- **Etnias**: Brancos (92%), Asiáticos (7%), Aborígenes e Outros (1%);
- **Religiões (Censo 2001):** Catolicismo (26,4%), Anglicanismo (20,5%), Outros Cristãos (20,5%), Budismo (1,9%), Islamismo (1,5%), Outras (1,2%), Não Especificadas (12,7%), Nenhuma (15,3%);
- **Forma de Estado:** Monarquia Parlamentarista;
- **Forma de Governo**: Sistema federativo que reconhece o monarca britânico como Chefe de Estado;

- **Crescimento do PIB:** 2,5 % (2005);
- **PIB per capita**: US$ 26,900 (2004);
- **Inflação**: 2,7% (2005);
- **Agric:** 3,7%; **Ind:** 25,6%; **Serv:** 70,7% (Banco Mundial 2004);

- **Exportações Totais da Austrália**: US$ 106,626 bilhões (2005, fob);
- **Produtos**: Carvão, ouro, carne, lã, alumínio, minério de ferro, equipamento de transporte e maquinaria;
- **Destinos (2004)**: Japão (18,6%), China (9,2%), Estados Unidos (8,1%), Coréia do Sul (7,7%), Nova Zelândia (7,4%), Índia (4,6%), Reino Unido (4,2%);
- **Importações Totais da Austrália**: US$ 120,144 bilhões (2005, fob.);
- **Produtos:** Maquinaria, equipamento de transporte, computadores, máquinas de escritórios, equipamento de telecomunicação derivados de petróleo e petróleo não refinado;
- **Origem**: Estados Unidos (14,8%), China (12,7%), Japão(11,8%), Alemanha (5,8%), Cingapura (4,4%), Reino Unido (4,1%);
- **Saldo comercial**: - US$ 13,518 bilhões (2005);
- **Exportações para o Brasil:** US$ 628,3 milhões (2005, fob);
- **Produtos**: Combustíveis, óleos, ceras minerais, níquel, veículos automóveis, caldeiras e máquinas;
- **Importações do Brasil :** US$ 462,4 milhões (2005, fob);
- **Produtos**: Veículos automóveis, tratores, ciclos, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, máquinas e aparelhos elétricos;
- **Saldo com o Brasil:** US$ 165,8 milhões (2005);

Fonte: Economist Intelligence Unit / MDIC

PERFIL DO PAÍS

1. POLÍTICA INTERNA

São cinco os partidos políticos principais a figurar na política australiana: o Liberal, o Trabalhista, o Nacional, o Verde e o Democrata. Desde 1996, o país é governado pela Coalizão Liberal/Nacional, sob a liderança de John Howard. Nas eleições parlamentares de 2004, a coalizão obteve maioria tanto na Câmara dos Deputados ("House of Representatives") como no Senado. Eleições gerais podem ser convocadas a qualquer tempo a pedido do Primeiro-Ministro, com prévia anuência do Governador-Geral (que é o representante da Rainha Elizabeth II). As próximas eleições gerais australianas estão previstas para 2007.

O líder do segundo maior partido na Câmara dos Deputados é o líder da oposição e comanda um "Ministério Sombra" (Shadow Ministry), formado por parlamentares de seu partido. Cumpre observar, porém, que o Partido Trabalhista é uma agremiação bastante fragmentada internamente. O atual líder da oposição é o Deputado Kim Beazley, do Partido Trabalhista ("Australian Labor Party"), representante da velha liderança do partido, que não vinha logrando formular um projeto de real apelo frente ao eleitorado australiano. Recentemente, o partido passou por crise interna com a renúncia inesperada do então líder, Mark Latham, que apesar de derrotado nas eleições gerais de 2004, era tido como uma esperança de renovação. Agrava este quadro o fato, sempre lembrado nos meios políticos, de que Beazley já foi derrotado duas vezes por John Howard.

O Primeiro-Ministro John Howard, às vésperas de completar dez anos no poder, segue como figura de maior destaque da política australiana. Periodicamente surgem especulações sobre quando e como o Primeiro Ministro, de 66 anos, deixará o poder. Uma eventual alternativa a Howard é o *Treasurer* (Ministro da Fazenda), Peter Costello. Howard, no entanto, não dá indicações de que esteja pronto a encerrar sua carreira política no momento em que avança nos temas mais polêmicos de sua agenda legislativa, principalmente a reforma das leis trabalhistas. Conhecidas como "Workplace Relations Reforms", elas incluem a simplificação de regulamentos federais, um novo mecanismo de cálculo do salário mínimo e o virtual cancelamento de leis coibindo demissões sem justa causa para empresas com menos de 100 empregados. Possível fonte de irritação entre os partidos da Coalizão são as recorrentes tentativas do Partido Nacional de negociar vantagens para o eleitorado rural, sua base de apoio, dentro do esquema maior de reformas das leis trabalhistas.

2. POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Austrália concebe hoje dois pólos de atração que condicionam a atuação internacional do país: de um lado os EUA (ainda o principal parceiro, do ponto de vista político), e de outro, o leste e sudeste da Ásia. Essa perspectiva tem razões históricas, já que o desafio constante que a Austrália enfrenta desde a independência (em 1901) é o de conciliar sua origem - ocidental - com sua geografia - oriental ou asiática - harmonizando-as para forjar sua identidade nacional. Para tanto revela-se essencial superar a noção de que o país seria uma nação ocidental isolada em sua própria região. A aproximação com o sudeste e leste da Ásia gradualmente vem superando essa avaliação.

Desde o pós-guerra, o Reino Unido, pólo de atração original do país, foi substituído pelos EUA. O *Security Treaty between Australia, New Zealand and the United States of America* (ANZUS), de 1951, no início da Guerra Fria, foi o marco formal nesse processo. Quanto ao entorno regional, foi somente a partir da década de 1980, que a Austrália iniciou aproximação com maior intensidade na Ásia e Pacífico. Elementos do novo desenho de forças na região - a parceria econômica que se havia estabelecido com o Japão desde os anos 50, a abertura da China a partir dos anos 70, o desenvolvimento dos "tigres asiáticos" e a necessidade de atenção constante no relacionamento bilateral com a Indonésia - motivaram o Governo de Camberra a dirigir foco para o sudeste e leste da Ásia, sem, no entanto, afastar-se dos Estados Unidos.

O Primeiro-Ministro John Howard definiu como fulcro da ação no exterior a aliança militar com os EUA, a "guerra ao terror" e a busca de oportunidades comerciais bilaterais. EUA, Japão, Indonésia e China ocupam o mais alto nível do relacionamento bilateral australiano. O governo John Howard, no poder desde 1996, deu tonalidades à inserção na Ásia, ao sintetizar a política externa australiana na frase: "Asia first, but not Asia only". Camberra passou a ver a Ásia mais sob o ponto de vista econômico e comercial e a privilegiar nitidamente o relacionamento político com os Estados Unidos.

O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 reforçou a tendência da coalizão Liberal/Nacional a levar a crescente preocupação com segurança ao primeiro plano dos interesses australianos. As declarações de Howard sobre o direito de a Austrália atacar preventivamente focos terroristas no exterior, entretanto, causaram impacto negativo no Sudeste Asiático.

3. ECONOMIA

A Austrália vem implementando uma política de liberalização econômica desde o início dos anos oitenta, ainda sob o governo trabalhista, cujo marco inicial foi a livre flutuação da moeda nacional - o dólar australiano - em 1983.

A coalizão de governo entre os partidos Liberal e Nacional assumiu o poder no início de 1996 com uma agenda de reformas fiscais. Além de ter sido capaz de praticamente eliminar o déficit orçamentário, a aliança também cumpriu a promessa de diminuir o imposto de renda. O processo de redução das barreiras tarifárias às importações, iniciada em governos anteriores, foi intensificado. Deu-se início, igualmente, à liberalização parcial do sistema bancário e foi aprovada legislação para reforma fiscal. Do ponto de vista do crescimento econômico, aumento da produtividade e competitividade, redução do desemprego e contenção da inflação, o governo da coalizão Liberais/Nacionais colheu resultados satisfatórios. No plano externo, o Governo estimula a celebração de acordos de livre comércio com seus principais parceiros comerciais.

Com a vitória nas eleições parlamentares federais de 2004, que garantiu maioria da coalizão também no Senado a partir de julho de 2005, o aprofundamento da agenda liberal tomou novo ímpeto. Nessa linha, o governo, além de seguir a política de equilíbrio orçamentário, deverá ampliar as privatizações, com destaque para a provável privatização completa da Telstra (principal empresa de telecomunicações do país); desregulamentar o mercado de trabalho; e facilitar a propriedade por estrangeiros dos setores de mídia.

4. RELAÇÕES BRASIL - AUSTRALIA

A primeira representação diplomática da Austrália na América Latina instalou-se em 1946 no Rio de Janeiro (naquele momento, a Austrália mantinha representações em apenas oito países); as relações diplomáticas entre Brasil e Austrália haviam sido

estabelecidas no ano anterior. O Brasil instalou sua legação em Camberra também em 1946. Somente no último quartel do século XX, todavia, as relações australianas com a América Latina vieram a adensar-se comparativamente, em especial nos campos de comércio e de investimentos.

Em 2001, às vésperas da primeira visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Alexander Downer à América Latina (Brasil, Argentina e Chile), foi criado, no âmbito do Departamento (Ministério) dos Negócios Estrangeiros e Comércio (DFAT), o Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR), com o objetivo de incrementar as relações da Austrália com a América Latina e estimular o conhecimento mútuo. No âmbito da América Latina, o relacionamento com o Brasil é prioritário para o governo australiano, segundo o DFAT tem indicado à Embaixada em Camberra. As relações bilaterais vêm registrando significativo incremento nos últimos anos, com multiplicação de visitas de alto nível, expansão do comércio e dos investimentos e identificação de maiores possibilidades de cooperação científica e tecnológica.

A Austrália tem apoiado ostensivamente o pleito brasileiro a uma vaga de membro permanente do CSNU. Há significativas convergências também em outros temas da agenda multilateral como, por exemplo, nas negociações comerciais no âmbito da OMC, e naquelas sobre preservação ambiental na Antártida e atuação na Comissão Internacional da Baleia, embora um ponto de discordância seja a não ratificação pela Austrália do Protocolo de Quioto. Além disso, a Austrália é uma das principais vozes do Grupo de Cairns, que busca coordenar posições entre os exportadores agrícolas e do qual o Brasil é membro fundador.

As relações econômicas entre os dois têm se intensificado paulatinamente. Contudo, embora venham-se registrando crescimentos percentuais importantes, tanto nos fornecimentos brasileiros quanto nas compras de produtos australianos, o intercâmbio comercial bilateral é ainda baixo ao se considerar o tamanho das duas economias. Em 2005 a Austrália foi destino de 0,38% das exportações brasileiras, ao passo que se originaram naquele país 0,85% de nossas importações. No plano do investimento, estima-se em US$ 1,7 bilhão o estoque de origem australiana acumulado no Brasil até o final de 2004, concentrado sobretudo no setor mineral.

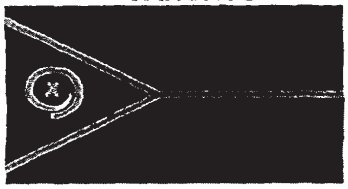
DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS AUSTRÁLIA

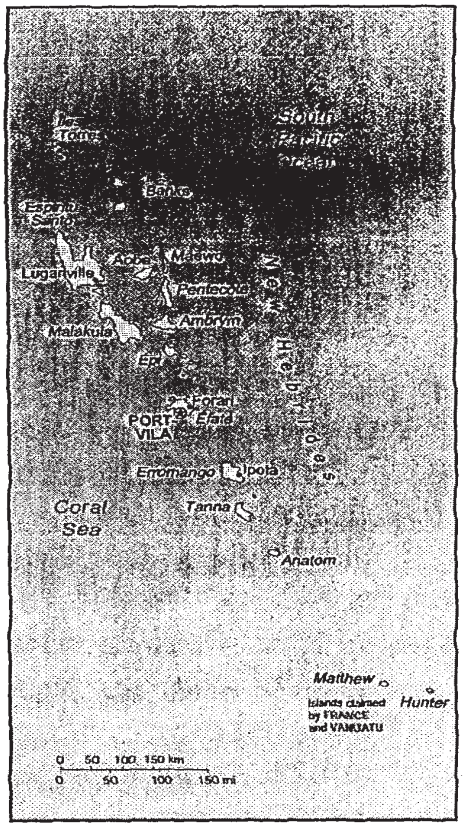
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – AUSTRÁLIA[1] (US$, F.O.B)	2004	2005
Exportações Brasileiras	**368.181.094**	**462.441.656**
Variação em relação ao ano anterior	20,88%	25,60%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,39%	0,39%
Importações Provenientes da Austrália	**373.656.856**	**628.293.832**
Variação em relação ao ano anterior	27,70%	68,15
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,59%	0,85%
Intercâmbio Comercial	**741.837.950**	**1.090.735.488**
Balança Comercial	**-5.475.762**	**-165.852.176**

Fonte: MDIC

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Divisão da Ásia e Oceania I

VANUATU





VANUATU – DADOS GERAIS

Nome oficial do país: República de Vanuatu;

Área territorial: 12.189 Km^2

População: 213 mil (2004);

Etnias: melanésios nativos (98%), franceses, vietnamitas, chineses e outras etnias das Ilhas do Pacífico (2%);

Língua: três línguas oficiais: inglês, francês, bislama e mais de 100 línguas locais;

Capital: Porto Vila (ilha Éfaté);

Sistema de governo: República Parlamentarista;

Chefe de Estado: Presidente Kalkot Matas Kelekele (desde 16 de agosto de 2004);

Chefe de Governo: Primeiro Ministro Ham Lini (desde 11 de dezembro de 2004);

Religião: Presbiterianos 36,7%, Anglicanos 15%, Católicos Romanos 15%, crenças indígenas 7,6%, Adventistas do Sétimo Dia 6,2%, Igreja de Cristo 3,8%, outros 15,7%;

Data nacional: 30 de julho;

PIB: US$ 316,3 milhões (2004);

PIB per capita: US$ 1,151(2004);

PNB per capta: US$1,180 (2004);

Taxa de crescimento do PIB: 3,0 % (2004);

Composição do PIB por setor: agricultura 26%; indústria 12%; serviços 62%;

Principais atividades econômicas: Produção de coco, polpa de coco, cacau, café, frutas, peixe, carne. Indústrias de congelados alimentícios, processamento de madeira e enlatados de carne;

Exportações: U$38.1 milhões F.O.B. (2004);

Principais produtos exportados: Carne bovina, cacau, café, madeira, aguardente de kava, polpa de coco;

Principais produtos importados: maquinaria e equipamentos, produtos alimentícios e combustíveis;

Importações: U$111.6 milhões C.I.F. (2004);

Principais parceiros comerciais: Exportações: UE 44,9%, Austrália 12,1%, Japão 6.8%, Nova Caledônia 4.6% (2004). Importações: Austrália 42.5%, Nova Zelândia 13%, Fiji 8.6%, Cingapura 6.2% (2004);

1. POLÍTICA INTERNA

Em dezembro de 2004, após decisão da Corte Suprema e da Corte de Apelação de Vanuatu, o Parlamento daquele país aprovou voto de desconfiança contra o então Primeiro-Ministro Serge Vohor. Com a decisão e a conseqüente validação da votação, Vohor teve que deixar o poder e foi substituído por Ham

Lini, irmão mais novo de Walter Lini, considerado o fundador do Estado. Ham Lini já foi Vice-Primeiro-Ministro em sucessivas administrações anteriores. Espera-se que o novo Gabinete traga maior tranqüilidade política ao país, tumultuado pelos seis meses do Governo Vohor, acusado de corrupção.

O último episódio controvertido de Vohor esteve ligado ao estabelecimento de relações diplomáticas com Taiwan, o que foi rejeitado por seus próprios Ministros, pois Vanuatu já reconhecia a República Popular da China – um dos poucos países do mundo a manter Embaixada em Port Vila. Assim, o voto de desconfiança culminou uma série de controvérsias que envolviam a administração de Vohor e teria sido precipitado pela decisão pessoal de Vohor em assinar um acordo com Taiwan, no último dia 3 de novembro. Comitê de Ética de Vanuatu estaria, ademais, investigando alegações de que as autoridades de Taipé teriam pago milhares de dólares americanos em propinas no contexto de tal reconhecimento. Desde a posse do novo governo, o país tem vivido tempos de estabilidade política.

2. POLÍTICA EXTERNA

Dos cerca de 7,8 milhões de habitantes da Oceania (excluídas Austrália e Nova Zelândia), 5,7 milhões correspondem à população da Papua Nova Guiné e 800 mil, à de Fiji. O 1,3 milhão restante distribui-se pelos demais 12 países. Niue, o menor deles, tem hoje apenas 1.650 habitantes - 20.000 niuenses emigraram, sobretudo para a Nova Zelândia. Vanuatu possui cerca de 200 mil habitantes.

A partir de 2001, multiplicaram-se crises na região, como secessão em Bougainville, golpes de estado em Fiji, crônica instabilidade política e elevado índice de violência criminal na Papua Nova Guiné. Em Vanuatu, motins da polícia foram a principal expressão da crise. Em dezembro de 2004, a instabilidade política no país desdobrou-se na aprovação do voto de desconfiança do Parlamento dirigido ao Primeiro Ministro Serge Vohor, substituído por Ham Lini.

A cooperação regional encontra-se consubstanciada no Foro das Ilhas do Pacífico, que realizou em 2004 sua 35a reunião de cúpula anual. Seus principais objetivos são crescimento econômico, desenvolvimento sustentável, segurança e boa governança (incluindo bom gerenciamento econômico e financeiro, respeito à lei e aos direitos de propriedade, eficiência do setor público, fortalecimento das instituições e do processo democrático e combate à corrupção).

As relações com Camberra – a economia mais forte da região – são muito importantes para Vanuatu. O Governo australiano deu claros sinais de endurecimento contra o Governo de Vohor, com ameaças de redução do nível do relacionamento e corte na ajuda externa, caso as autoridades não tomassem medidas

eficazes contra a corrupção e o crime. A preocupação de Camberra estaria centrada nos temas do crime transnacional e suas implicações para a segurança regional, com a contínua piora da situação na ilha no sentido da ausência da lei. O Governo australiano deseja que a Administração de Vanuatu estabeleça uma força policial profissional independente, inclusive com um importante papel de apoio da Polícia Federal Australiana, com vistas a prevenir a recorrência de motins policiais. Teme-se, ademais, que uma falta de cooperação com as forças policiais australianas baseadas em Vanuatu redunde, segundo Camberra, na contínua utilização da ilha como plataforma para o contrabando de cocaína e heroína para a Austrália e outros mercados.

A Austrália provê mais de 50% da ajuda externa recebida por Vanuatu – A$ 31 milhões (aproximadamente US$ 25 milhões) em 2004 – e constitui seu maior supridor de produtos (A$ 60 milhões em 2003), turistas e investimentos. Essa ajuda, contudo, está vinculada às prioridades australianas de política externa e, em particular, ao combate ao crime por meio da observância pelo Governo em Port Vila dos princípios de boa governança.

3. ECONOMIA

Trata-se de economia de um país minúsculo, com uma população de aproximadamente 200 mil habitantes e as naturais dificuldades que tal dimensão causa ao desenvolvimento sustentado, envolvendo problemas ligados à própria identificação cultural. A economia informal ocupa 80% da população e a instabilidade política afeta o país há cerca de dez anos.

A despeito das dificuldades, Vanuatu possui até uma companhia aérea. A partir de 2003, o país registrou expansão anual do PIB superior a 2%, após a recessão dos dois anos anteriores. O crescimento foi especialmente favorecido pelo aumento dos preços dos produtos primários no mercado internacional (Vanuatu exporta cobre e cacau) e pela aquisição de propriedades em áreas costeiras, especialmente por australianos.

O papel do investimento estrangeiro e do aporte de recursos de doadores internacionais tem grande importância para a viabilidade econômica do país, cujo grande potencial econômico se encontra no setor de turismo.

4. RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. Ainda não houve nenhuma visita de alto nível de parte a parte; as relações têm-se limitado à troca de votos em organismos multilaterais.

Quando da apresentação de credenciais pelo último Embaixador Brasileiro, em outubro de 2005, foi levantado o tema de possível cooperação técnica entre os dois países. Autoridades locais mencionaram as áreas de agricultura, aqüicultura, manejo florestal e futebol, como as mais propícias para o desenvolvimento da cooperação.

Vanuatu manifestou apoio à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Em sua visão, um CSNU ampliado poderia incluir o Japão, um país africano, um país do Oriente Médio e representantes dos pequenos países em desenvolvimento.

As exportações brasileiras para Vanuatu resumem-se, desde 1999, a produtos de consumo de bordo e outras mercadorias para embarcações.

Intercâmbio Comercial Brasil – Vanuatu
US$ milhares – FOB (fonte: MDIC)

Ano	Exportações Brasileiras	Importações Brasileiras	Saldo para o Brasil	Fluxo do Intercâmbio
1999	2,5	---	2,5	2,5
2000	2,2	---	2,2	2,2
2001	0,9	16,2	-15,3	17,1
2002	1,7	17,4	-15,7	19,2
2003	2,3	---	2,3	2,3
2004	---	---	---	---
2005	4,0	3,3	0,6	7,3
2006 (jan-abril)	0,5	---	0,5	0,5

DAOC I, 22/05/2006

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE PAPUA NOVA GUINÉ

Informações Básicas

- Nome Oficial: Estado Independente de Papua Nova Guiné;
- Capital: Port Moresby;
- Área: 462.840km2;
- População: 5,9 milhões (2005);
- Línguas: Pidgin, Inglês, Hirimotu, dialetos;
- Moeda: Kina;
- Forma de Estado: Monarquia Constitucional;
- Organização Administrativa: 19 províncias com governos próprios;
- Chefe de Estado: Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral, Sir Paulius Matane (empossado em 29 de junho de 2004);
- Chefe de Governo: Sir Michael Somare, líder da National Alliance, eleito Primeiro Ministro pelo Parlamento em agosto de 2002;
- PIB: US$bi 5,4 (2005);
- Crescimento: 3,2% (2005);
- Inflação: 1,7% (2005);
- Exp/Imp: 3,2 U$bi/1,5 U$bi (2005);
- Principais Produtos de Exportação: Ouro, Óleo cru, Cobre;
- Principais Produtos de Importação: Maquinário, Manufaturados;

Fonte: Economist Intelligence Unit

1. PAPUA NOVA GUINÉ (PNG) – LINEAMENTOS DE POLÍTICA INTERNA

Depois de ter parte de seu território pertencente à Alemanha, no fim do século XIX, e de ser ocupada por australianos durante a I Guerra Mundial, Papua Nova Guiné tornou-se independente em 1975. Seu território consolidou-se com o fim das hostilidades secessionistas de Bougainville, em 1997.

O sistema político é parlamentarista, com eleições a cada cinco anos, organizado de forma unicameral, contando 109 membros. O sistema partidário ainda está em definição, elencando-se a Aliança Nacional (do Premiê), o Movimento Democrático do Povo, e o Partido Progresso do Povo, entre outros. No geral, o país é uma democracia em organização, maciçamente rural (85%), que tenta adaptar instituições herdadas da experiência colonial inglesa. Isso significa que o país se empenha em reorganizar o espaço público, mitigando a influência tribal originária.

A dinâmica administrativo-institucional de PNG pode ser descrita como uma busca de maior estabilidade e de consolidação. A gestão do Primeiro-Ministro (PM), Sir Michael Somare dá-se no quadro

da novel Lei Orgânica sobre Integridade de Partidos e Candidatos, cujo escopo é limitar o número de parlamentares independentes e fortalecer o sistema partidário. A lei é importante, dado que os antecedentes revelam que a formação de coalizões é particularmente complexa e a ameaça de moções pontilha a vida política.

2. POLÍTICA EXTERNA

A prioridade de Política Externa para PNG é a recuperação do ativismo regional, com ênfase no Pacífico e Ásia meridionais ("looking north and working the Pacific"). Pelo fato de os meios e recursos do país serem limitados, não existe uma política mais sofisticada para os outros contextos.

Assinala-se a centralidade das relações bilaterais com a Austrália. Os números do intercâmbio comercial falam por si, respondendo o parceiro meridional por 25,3% das exportações neo-guineenses e 51,3% de suas importações. O país também cede assistência técnica e domina o mercado de serviços em Papua. Contudo, essa perspectiva deve ser matizada, lembrando que PNG não tem votado em favor da Austrália em Organismos Multilaterais e existe uma atitude de certa resistência pós-colonial.

Papua Nova Guiné foi o primeiro país a engajar-se no processo da APEC e logrou aderir ao esquema de Lomé. Esse compromisso foi renovado, e hoje chama-se Acordo de Cotonou, mantendo a estrutura original de um sistema de preferências tarifárias entre a UE e países Africanos e Caribenhos, mas que também possibilita investimentos de infra-estrutura (Rodovias Magi e Hiritano, Hidrelétrica Yonki). No Pacífico Sul, é membro de uma Zona de Livre Comércio Limitada com Vanuatu e Ilhas Salomão, sendo também membro associado da ASEAN. Neste caso, busca sua efetivação como membro pleno.

Ao longo da década de 90, obteve programas de ajuda econômica da Europa e Japão. Atualmente, por estar em situação econômica ainda vulnerável, tem enfrentado dificuldades na obtenção de recursos.

3. ECONOMIA

No que diz respeito à economia, após atravessar uma recessão de três anos com inflação alta, na casa dos dois dígitos, o país logrou voltar a crescer com estabilidade de preços. Contribuiu para isso a alta dos preços de petróleo e decorrente melhora do balanço de pagamentos do país. A política do governo se caracteriza pela busca de "estabilização com crescimento". Isso significa ênfase no setor exportador associada a um certo grau de restrição fiscal.

As dificuldades assinaladas no campo político e econômico não devem afastar a lembrança de que PNG é um país dotado de vultosos recursos naturais, com demanda sólida no mercado internacional (petróleo, ouro, cobre). As mazelas que atingem o país são claramente institucionais, o que significa que não é um "Estado Falido". Superados os reveses, e estabelecidas instituições confiáveis, PNG tem boas perspectivas de se tornar relevante no contexto regional.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE PNG

	2001	2002	2003	2004	2005
Crescimento do PIB	-2,3%	-0,8%	1,8%	0,7%	2,9%
Inflação	9,3%	11,8%	14,7%	2,1%	1,7%
Exportações (US$ bilhões)	1,812	1,639	2,2	2,3	3,2
Importações (US$ bilhões)	0,932	1,077	1,187	1,3	1,5
Dívida externa (US$ bilhões)	2,5	2,5	2,6	2,2	1,9

Fonte: *The Economist Intelligence Unit*. abril/2006.

1. RELAÇÃO COM O BRASIL

Por um conjunto de circunstâncias, geográficas, políticas, econômicas, Papua Nova Guiné tem valor estratégico limitado para o Brasil. Estabelecemos relações diplomáticas em 1989, e desde então não existem projetos de monta, muito embora as relações venham se fortalecendo nos últimos anos.

De qualquer maneira, é importante lembrar que PNG é membro das Nações Unidas e que busca adquirir visibilidade por sua participação em organismos internacionais, marcando sua independência da Austrália. O país não adotou uma postura pró-Estados Unidos, quanto ao Iraque, sempre havendo defendido a primazia das Nações Unidas nessa questão.

Em termos de iniciativa empresarial, as pautas de Brasil e PNG não são largamente complementares. Entretanto, PNG é um país importador líquido de alimentos, e suas maiores necessidades incluem maquinário para mineração e manufaturados não duráveis. Existe uma clara dependência da aviação regional para o transporte entre as ilhas, o que pode gerar alguma oportunidade para a Embraer.

Em dezembro de 2005, visitou o país delegação brasileira na área de cooperação técnica. Nessa ocasião, foram definidas como campos prioritários para a cooperação bilateral agricultura, particularmente café e cacau, pecuária e capacitação técnica entre outros. Iniciativas de capacitação técnica estão em curso presentemente.

Papua Nova Guiné se manifesta favoravelmente à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Autoridades já declararam que o país votaria nos países do G-4, inclusive o Brasil, para um CSNU ampliado.

Intercâmbio Comercial Brasil – PNG (US$ mil F.O.B.)

	Exportações brasileiras	Variação	Importações brasileiras	Variação	Total de intercâmbio	Saldo
2000	1.078	-14,56	...	...	1.078	1.078
2001	813	-24,54	...	...	813	813
2002	1.372	68,69	...	...	1.372	1.372
2003	783	-42,91	...	...	783	783
2004	1.855	136,87	17,73	-98,62	1.838	1.873
2005	1.877	1,17	245	...	1.877	1.877
2006 (jan a abril)	590	32,06	202	...	590	590

Fonte: MDIC

DAOC-I/23.05.06

Aviso nº 614 - C. Civil

Em 7 de junho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os **agréments** dos governos desses países.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff,** Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidencia da Republica.

MENSAGEM Nº 165, DE 2006

(Nº 434, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, indicado pela Mensa-

gem nº 369, de 16 de maio de 2006, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Os méritos do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasilia, 7 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 214 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE APES

Brasilia, 31 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 12 de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelencia anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO
CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PEDRO MOTTA PINTO COELHO
CPF.: 14653265100
ID.: 5115 MRE/DF

1946	Filho de Luiz Pinto Coelho e Maria do Carmo Motta, nasce em 28 de maio, em Santa Bárbara/MG
1972	CPCD - IRBr
1973	Terceiro Secretário em 6 de fevereiro
1973	Divisão das Nações Unidas, assistente
1975	Direito pela UFMG/MG e CEUB/DF
1975	Embaixada em Washington, Terceiro, Segundo e Primeiro Secretário
1976	Segundo Secretário, por merecimento, em 20 de dezembro
1979	Ciências Humanas pela George Washington University, Washington D.C., EUA
1979	Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
1980	Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário
1981	Mestre em Ciência Política pela Georgetown University, Washington D.C., EUA
1984	Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Chefe, substituto
1984	Divisão das Nações Unidas, Assistente.
1985	Divisão do Mar, do Espaço e da Antártida, Chefe, substituto
1985	XIII Reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia, Bournemouth, Chefe de delegação
1985	IV Operação Antártica, Antártida, Chefe de delegação
1985	Departamento de Organismos Internacionais, assessor
1986	Centro de Documentação, Chefe, substituto
1986	Conselheiro, por merecimento, em 17 de dezembro
1987	Centro de Documentação, Chefe
1987	Divisão de América Meridional II, Chefe
1987	I Reunião da Comissão Mista Brasil-Colômbia de Cooperação Amazônica, Letícia, Chefe de delegação

1987 Ordem Francisco Miranda, Venezuela, Oficial

1988 I Reunião da Comissão Executiva do Plano-Modelo de Desenvolvimento Integrado das Comunidades Vizinhas ao Eixo Tabatinga -Apaporis, Bogotá, Chefe de delegação

1988 II Reunião da Comissão Executiva do PAT, Manaus, Chefe de delegação

1988 III Reunião da Comissão Executiva do PAT, Brasília, Chefe de delegação

1988 I Reunião da Subcomissão de Cooperação Fronteiriça da Comissão Mista Brasil-Peru de Cooperação Amazônica, Rio Branco, Chefe de delegação

1988 II Reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname, Brasília, Chefe de delegação

1988 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial

1988 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial

1989 I Reunião da Comissão Executiva do Plano-modelode Desenvolvimento Integrado das Comunidades Vizinhas á Fronteira Brasil -Peru, a ter início por Inapari, Assis Brasil, Lima, Chefe de delegação

1989 II Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru de Cooperação Amazônica, Lima, Chefe de delegação

1989 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro

1989 GATT-Rodada Uruguai; GT sobre Serviços; GT sobre Investimentos; e GT sobre Propriedade Intelectual, Chefe das delegações

1989 Fundo Multilateral para o Meio-Ambiente, Comitê Executivo, reuniões de Genebra, Roma, Nairobi, Abidjan e Washington, Chefe de delegação

1991 Convenção de Viena sobre a Camada de Ozônio, Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, Comitê Executivo, Genebra, Chefe de delegação

1992 Convenção sobre Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos,Convenção de Basiléia, Comitê Técnico, Genebra, Chefe de delegação

1992 CAE - IRBr, Fronteiras na Amazônia - Um espaço Integrado

1992 Fronteiras na Amazônia - Um espaço Integrado, IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília

1992 Divisão do Meio Ambiente, Chefe

1993 Ordem Rio Branco, Brasil, Comendador

1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 15 de dezembro

1994 Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro

1994 O Tratamento Multilateral do Meio Ambiente:Ensaio de um Novo Espaço Ideológico, in Temas de Política Externa Brasileira II, Paz e Terra, São Paulo, Versão integral em "Cadernos do IPRI", n. 18, Brasília

1997 "Repensando el Mercosur.Brasil-Argentina y una nueva sociedad política", in Archivos del Presente, Año 3, n.9, Buenos Aires

1998 Relações Brasil-Argentina e o Mercosul: uma visão geo-econômica da integração, in Política Externa, Vol.7,n.1,Paz e Terra, São Paulo

1998 Ordem San Martín, Argentina, Gran-Oficial

1999 Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral

2000 Observações sobre a visão argentina da política internacional de 1945 até hoje, in Argentina-Visões Brasileiras, Samuel Pinheiro Guimarães, org., IPRI-CAPES, Brasília

2001 Departamento da África e Oriente Próximo, Diretor-Geral

2001 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande-Oficial

2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 16 de junho

2003 Departamento da África, Diretor

CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO SOBRE A REPÚBLICA DE CHIPRE

Junho de 2006

Informações sobre Chipre

Dados básicos

Nome oficial	República de Chipre
Superfície	9.250 Km^2
Localização	Mar Mediterrâneo
Capital	Nicósia
Principais cidades	Nicósia, Gazimacusa, Girne
População (2004)	780.133
Idiomas	Grego, turco e inglês
PIB (2005 est.)	US$ 16,1 bilhões
PIB *per capita* (2005 est.)	US$ 20.125
Crescimento do PIB (2005)	3,6%
Moeda	Libra cipriota

Fonte: The Economist Intelligence Country Report Dezembro de 2005

Autoridades governamentais

Chefe de Estado: Presidente Tassos Papadopoulos
Chefe de Governo: Presidente Tassos Papadopoulos
Ministro de Negócios Estrangeiros: Embaixador Tasos Tzionis

Evolução do quadro político

Em 1878, nos termos da Convenção sobre a Aliança Defensiva entre a Turquia e o Reino Unido, o Governo britânico assumiu a administração da ilha de Chipre, embora a soberania formal permanecesse com a Turquia. Em 1914, com a entrada turca na I Guerra Mundial, o Reino Unido anexou a ilha, que se tornou "Colônia da Coroa" em 1925.

O país se tornou independente em 1960, vivendo desde então ciclos de tensão entre a maioria de origem greco-cipriota e a minoria com origens na Turquia, cujas forças militares invadiram a ilha em 1974 e estabeleceram território (de cerca de 36% da ilha) sob controle da chamada República Turca do Norte do Chipre, reconhecida apenas por Ancara. A linha divisória entre os dois setores é vigiada por tropas da ONU, que mantém desde 1964 na ilha a UNFICYP, missão de manutenção da paz composta por 909 militares (dados de dezembro de 2005) de cerca de 15 países, inclusive dois do Brasil, agregados ao batalhão de infantaria argentino.

O Chipre tem área total de 9 mil km^2 e por volta de 800 mil habitantes (78% de origem grega, 18% de origem turca e 4% de minorias diversas). A República do Chipre é integrante das Nações Unidas, da "Commonwealth", da OSCE e, desde 1º de maio de 2004, da União Européia.

Desde o fim do domínio colonial do Reino Unido sobre Chipre, em 1960, permanecem sob jurisdição britânica na ilha duas "Áreas de Bases Soberanas".

Akrotiri e Dhekelia. Segundo descrição da Chancelaria britânica, "as Áreas de Bases Soberanas ["Sovereign Base Areas"/ SBAs] são território soberano britânico e cobrem 98 milhas quadradas de Chipre [cerca de 254 km², aproximadamente de 3% da área total da ilha]. As SBAs são puramente de natureza militar. As Áreas são governadas pela Administração das SBAs e têm sua própria legislação, força policial e tribunais. São muito ligadas à República de Chipre, com que mantêm união aduaneira e monetária." O quartel-general das SBAs se localiza em Episkopi.

Houve, no início de 2006, tentativas britânica (do então Secretário do Exterior Jack Straw) e turca (plano do Primeiro-Ministro Erdogan) de propor a retomada do processo de entendimento, acolhidas com frieza pelas partes.

Avaliação do estado das relações bilaterais

Relacionamento político

Brasil e Chipre mantêm relações diplomáticas desde o ano de 1966, com a troca de embaixadas cumulativas; a do Brasil com a de Tel-Aviv e a de Chipre com a de Lisboa. O Brasil adota uma política de equilíbrio no conflito intercomunitário na ilha e no impasse entre a Grécia e a Turquia a respeito de Chipre. O Brasil apóia, entretanto, as decisões da ONU que condenaram a invasão daquele país pela Turquia em 1974 e a unilateral proclamação do pretenso Estado independente da República Turca do Norte de Chipre em 1983. O Brasil, portanto, não reconhece a RTNC, reconhecendo apenas a República de Chipre, tal como constituída em 1960, país membro da *Commonwealth* e com o qual mantém relações diplomáticas.

O Brasil defende o tratamento da questão nos moldes estabelecidos pela AGNU, cujos parâmetros básicos são o respeito à soberania, integridade territorial e independência de Chipre, bem como a busca de uma solução pacífica e satisfatória para as duas comunidades. Nesse sentido, o Governo brasileiro apóia integralmente a iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas para que sejam iniciadas conversações entre as partes grega e turca do Chipre.

Como elemento na ampliação dos contatos entre os dois países, realizou-se em Nicósia, de 4 a 30 de outubro de 2004, o Mês da Cultura Brasileira, que teve, entre outros eventos, festival de cinema brasileiro, exibição de fotografias de Sebastião Salgado e debates sobre a literatura nacional. O Presidente interino do Chipre e Presidente da Câmara dos Deputados Dimitris Christofias compareceu à recepção de lançamento do Mês da Cultura Brasileira.

O Presidente Papadopoulos compareceu à reunião de líderes mundiais para a Ação contra a Fome e a Pobreza em setembro de 2004, em Nova York.

Dados do comércio bilateral

Exportações (FOB)	
2005	2002
US$106.085.044	US$10.915.526

Importações (FOB)	
2005	2002
US$4.340.223	US$1.276.050

Saldo	
2005	2002
US$101.744.821	US$9.639.476

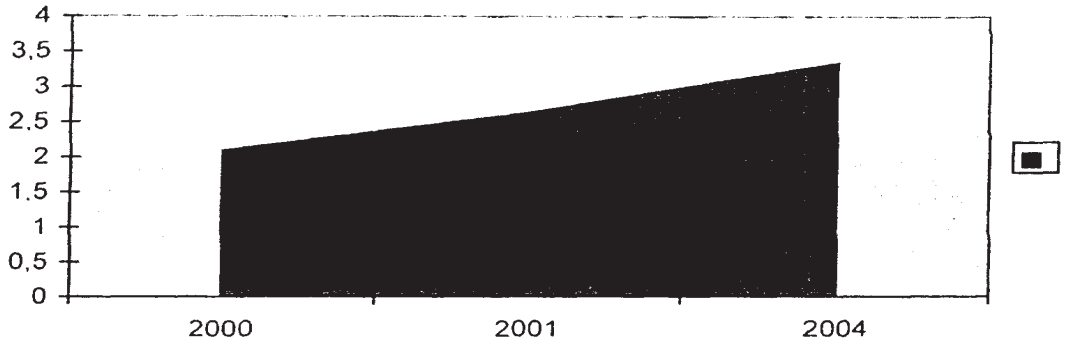
Principais produtos exportados ao Chipre (jan-dez 2005)
Óleo combustível
Café em grão, não torrado e não descafeinado
Automóveis
Carne bovina congelada

Principais produtos importados do Chipre (jan-dez 2005)
Hulha
Pigmentos
Resíduos de alumínio
Derivados de hormônios córtico-suprarenais

Dados de investimento de Chipre no Brasil

Estoque de investimentos cipriotas no Brasil (em US$ milhões)

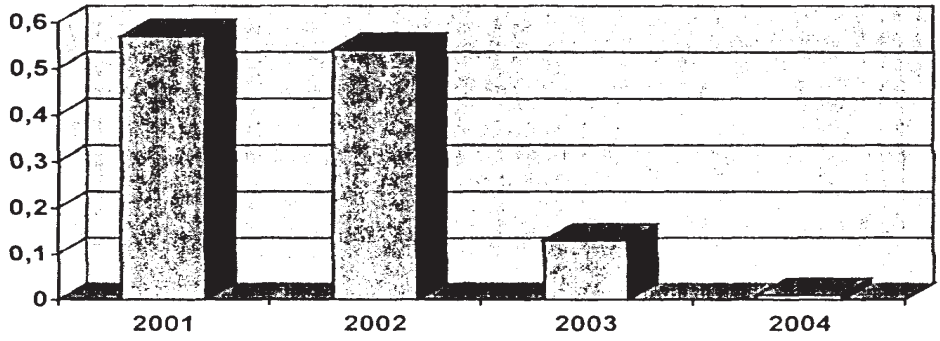
2000	2001	2004
2,09	2,63	3,34



*Fonte Banco Central. **Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio.** Dados de Censo de Capitais Estrangeiros (datas-base 1995 e 2000). Conversões pela cotação do último dia útil do respectivo período.*

Fluxo de investimentos cipriotas ao Brasil (em US$ milhões)

2001	2002	2003	2004
0,57	0,54	0,13	0,01



Fonte Banco Central ***Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio.*** *Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto Conversões em dolares às paridades históricas*

Principais empresas brasileiras de exportação para e importação do Chipre

EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
PETROBRAS	CSN
COIMEX TRADING	PROFERTIL
MINERVA LTDA	BASF
MULTIBRAS	GALENA
QUATRO MARCOS	EMS
MANSUETO PIEROTTI & FILHOS	GENIX
PERIM CAFÉ	INDUKERN
MASISA DO BRASIL	EUROFARMA LABORATÓRIOS
DRESSER	ALCOA ALUMINIO
GVA	BIOLAB SANUS
FRANCO FABRIL	CRISTALIA
SADIA	MARJAN
RIPASA	BHP BILLITON
AGRO FOOD	COTIA TRADING
UNIVERSAL TRADING	LABORATÓRIO NEO QUÍMICA

DE-I, 30/05/2006

Aviso nº 613 – C. Civil

Em 7 de junho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff,** Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – As Mensagens que acabam de ser lidas vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 38, de 2006**, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que *altera o art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, para que os Tratados e Acordos Internacionais passem a ser apreciados de modo terminativo pelas Comissões*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 670, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2006 (nº 1.998/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão á Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná.

Relator: Senador **Flávio Arns**

Relator **ad hoc**: Senador **Juvêncio da Fonseca**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 174, de 2006 (nº 1.998, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 174, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 174, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos

quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006. – Senador **Gerson Camata**, Presidente – Senador **Flávio Arns**, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 174/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: (Senador Gerson Camata)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2-JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA
PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS RELATOR	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 174 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES				
JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE	X			
MARIA DO CARMO ALVES	X			
EDISON LOBÃO	X			
MARCELO CRIVELLA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO				
JUVÊNCIO DA FONSECA	X			
LEONEL PAVAN	X			
VAGO				
TITULARES – PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
MAGUITO VILELA				
VALDIR RAUPP	X			
GERSON CAMATA				
SÉRGIO CABRAL				
JOSÉ MARANHÃO				
NEY SUASSUNA				
GILBERTO MESTRINHO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AELTON FREITAS	X			
PAULO PAIM				
FÁTIMA CLEIDE				
FLÁVIO ARNS				
IDELI SALVATTI				
ROBERTO SATURNINO				
MOZARILDO CAVALCANTI				
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR – PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AUGUSTO BOTELHO	X			

SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROSEANA SARNEY	X			
JONAS PINHEIRO				
CÉSAR BORGES				
CRISTOVAM BUARQUE				
MARCO MACIEL	X			
ROMEU TUMA	X			
EDUARDO AZEREDO	X			
SÉRGIO GUERRA				
LÚCIA VÂNIA				
JOÃO BATISTA MOTTA				
SUPLENTES - PMDB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
AMIR LANDO				
GARIBALDI ALVES FILHO	X			
GILVAM BORGES				
GERALDO MESQUITA				
MÃO SANTA				
LUIZ OTÁVIO				
ROMERO JUCÁ				
VAGO				
SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO				
ALOIZIO MERCADANTE				
FERNANDO BEZERRA				
DELCÍDIO AMARAL				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
MAGNO MALTA				
PATRÍCIA SABOYA GOMES				
JOÃO RIBEIRO	X			
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 04 / 2006

SENADOR GERSON CAMATA
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

SEÇÃO II
Das Atribuições do Congresso Nacional

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....

CAPÍTULO V
Da Comunicação Social

.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

.....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com referência ao **Ofício nº 47, de 2006**, da Comissão de Educação, lido em 9 do corrente, a Presidência comunica ao Plenário, que nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o **Parecer nº 34, de 2003**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2006, aprovado pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senhor Presidente da República adotou, em 8 de junho de 2006, e publicou em 9 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 296, de 2006,** que "Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior."

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)	
Alvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca(PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago
PMDB	
Ney Suassuna	José Maranhão
Luiz Otávio	Alberto Silva
Valdir Raupp	Wellington Salgado de Oliveira
Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)	
Ideli Salvatti (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
***PDT**	
Jefferson Péres	vago

*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

DEPUTADOS

Titulares	**Suplentes**
PT	
Henrique Fontana	Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	Anselmo
PMDB	
Wilson Santiago	Benjamin Maranhão

Mendes Ribeiro Filho — Asdrúbal Bentes

PFL

Rodrigo Maia — Luiz Carlos Santos
Kátia Abreu — José Rocha

PSDB

Jutahy Junior — Bismarck Maia

PP

Mário Negromonte — Benedito de Lira

PTB

José Múcio Monteiro — Fleury

PL

Luciano Castro — José Carlos Araújo

PSB

Alexandre Cardoso — Dr. Ribamar Alves

PDT

Miro Teixeira — Álvaro Dias

***PTC**

Carlos Willian

*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

– Publicação no DO: **9-6-2006**

– Designação da Comissão: **12-6-2006** (SF)

– Instalação da Comissão: **13-6-2006**

– Emendas: **até 15-6-2006** (7º dia da publicação)

– Prazo final na Comissão: **9-6-2006 a 22-6-2006**(14º dia)

– Remessa do processo à CD: **22-6-2006**

– Prazo na CD: **de 23-6-2006 a 6-7-2006** (15º ao 28º dia)

– Recebimento previsto no SF: **6-7-2006**

– Prazo no SF: **de 7-7-2006 a 3-8-2006** (42º dia)

– Se modificado, devolução à CD: **3-8-2006**

– Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **4-8-2006 a 6-8-2006** (43º ao 45º dia)

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **7-8-2006** (46º dia)

– Prazo final no Congresso: **21-8-2006** (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2006

Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre atividades ou operações perigosas no trabalho e o art. 1º da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem contato permanente com inflamáveis, explosivos em condições de risco acentuado, e em redes de energia elétrica e telefonia fixa ou móvel.
>
> ..... (NR)"

Art. 2º O art. 1º da Lei nº7.369, de 20 de setembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 1º O empregado que exerce atividade no setor de energia elétrica e no setor de telefonia fixa ou móvel, em condições de periculosidade, tem direito a uma remuneração adicional de trinta por cento sobre o salário que perceber. (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A alteração proposta ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, objetiva contemplar operações em redes de energia elétrica e telefonia móvel ou fixa, com o adicional de periculosidade.

O Tribunal Superior do Trabalho tem acórdão no sentido de que o direito à percepção do adicional de periculosidade relacionado à energia elétrica também pode ser estendido aos empregados de empresa de telefonia. A hipótese foi admitida pela Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, conforme o voto do ministro Renato de Lacerda Paiva. Em seu julgamento, o órgão do TST negou provimento a um recurso de revista interposto pela Telecomunicações de Minas Gerais S/A (Telemar).

O objetivo da empresa era o de reformar determinação anterior do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais que assegurou a um cabista a percepção do adicional de periculosidade, conforme a previsão

do art. 1º da Lei nº 7.369/85. O dispositivo prevê que o empregado que exerce atividade no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, tem direito a uma remuneração adicional de trinta por cento sobre o salário que perceber.

Em suas atividades, o cabista realizava operações diárias, variáveis de uma a seis horas de serviço, junto às redes aéreas de telefonia, instaladas em postes. As tarefas consistiam em reparar defeitos provocados por descargas elétricas em período chuvosos, descargas elétricas oriundas das linhas de distribuição em alta tensão da Cemig, deterioração da rede, falta de aterramento da rede, falha operacional, acidentes envolvendo veículos, vandalismo, etc.

Segundo os autos, a distância entre as redes de telefonia e de alta tensão (energia elétrica) variava de 20 centímetros a um metro. Em favelas, o cabista operava em emaranhados de ligações aéreas e clandestinas, onde fios e cabos elétricos se confundem com caixas e cabos telefônicos. Verificou-se, também, em vários pontos da rede de energia elétrica aérea (Cemig) transformadores abaixadores de tensão e/ou corrente e próximos à rede telefônica aérea Telemar.

Diante deste quadro, o TRT – MG deferiu o adicional de periculosidade ao trabalhador, embora esse pertencesse à categoria dos telefônicos. O laudo pericial traz elementos suficientes para chegar à caracterização da periculosidade, em face do contato de maneira permanente e habitual (não ocasional nem eventual) em área considerada de risco pelo Ministério do Trabalho nos termos do Decreto nº 93.412/86, registrou o acórdão regional.

Esse posicionamento foi confirmado pela Segunda Turma do TST, durante a interpretação feita sobre a previsão específica da legislação.

> O deslinde da controvérsia decorre da delimitação do alcance da Lei nº 7.369/85, a fim de verificarmos se o direito ao adicional de periculosidade abrange também os empregados de empresas de telefonia, observou o ministro Renato Paiva.

Por outro lado, segundo inúmeras correspondências dos sindicatos de trabalhadores da área telefônica, os acidentes de trabalho são constantes, motivados pela utilização simultânea de rede elétrica e telefônica no mesmo espaço físico.

Não há razão para se excluir os operários responsáveis pela manutenção da rede de telefonia, constantemente vistos em célere escalada nos postes de sustentação da rede elétrica, assegurando a prestação de um serviço indispensável para todos nós, razão pela qual merecem a percepção do adicional de periculosidade, da mesma forma que seus paradigmas eletricitários.

Assim, contamos com o apoio dos nossos eminentes Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.369, DE 20 DE SETEMBRO DE 1985

Institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade.

.....

Art. 1º O empregado que exerce atividade no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, tem direito a uma remuneração adicional de trinta por cento sobre o salário que perceber.

.....

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem em contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

§ 1º O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta per cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

.....

DECRETO Nº 93.412,
DE 14 DE OUTUBRO DE 1986

Revoga o Decreto nº 92.212, de 26 de dezembro de 1985, regulamenta a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para empregados do setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, e dá outras providências.

.....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decião terminativa.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 662, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do educador Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil Estados Unidos, de Manaus, ocorrido em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo Falecimento do Educador Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos – ICBEU.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do professor e ao ICBEU de Manaus.

Justificação

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se. Manoel Gonzalez dedicou toda sua vida da educaçâo, fundando em 1956, com outros professores, o ICBEU – Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos. Era também dedicado mestre de Yoga e dava aulas no Parque Municipal do Idoso, na Capital amazonense. Deu aula até o dia em que morreu, vítima de infarto.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 663, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Acácia da Silva Sevalho, do Jornal Correio Amazonense, ocorrido dia 5 de junho de 2006, em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de pesar, pelo falecimento de Acácia da Silva Sevalho, do jornal **Correio Amazonense** ocorrido no dia 5 de junho de 2006, em Manaus.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Acácia Sevalho e da direção do jornal **Correio Amazonense.**

Justificação

Acácia da Silva Sevalho integrava a equipe comercial do **Correio Amazonense**. Era pessoa estimada por todos os seus colegas e amigos, pela imagem correta, dedicada ao trabalho e a família. Ela morreu no dia 5 de junho de 2006, em desastre automobilístico, o mesmo que vitimou também Marta Vasquez, que estava no mesmo veículo que se desgovernou, capotando imediatamente. O Voto de Pesar que ora requeiro justifica- se.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 664, DE 2006

Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Marta Vasquez, do Jornal Correio Amazonense, ocorrido dia 5 de junho de 2006, em Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de pesar, pelo palecimento de Marta Vasquez, do jornal **Correio Amazon**ense, ocorrido no dia 5 de junho de 2006, em Manaus.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Marta Vasquez e da direção do jornal **Correio Amazonense.**

Justificação

Marta Vasquez integrava a equipe comercial do **Correio Amazonense**. Era pessoa estimada por todos os seus colegas e amigos, pela imagem correta, dedicada ao trabalho e à família. Ela morreu no dia 5 de junho de 2006, em desastre automobilístico, o mesmo que vitimou também Acácia da Silva Sevalho, que estava no mesmo veículo que se desgovernou, capotando imediatamente. O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 665, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à comunidade Portuguesa e Luso – Brasileira do Amazonas pelo transcurso do Dia de Portugal, em 10 de junho.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas, pelo transcurso, no dia 10 de junho de 2006, do Dia de Portugal, na data consagrada a homenagear Luís de Camões, o imortal criador do poema épico Os Lusiadas.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do Presidente do Conselho da Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas, João André Nogueira da Silva, e, por seu intermédio, a todos os portugueses e luso-brasileiros do Estado. Além disso, aos três homenageados este ano, por relevantes serviços prestados à entidade: Srs. Alfredo Monteiro Vieira, Guilherme Garcia Almeida e Manuel Lucas Batatel.

Justificação

O Voto de Aplauso que estou requerendo ao Senado da República é de enaltecimento a entidade cultural do meu

Estado, ao ensejo do transcurso do Dia de Portugal, Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas.

É evidente que o Voto proposto homenageia todos os portugueses e luso-brasileiros do País. Particularizo, no entanto, a parcela residente no meu Estado em reconhecimento ao trabalho que ali desenvolve a Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas, que tem seu Conselho presidido por João André Nogueira da Silva.

As comemorações destacaram inclusive o nome do imortal poeta Luís de Camões, autor dos Lusíadas.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 666, DE 2006

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a liberação e o repasse de recursos públicos para entidades que reivindicam a reforma agrária.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitada ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as seguintes informações:

1. Quantas entidades e/ou organizações recebem recursos da União com a finalidade de realizar serviços sociais e de infra-estrutura nos assentamentos rurais?

2. Quais são essas entidades e/ou organizações?

3. Qual o volume de recursos da União que foi destinado a cada uma dessas entidades e/ou organizações nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, até a presente data?

4. Existe, por parte do atual governo, alguma fiscalização com relação à efetiva aplicação desses recursos na realização de serviços sociais e de infra-estrutura?

5. Existe, por parte do atual governo, alguma fiscalização com relação aos convênios firmados entre essas entidades e/ou organizações e às associações a elas ligadas?

Justificação

A imprensa noticiou, nos últimos dias, que o Presidente Lula liberou, em 2004, R$9 milhões para o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem-Terra (MLST), responsável pelo ataque à Câmara dos Deputados no dia 6 de junho.

Segundo as matérias, a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (ANARA), fundada e comandada por integrantes do MLST, recebeu R$5,6 milhões durante a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A imprensa deu destaque, também, à possibilidade de "instrumentalização política" desses movimentos sociais que têm feito uso da violência como estratégia de luta para reivindicar mudanças nas leis fundiárias. O líder do MLST, Bruno Maranhão, é secretário nacional de movimentos populares da Executiva do Partido dos Trabalhadores.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do assunto.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

.....

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação aos Ministros de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

.....

REGIMENTO INTERNO

SUBSEÇÃO II

Dos Requerimentos de Informações

(Const., art. 50, 2º)

.....

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

.....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 667, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao Conselho Nacional de Autoregulamentação o Publicitária - CONAR, pelas novas normas sobre publicidade de alimentos e refrigerantes e de produtos destinados a crianças e adolescentes.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária – CONAR, por ter se mostrado sensível à preocupação da sociedade e estabelecido novas normas, a vigorarem a partir de lº de setembro, relativas à publicidade de produtos destinados a crianças e adolescentes, bem como de alimentos e refrigerantes.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento daquele Conselho.

Justificação

Levando em consideração os avanços técnico-científicos ocorridos nos últimos anos e sobretudo a crescente preocupação da sociedade, principalmente com a obesidade, que vem se tornando problema de saúde pública – e não apenas para as camadas mais abastadas da população – o Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária – CONAR, estabeleceu novas normas para a publicidade de produtos alimentícios e refrigerantes, bem como daqueles que têm por alvo o público infanto-juvenil. Em relação às crianças e adolescentes, as novas normas proíbem apelos imperativos como "Peça pra sua mãe comprar..." ou sugestivos, como "Faça como eu, use.."**,** além de determinar outras medidas visando a proteger um público que, ainda em formação, é naturalmente muito sugestionável.

Em relação a alimentos, refrigerantes, sucos e correlatos, as novas normas visam a impedir que a publicidade induza a seu consumo em detrimento de produtos naturais e de atividades físicas. Com essas normas auto- regulamentadoras, o Conar se antecipa a quaisquer medidas governamentais ou legislativas, estabelece, ele próprio, limites para a publicidade, respeitando, porém, a liberdade dos profissionais de anunciar os produtos e o direito do público de escolher o que lhe parecer melhor. O Conar merece, portanto, este Voto de Aplauso que ora proponho.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio,** Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 534/2006 — GP

Brasília, 7 de junho de 2006

Senhor Presidente,

A Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional do Distrito Federal, preocupada com o grave incidente ocorrido na última terça-feira (6-6-2006) nas dependências da Câmara dos Deputados, envolvendo membros do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), que resultou em prisões de mais de 400 manifestantes, dentre os quais mulheres e crianças, designou a Comissão de Direitos Humanos para acompanhar os procedimentos junto às autoridades competentes.

Cumpre-nos ressaltar que esse acompanhamento foi motivado pela preocupação com as condições de acomodação, alimentação e de assistência médica sob a responsabilidade do Estado, tendo sido constatada a precariedade, diante de um acontecimento de tão elevadas proporções, de infra-estrutura para o pronto atendimento a todo o contingente de manifestantes.

Com relação ao ocorrido, a OAB/DF condena, veementemente, toda e qualquer ação de vandalismo contra o patrimônio público, sobretudo suas instituições representativas, como é o caso da Câmara dos Deputados, que, em última análise, constitui um atentado à própria democracia. Mas entende que os direitos das pessoas devem ser constitucionalmente respeitados e manifesta sua preocupação com a situação das crianças recolhidas à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), envolvidas inocentemente no episódio, bem como de suas mães e acompanhantes, para os quais solicita atenção especial e rigoroso respeito ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13-7-1990)

Por fim, a OAB/DF, por intermédio de sua Comissão de Direitos Humanos (CDH), permanecerá acompanhando, diuturnamente, todo o desenrolar dos acontecimentos, a fim de que se encontre uma solução que venha a atender os pressupostos e requisitos legais de direito de defesa e de respeito à dignidade da cidadania.

Atenciosamente, – **Estefânia Viveiros**, Presidente da OAB/DF.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, sem prejuízo dos inscritos, o Senador Papaléo Paes.

V. Exª dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao inaugurar as instalações de um grupo hospitalar em Porto Alegre, há algumas semanas, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em mais um de seus arroubos verbais, disse que o Brasil "não está longe de atingir a perfeição no tratamento da saúde".

Nesse despautério, o Presidente Lula é reincidente, porquanto, em dezembro de 2005, na V Conferência Nacional de Assistência Social, já fizera afirmação semelhante.

Ora, Sr. Presidente, ninguém há de negar as virtudes do Sistema Único de Saúde ou a crescente universalização do atendimento médico – um desafio que se impôs com a Constituição Federal de 1988, e que desde então vem sendo perseguido com razoável êxito. Daí a considerar o Sistema Único de Saúde próximo da perfeição, sem qualquer trocadilho, vai uma distância astronômica. Ou o Presidente Lula se deixou levar pelo entusiasmo, ou precisa novamente percorrer o País, em todos os seus quadrantes, para retomar contato com a realidade.

Informa o Ministério da Saúde que o SUS é utilizado hoje por 120 milhões de pessoas, e que uma das suas conquistas foi a inclusão de um terço da sociedade brasileira, que não tinha qualquer outro tipo de assistência médica. Os números do SUS realmente impressionam: são 625 milhões de consultas médicas anuais, 12 milhões de internações e 300 milhões de exames laboratoriais. O Brasil é referência mundial na prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas a Aids. O País é elogiado pelo Programa Nacional de Imunizações e tem o segundo maior programa de transplantes de todo o mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, onde somente 20% desses procedimentos são bancados pelo Poder Público.

Esses números que nos impressionam positivamente também impressionam o Presidente Lula – o que é natural –, mas não podem impedi-lo de enxergar a outra face da moeda: o lado da saúde pública que está ainda engatinhando em termos de rapidez, eficiência e qualidade no atendimento à população.

Ressalvando que as diretrizes do SUS são adequadas, e assinalando que o sistema é uma reforma social incompleta, com implantação heterogênea conforme a região ou localidade, o Professor Gastão Wagner, da Unicamp, aponta falhas no Programa: financiamento insuficiente, crescimento da atenção primária em velocidade e qualidade abaixo do desejado, regionalização e integração quase virtuais e eficácia e eficiência de hospitais e serviços abaixo do padrão pretendido. E o mais grave, na opinião do Professor Gastão Wagner, é "a impressão de que há certo desencanto com o SUS, um descrédito quanto à viabilidade de uma política tão generosa e racional".

A opinião do Professor da Unicamp é citada no artigo "Vícios e Virtudes Públicas", de autoria de Vagner Ricardo e publicado na revista **Conjuntura Econômica**, de maio de 2006.

No texto, o autor, embora reconhecendo os méritos do sistema, diz:

> (...)utopia do atendimento universal cai por terra ao constatar que milhões de brasileiros esperam em filas sem fim nos hospitais públicos e postos de saúdes, convivem com falta de medicamentos e recebem atendimento às vezes precário, a despeito das regiões em que morem.
>
> As falhas no atendimento aumentam a preocupação em um País em que quase um terço da população sofre com doenças crônicas, como diabetes, hipertensão, câncer, problemas de coluna e reumatismo, segundo informações organizadas pelo PNAD 2003, do IBGE.

Em artigo intitulado "A Saúde na UTI", publicado no jornal **Correio Braziliense**, do dia 07 de fevereiro último, o Consultor de Saúde, Carlos Gropen denunciava:

> É grave a situação da saúde pública brasileira. Já não bastasse a falta de medicamentos, luvas descartáveis, agulhas, frascos de soro e outros insumos básicos, destaca-se agora um outro aspecto da crise: a degradação do componente humano. Médicos e outros profissionais da área de saúde se submetem a condições de trabalhos desumanas, com conseqüência para si mesmos e para os pacientes.

Ouço o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Papaléo, gostaria de participar do seu pronunciamento e cumprimentar V. Exª e o Senador Suassuna, Professor Suassuna, a quem chamo de Shakespeare. Professor Suassuna, em vim atentamente ouvindo o rádio, como V. Exª. Olha, Professor Suassuna, olha para cá. Professor Suassuna, olhe para cá. Entre o Jamanta e o Lula, sou mais o Jamanta: é simpático, é bondoso, é honesto. Professor Papaléo, V. Exª reflete a realidade das Ciências de Saúde. Professor Suassuna, eu vim de

Picos agora, no fim de semana. Picos é para o Piauí o que São Paulo é para o Brasil: trabalho. Conversei com médicos, recebi-os em um banquete e conversei. Lá deve haver uns 150 profissionais. Atentai bem, ó Jamanta da República: só dois operam – já estão no fim, por unanimidade – pelo SUS. Dois reais, ó Jamanta da República, é o preço de uma consulta! Os médicos, na sua característica humanitária, atendem gratuitamente. Não é pelo SUS do Jamanta. Só dois! Olha, isso aqui é moleza! Isto é como o homem disse: é um céu. Próstata, eu fiz muitas. Suassuna, operar próstata é idoso, é velho, é complicado, mete, sangra, entope o balão... Jamanta, uma próstata é R$ 100,00! Ninguém faz. Estou dizendo como está. Jamanta da República, se manca, mande-me convidar para eu o ensinar. Foi conquistado isso, coisa de Mão Santa. Dois reais por consulta! Suassuna, um médico para ganhar R$ 5 mil teria que dar 110 consultas por dia. Só são 20 dias úteis. Hoje ninguém atende pelo SUS. Sou especialista em SUS e eduquei a minha família. As tabelas eram honradas com dignidade e, por isso, estou aqui. Todos estão deixando o SUS; estão atendendo por caridade. Atentai bem, Suassuna: uma anestesia, um procedimento para colocar um braço no lugar, numa luxação, uma cirurgia ortopédica tem tabela de R$ 6,00 e R$ 9,00 para o anestesista. Isso é uma molecagem! O Jamanta governaria este País melhor do que Lula. É um inconseqüente! O que está havendo é o seguinte, Suassuna, vamos para o debate: existe roubalheira aí, desde os vampiros; é esculhambação; é negócio de ambulância, e o Jamanta: "eu não sei; eu não vi". Isso é uma vergonha! Pelo SUS ninguém está atendendo nada. O que está havendo é o seguinte – atentai bem: os médicos especialistas estão deixando as suas especialidades e estão pegando esse PSF. Não há resolubilidade. Olha, e é cara a medicina privada. Todos os hospitais estão aí. Convivo com a classe médica. E agradeço a Deus porque no meu tempo não era isso não. Ganhávamos. Estou aqui, sou aposentado pelo INSS, sou cirurgião. As tabelas tinham dignidade. Hoje uma próstata é R$ 100,00. E para se operar uma próstata tem que se fazer o diagnóstico e não dorme, não; entope a sonda... Operei muito! Mas é sacrifício! O Jamanta da República não tem a mínima noção do que é saúde. Sou muito mais o Jamanta. E ele não pode dizer, não sabe o que é a saúde. A saúde tem que ser como o sol: igual para todos. Ô, Suassuna, diz para o Jamantão da República que um dia em uma UTI são R$ 10 mil. Isso é coisa de rico, para quem pode, para nós. Esse é o Partido mais injusto! E nunca a ignorância foi tão audaciosa. Ela só é superada pela corrupção do PT. Jamais! Te manca, Jamanta da República! O meu Partido vai ser o rabo da sua incompetência!

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Ouço V. Exª, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Papaléo Paes, eu não posso discordar, de maneira alguma, do Senador Mão Santa quanto a essa tabela do SUS. Tínhamos 400 milhões no Orçamento que deviam ter sido aplicados para melhorar a situação. É preciso um médico, considerando o valor de R$ 2,50, fazer duas consultas para engraxar um sapato, pois o preço é R$ 5,00. Hoje, um parto – e há o pré e o pós-parto –, uma cesariana custa R$ 100,00.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – São nove meses.

O Sr. Ney Suassuna – (PMDB – PB) – São nove meses de acompanhamento.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Para fazer uma cesariana, há o pré-natal. A cesariana é a conseqüência do tratamento. Depois pode haver complicação. Então, na prática, são 10 meses para um médico...

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Fiz um discurso aqui, há duas semanas, exatamente reclamando da situação dos hospitais do meu Estado. Esses hospitais estão em uma situação muito difícil, uma vez que, por exemplo, os psiquiátricos contam com R$ 25,00 de diária para dar alimento – três refeições –, todos os remédios, internação e roupa lavada. Realmente precisa haver uma reformulação nessa tabela do SUS.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Só um instante, Shakespeare, US$ 400,00 me foram oferecidos como diária para ir à China e, agora, para os Estados Unidos. E V. Exª, Senador, está falando que a diária paga a um hospital é de R$ 25,00, com atendimento e medicamento. Ô Lula, ô Jamanta, acorda!

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Então, todos os hospitais psiquiátricos de João Pessoa, exceto o público, estão fechando. E não fecharam ainda porque não têm o dinheiro para a indenização. Nobre Senador, V. Exª está abordando um tema muito difícil, muito importante e que atinge a vida de todos nós. Hoje somente para os hospitais privados compensam realizar os procedimentos mais complexos; os outros não querem. Portanto, não posso tirar a razão do Senador Mão Santa – não dessa maneira como fala – quando diz que, de 150 médicos, só 2 estão aceitando fazer esse atendimento do SUS. É preciso reformar essas tabelas, que não são condizentes. Meu Estado e os Estados periféricos do Norte e do Nordeste estão sofrendo muito mais do que os do Sul e do Sudeste, onde a maioria da população tem condição de pagar plano de saúde. Portanto, solidarizo-me com V. Exª, dizendo que, neste caso específico, concordo em gê-

nero, número e grau: é hora e tempo de fazermos uma reformulação nessa tabela do SUS.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Concedo aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Papaléo, este tema é de extrema importância, e V. Exª, como médico, conhece mais do que ninguém esta questão que ainda não foi resolvida, ainda não tem uma política consistente por parte do Governo Federal. Assim como o Senador Mão Santa referiu-se aos recursos destinados a determinadas cirurgias, que são uma esmola, uma gorjeta, não são recursos, eu queria aproveitar o seu pronunciamento para dizer que, há pouco, recebi uma ligação de uma senhora chamada Alcinéia – parece-me – da Penha, do meu Estado de Santa Catarina. Ela dizia que o marido dela está doente, com um problema no coração, e faltam remédios para ele. Ela vai à prefeitura, e não os consegue; apela para o SUS, dizem que não tem; para comprar em uma farmácia, ela não tem dinheiro, pois são muito caros. Ela gostaria de saber o que fazer para manter a saúde do seu marido? Ela não tem dinheiro, e é capaz de ele morrer por falta de medicamento. Isso acontece, Senador Papaléo, com centenas, com milhares de pessoas, todos os dias, em nosso País. Não responsabilizo apenas o Governo atual, mas a política de saúde do nosso País. Ela destina recursos, mas é impossível para um médico atender uma pessoa, como deve fazer, com esses recursos do Governo. É impossível manter a saúde do povo como deve ser mantida, liberando apenas determinados remédios, e não os essenciais. Aqueles que são caros e importantes, o Governo não libera. Os caros, que são os melhores remédios e os mais eficazes, o Governo não libera. E pobre não pode comprar remédio. Qual é a saída? Um País que diz que está investindo nos pobres, nos miseráveis, nas pessoas menos assistidas, precisa tomar providências para atender à classe pobre, justamente nos remédios mais caros, porque os baratos ela é capaz de comprar. O problema são os remédios caros. Então, aproveito a oportunidade do seu pronunciamento também para repudiar a política da saúde de nosso País: mal elaborada, mal administrada, e com uma irresponsabilidade que nós só temos de repudiar. É uma irresponsabilidade muito grande do atual Governo Federal, que não tem uma política consistente para a saúde em nosso País. Obrigado, e desculpe-me por tomar o seu tempo, amigo Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Agradeço muito ao Senador Leonel Pavan, bem como aos Senadores Mão Santa e Ney Suassuna, por tudo a que já me referi e pela participação de V. Exªs.

É natural que o ufanismo do Presidente Lula fosse rebatido por Parlamentares diversos, como ocorreu, e também por técnicos da área da saúde, bem como por aqueles que melhor podem opinar sobre a saúde pública: os usuários do SUS. Para o cidadão que passa horas nas filas dos hospitais, aguardando atendimento, a infeliz frase do Presidente Lula foi quase um acinte.

Os jornais, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na sua informação cotidiana, acabam por traçar uma radiografia mais visível do programa da saúde do que os textos técnicos, que resumem o drama humano a números, cifras e estatísticas. Pois os periódicos relatam, com uma constância gregoriana, as mazelas da saúde pública brasileira. O **Jornal de Brasília**, em dezembro de 2005, destacava:

> Pacientes internados na rede pública que necessitam atendimento em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) enfrentam uma verdadeira maratona para conseguir um leito. A falta de vagas nos hospitais públicos e a recusa das instituições particulares em receber o doente têm obrigado as famílias a recorrerem à Justiça para conseguirem a internação. Em muitos casos, a demora custa a vida do paciente.

Outro problema que se observa com certa recorrência no funcionamento do SUS são as fraudes, o que expõe uma precariedade nos mecanismos de controle e fiscalização. O já citado **Jornal de Brasília**, em 10 de dezembro, denunciava em manchete: "Rombo de R$40 milhões contra o SUS".

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Isso, Sr. Presidente, em plena Capital da República. Mais recentemente, em meados de abril, o **Correio Braziliense** repercutiu os resultados de uma auditoria em Minas Gerais, com a manchete: "Fraude milionária em hospital de Minas Gerais".

Os rombos, a ineficácia da fiscalização e a utilização política de sua estrutura são apenas alguns dos problemas do SUS, Sr. Presidente. Ao criticar o Presidente da República por sua declaração infeliz e despropositada, não queremos condenar a filosofia e as diretrizes do Sistema Único de Saúde nem ignorar os seus méritos. Nossa crítica tem a intenção de alertar o Presidente Lula para uma realidade que ele insiste em desconhecer, para que, conhecendo as precariedades da saúde pública, possa concentrar seus esforços em aprimorá-la e, assim, tornar menos dura e menos angustiada a vida de milhões de cidadãos brasileiros que hoje sofrem com as filas imensas e com atendimento médico inadequado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Senador Papaléo Paes.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passamos a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela ordem.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – O Senador Arthur Virgílio concedeu-me o seu tempo. Assim que V. Exª entender que deve me atender, ficarei grato. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos inscrever V. Exª. Pela ordem dos inscritos seria agora, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eu não sei se é pela ordem ou questão de ordem. Peço a palavra pela sensibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra V. Exª, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Pela sensibilidade de V. Exª eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Claro, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Eu gostaria de fazer uso da palavra, se os companheiros me cedessem a oportunidade, porque às 15 horas haverá uma reunião fundamental do PMDB, e quero levar a minha solidariedade. Foram convidados os candidatos a governador, que estarão lá as 15 horas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Consulto o Senador Marco Maciel se concede a vez ao Senador Mão Santa?

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Fica preservada, então, a inscrição de V. Exª, e eu concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que tem urgência para resolver os problemas do PMDB, com a aquiescência do Líder Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu gostaria que V. Exª me dissesse qual é a minha ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, V. Exª está inscrito como um dos últimos.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela Liderança, V. Exª tem preferência. Depois do Senador Mão Santa, V. Exª terá a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Srªs e Srs. Senadores, Senador Suassuna, brasileiros e brasileiras, atentai bem, nem tudo está perdido.

Senador Marco Maciel, 180 anos de Senado! Isto aqui não se reunia nunca, jamais às segundas e sextas-feiras. Esta Casa salvou a pátria de uma ditadura cubana. Daqui eu disse que havia mesada.

Suassuna, está no jornal em que Cláudio Humberto escreve. O mais independente e competente jornalista disse: "Mão Santa disse que há mesada." Fui o primeiro a dizer isso. Cláudio Humberto, pode ver isso lá. Eu quero até uma cópia. Isso foi apelidado de mensalão, mas eu já havia denunciado. Daqui chamamos José Dirceu de Zé Maligno. Agora é fácil, mas foi ele que pensou.

Senador Suassuna, quando daquela reforma da Previdência, reforma que tirava direito dos velhinhos aposentados e proibiu-se haver aposentado trabalhador neste País. Paim sabe que o pobre começa a trabalhar com dez anos de idade. Ô Suassuna, de dez anos para 65 anos são 55 anos. Sou mecânico da máquina humana. A máquina de ferro não dura dez anos, uma automóvel, como a máquina humana, Senador Alvaro Dias, vai agüentar 55 anos, Paim? Não agüenta: está estropiado da coluna, perdeu o dedo. Motivado por isso, eu disse daqui uma coisa que se faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT.

Por que esta Casa funciona às segundas e sextas-feiras? Sensibilidade deste homem do PT, Paulo Paim, quando Vice-Presidente. Aliás, o destino colocou o melhor Vice-Presidente da história da nossa República, Marco Maciel, e o melhor Vice-Presidente em 180 anos de Senado, Paim. Ele, com a sua formação – vamos dizer – nas cadeiras do Parlamento, pós-graduado em Parlamento, a sua aquiescência lhe permitia, e aqui chegavam quatro – Alvaro Dias, você vai entrar na história, mas é como a novela da Globo, aquela em que aparece o Jamanta, bondoso: Alvaro Dias, Efraim Morais, Arthur Virgílio, Antero Paes, Mão Santa; e a aquiescência de Paim permitia a voz do Parlamento, a verdade do Parlamento, e abríamos a sessão de segunda-feira e de sexta-feira, que nunca havia. E foi aumentando. Heloísa Helena estava que nem Joana d'Arc, na fogueira – aliás, estamos no mês da fogueira, de Santo Antônio e São João. O Zé Dirceu contratou uma fogueira. E nós lá, com a aquiescência de Paim, o grande Vice-Presidente, atiramos. Então, foi

aumentando. Quatro meses depois, Suassuna, chega esse bravo Alvaro Dias. Não havia, nunca houve sessão segunda-feira e sexta-feira. Os Anais mostram que eu presidi muito mais de cem, porque eu era o mais velho. Aí vem Pedro Simon, Alvaro Dias, com a camisa dez. Assim, começamos a reagir.

A Câmara está ali. Os sem-terra deram uns ensinamentos neles. Falta de autoridade moral do "comunistinha" que está lá.

Senador Suassuna, sou filhote político de Petrônio Portella. No meu gabinete, só há dois homens: o Papa, abençoando-me, e eu abraçado, menino, com Petrônio.

Eu vi – ó "comunistinha", aprenda com o Piauí – o dia em que se fechou este Congresso. Ô Marco Maciel, Geisel, reforma do Judiciário, lembra-se? Eu estava do lado de Petrônio. A imprensa pediu: diga alguma coisa. Ele só disse o seguinte, Leonel Pavan – ó "comunistinha", olhe o que é moral: "Este é o dia mais triste da minha vida".

Os canhões voltaram, e Geisel mandou abrir. Marco Maciel, Petrônio, Ministro da Justiça, para recepcioná-lo em Parnaíba, fui buscar o melhor carro de um amigo empresário, ditador da moda. O Ministro Petrônio chegou ao Piauí, Parnaíba, a minha serra – ô Leonel Pavan, de Camboriú, olhe a praia!

Aí meu irmão, que hoje é Deputado Federal, Lauro Correa, o Presidente e Petrônio. Um cortejo para esperar aquele Ministro piauiense. Ô Marco Maciel, atentai bem. Lá no meio, quando vejo, Petrônio grita: "Mão Santa, pára, pára, pára". Eu disse: "Por que, Ministro? V. Exª está passando mal". Disse ele: "Tire esses batedores daí". Autoridade de um Ministro tem de ser moral. Vem cá, Suassuna, esses Ministros aí têm moral? Autoridade é moral. Eu o vi fazer isso no Rio de Janeiro. Está faltando moral neste Congresso. Eu governei o Piauí. Havia sem-terra, havia tudo, mas... Essa é a verdade. Mas por quê?

Ô Suassuna, nosso líder está encantado no fundo do mar. V. Exª está nos liderando, mas vivemos de passado, de história. V. Exª está aí, Suassuna, não é porque é grande, não. Alberto Silva, que grande! Mão Santa há dois do Piauí. PMDB é que é grande. O povo acreditou na história, na nossa história. Ulysses, encantado no fundo do mar; Teotônio, moribundo com câncer, pregando; o nosso Tancredo, que se imolou, retardou a cirurgia para fazer a transição; Juscelino, cassado, humilhado. Então, o povo acreditou nessa história! Isso é que nos trouxe o Partido. O Partido é que é grande! Os militantes, o povo que acreditou na história e vota no PMDB! Atentai bem: os delegados da convenção, está indo um monte, uma leva; o Marcos Valério está sendo esperado lá no Piauí com uma agência do Banco Rural para nos tomar uma convenção. Mas, ô Suassuna, Ulysses foi que liderou aqui, que se candidatou contra a ditadura, contra Geisel, e nem a ditadura impediu o PMDB de ter candidato. É muita ignomínia, é muita ignorância, é muita audácia do "Jamanta" da República do PT querer que o PMDB não participe da democracia!

Atentai bem, Suassuna. Ulysses disse: "a corrupção é o cupim que destrói a democracia". Senador Marco Maciel, nunca vi tanto "cupim". "A corrupção é o cupim que destrói a democracia", e aqui se alastra o "cupim". Lá no meu Piauí – quero dizer-lhe –, olhe a vergonha: é tudo PT. Está aqui no **Correio Braziliense**. O jornal é bom. Antigamente eu lia os do Rio e de São Paulo. Mas esse jornal é bom. Olhe aqui a safadeza: "O Piauí mistura o público com o privado". O Secretário de Comunicação inventou; tudo é quadrilha. O Procurador-Geral botou quarenta. Lá deve haver até mais. Só não cita o chefe, o Procurador-Geral. O Jamanta não é o que a gente vê. O homem é tão bom! Não é o meu Jamanta da "Belíssima".

Atentai bem: público e privado. Norberto Bobbio – a gente tem de estudar, Lulinha! O Lula diz que cansa ler uma página de livro; é melhor fazer uma hora de esteira. Haja besteira! Segundo Norberto Bobbio, que é o pai da teoria política, do país do Renascimento, Senador vitalício, duas desgraças acabam com a democracia...

(Interrupção do som.)

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo.

E ficamos fortes, porque o Senador Alvaro Dias foi o quinto homem que chegou – ele estava de licença – e aí deu força para esta Oposição. Quero agradecer.

Mas atentai bem. Nós estamos nessa democracia.

Ouço o aparte de V. Exª, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Mão Santa, V. Exª sempre traz fatos novos para a sociedade brasileira; não para nós. V. Exª está sempre mostrando falhas do Governo e alguns novos envolvimentos de pessoas ligadas ao Governo em corrupção. Senador Mão Santa, todos os dias, 80% dos que estão no Senado usam da tribuna para apontar falhas do Governo, para apontar o envolvimento de pessoas do Governo em corrupção. Todos os dias, as revistas **IstoÉ**, **Veja**, **Exame** e outras, da mesma forma, apontam falhas, apontam corrupção. Os jornais, grandes, médios e pequenos, bem como o rádio e a televisão, todos os dias, anunciam problemas que, sem dúvida, empobrecem a política nacional. O Presidente Lula

debocha, dizendo: "Podem falar do mensalão! Podem falar 'isso ou aquilo!' Que se unam todos e venham!" Ora, isso é abusar. Sua Excelência governa o Brasil como se governasse a sua própria Casa. Não é assim. Sua Excelência governa os nossos bens, os bens de toda a população brasileira, os Municípios, os Estados, a Nação por inteiro. No entanto, debocha dizendo que não há problema, que podem falar que houve corrupção nas estatais, nos Ministérios, que houve envolvimento de pessoas do Governo, que desviaram recursos, que houve caixa dois. Sua Excelência apenas não liga. V. Exª não crê que, talvez, a sociedade brasileira esteja mais preocupada com outros temas do que com a questão nacional? Todos os dias, usamos a tribuna aqui para alertar sobre o atual momento do nosso País, a imprensa também o faz, mas o Presidente da República ignora todos os fatos negativos, considera-se o dono da bola. Ele diz: "eu sou o bom, eu entendo!", "podem dizer que estou envolvido, não tenho medo". É claro que tudo isso não é orientação que recebe de seus assessores. Que isso é, realmente, um deboche com a sociedade brasileira, é inegável.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu queria apenas complementar dizendo que o povo brasileiro é de Deus, é de Jesus, e está escrito: sob os céus, há um tempo determinado para cada propósito. O tempo agora é de pagarmos pelo erro que cometemos. Mas chegará o tempo da alternância no poder, em que o povo, em que a voz rouca das ruas vai se manifestar. Há tempo de nascer, de morrer, de plantar e de colher, e há o tempo de tirar. Nós o elegemos com uma esperança, mas fomos enganados.

Não vou para o deboche, vou para o entendimento. Ney Suassuna, um homem de muita cultura, e Marco Maciel, membro da Academia Brasileira de Letras, conhecem Norberto Bobbio. Duas desgraças acontecem. Primeiro, o mínimo que se tem que exigir de um governo é a segurança, o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Se sequer o Congresso tem segurança, ninguém mais a tem. Acabou. Segundo: quando se une o público e o privado, essa ignomínia.

O Secretário de Comunicação inventou... Suassuna, é cada uma... Com essa engenhosidade, ele está ganhando do carequinha, do Marcos Valério. Um pai conta: ele formou uma empresa e é ela que cobra a conta da Cepisa, da água, do trânsito, além de emprestar dinheiro para os velhinhos, que os "jamantas" do PT dizem que é barato. É 2,9% ao mês, Lulinha! Isso dá 41% ao ano, porque são juros sobre juros. Aprenda, Jamanta!

Os velhinhos estão se suicidando. Eu conheço, eu sou médico.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Um minuto, Sr. Presidente, que representa a grandeza do Paraná.

O velho, Senador Suassuna, está se suicidando, porque ele é honrado. Ele tinha um salário e, de repente, se tira 41% de seu salário, que já é pouco. Então, ele pega dinheiro emprestado.

Os juros de um país civilizado são de 2% a 5%. Ele tem seus compromissos. Se deixa de comprar seu remédio, ele morre. Às vezes, a mulher não tem dinheiro para pagar. Então, eles estão se suicidando. São 41%, Lula Jamanta! Atentai bem!

No Piauí é pior, porque é um Secretário quem faz isso. No meu Governo, isso não acontecia. Aliás, não só no meu; isso não acontecia em nenhum governo, porque os Governadores foram todos homens de grandeza, como Petrônio Portella, Lucídio e Dirceu, que morreu aqui, pois tombou defendendo a Pátria, nossa tradição.

Nem tudo está perdido...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Lá havia um promotor – o Senador Ney Suassuna tem de saber – que era do PCdoB. Ele foi eleito Deputado Federal. Ele foi para o PDT, morreu e está no céu. Eu pensei que não houvesse mais nenhum cristão no Ministério Público, pois a corrupção é grande e se alastra em todos os Poderes. Porém, apareceu um e apresentou uma queixa-crime. É o Procurador Ruszel – está aqui no jornal –, a quem quero homenagear. Acho que ele devia até ser candidato a Senador, porque do jeito que as coisas estão...

Então, ele apresentou uma queixa-crime. Veio aqui porque lá não havia condições. A Imprensa é o Secretário de Comunicação, que tem essa empresa, que cobra tudo. Não há mais Secretaria de Comunicação.

É essa vergonha que está o nosso País! Tinha que se alastrar, tinha que chegar. Misturaram o público com o privado! Isso é uma indecência!

Senador Ney Suassuana, seria como eu, médico, ter um hospital e pegar todo o dinheiro do Governador do Estado para aquele hospital.

Um elemento do Governo negociando e tirando vantagens... E vantagens ilegítimas, porque os juros que estão por aí são de agiotagem. O Lula é que pensa que é de 2%.

Senador Paulo Paim, permita-me dizer: fique lá com o seu PT dos trabalhadores honrados e vamos pôr essa turma, essa patota, cujo presidente nacional

é Henrique Meirelles, do PB, o "partido dos banqueiros".

Manifesto meu entusiasmo. Foi preciso que um jornal de Brasília publicasse a matéria, porque lá, como o homem é Secretário de Comunicação, a matéria não sai. É grande a reportagem, que diz que o Procurador Ruszel Lima Verde veio a Brasília apresentar uma queixa-crime ao Procurador-Geral da República.

Ainda há homens, lá no Piauí, como o Procurador daqui, que denunciaram quarenta ladrões, todos da intimidade... Só faltou coragem a ele para dizer quem era o chefe. Eu sei que o Jamanta não é, porque hoje à noite eu vou ver a generosidade: "Lula é bonzinho, Jamanta é melhor".

Vamos com o PMDB, que é do povo, à luta e às urnas para salvaguardar a maior riqueza da democracia: a alternância no poder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, o Senador Ney Suassuna, como Líder do PMDB.

Em seguida, falará o Senador Marco Maciel.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a primeira riqueza vegetal do nosso Nordeste foi o pau-brasil. E o pau-brasil do Nordeste era muito mais tenro, e por isso foi muito mais buscado na época da colonização.

Há algum tempo, principalmente na Paraíba, nossa riqueza era o algodão, o agave, o sisal, a oiticica e frutas, em alguns lugares onde havia irrigação. Agora estamos vivendo um outro *boom* econômico, o álcool, que está sendo, depois do Protocolo de Kyoto, buscado em todo o mundo. A Europa quer álcool para misturar ao petróleo, o Oriente quer álcool para misturar ao petróleo, e nós também usamos álcool nos nossos carros. Daí o *boom* econômico enorme do álcool.

Senador Marco Maciel, o álcool trouxe uma riqueza enorme para o usineiro, que pode escolher entre produzir álcool ou produzir açúcar, ambos bastante valorizados. Está havendo, com essa riqueza, uma verdadeira expansão no setor. Da Paraíba já saíram empresários, na área de usinas, que foram para o Tocantins, para Goiás, para Minas Gerais e para Pernambuco. Temos o mesmo grupo de empresários: Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo. E aí o que acontece na nossa região? A nossa região está definhando em relação a um importante personagem dessa economia: o plantador de cana.

O meu Estado tinha 2.600 plantadores de cana na associação; hoje, só temos 900. Por quê? Porque ele só tem um comprador: o usineiro. Havia um equilíbrio. Nós concorremos com quem? Com o Sul, com o Sudeste, com o Tocantins, com Goiás, onde há chuva regular, terras boas, e onde se pode, até pela equação econômica, usar máquinas. Cada máquina que colhe a cana-de-açúcar cobre o trabalho de setenta trabalhadores. Setenta! E o que está acontecendo? Usineiros que saíram da Paraíba, que estão com usinas fora da Paraíba, já têm setenta ou oitenta máquinas. Estamos falando do trabalho de cinco mil pessoas que deixou de ser feito manualmente em cada usina dessas. Cinco mil pessoas!

No Nordeste, não temos essa condição econômica, nem no meu Estado, nem no Estado de V. Exª, nem em Alagoas, onde se planta cana-de-açúcar. Nós usamos o trabalho manual. E o que está acontecendo com esse plantador de cana? Ele está definhando. Eram 2.700 na associação, e agora são apenas 900. Eles ainda empregam milhares de pessoas, graças a Deus. É um emprego difícil, mas é o emprego que temos.

Peço ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura que voltem com a equalização. Havia uma equalização que fazia o equilíbrio econômico desses plantadores. Eram R$5,00 por tonelada, e foi abolida. Já foram várias vezes ao Presidente, já se reuniram, os políticos acompanharam. Fomos ao Ministro da Agricultura, mas a equalização não sai. Resultado: estão perdendo os empregos. A categoria está sofrendo muitíssimo enquanto vê o progresso, o crescimento dos que têm a usina e que passam a comprar as terras desses plantadores de cana. É um setor que está tendo um *boom* econômico, e paga caríssimo, porque não tem condições de mecanizar. E, se mecanizar, vai desempregar uma verdadeira legião de trabalhadores que vivem disso, o que é, com toda certeza, uma injustiça.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, peço que o Ministro da Agricultura e o Presidente da República voltem a usar a equalização que existia no tempo do IAA, que existia até há pouco tempo e, de repente, foi retirada sem nenhuma explicação, o que está causando uma verdadeira celeuma, uma verdadeira hecatombe aos plantadores de açúcar.

Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Líder, Senador Ney Suassuna, em rápido aparte, gostaria de dizer que subscrevo integralmente a manifestação de V. Exª com relação ao retorno do pagamento da equalização. Fico à vontade para fazê-lo porque o instituto da equalização, se assim posso denominá-lo, foi aprovado ao tempo em que eu era vice-Presidente da República e presidia o País o ex-Senador Fernando Henrique Cardoso. Realmente, é algo que vem compensar as diferenças de produtividade do produtor nordestino, *vis-à-vis*, do produtor

nacional, sobretudo aqueles situados nas regiões mais desenvolvidas do País, como Sul e Sudeste, e também o Centro-Oeste, outra área de grande afluência econômica. Cumprimento V. Exª, que suscita com muita oportunidade o tema nesta Casa. Espero que ele venha a receber efetiva decisão do Poder Executivo, que, infelizmente, não tem demonstrado preocupação em dar continuidade a esse programa. Obrigado a V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Eu é que agradeço, Senador Marco Maciel. Com muita honra, os dizeres de V. Exª passam a fazer parte do meu discurso.

Estou tentando realizar um encontro dos plantadores de cana do meu Estado e de Pernambuco com o Presidente Lula. É preciso voltar a equalização. Que distorção a equalização cria? Como só existe um comprador, a usina, que está ganhando com esse *boom* econômico, compra a terra dos plantadores, causando uma concentração de riqueza ainda maior, e nós estamos perdendo milhares de empregos.

Gostaria, portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, de pedir ao Ministro da Agricultura que volte os seus olhos para a indústria sucroalcooleira do Nordeste, que sofre, com toda certeza, uma injustiça muito grande. A equalização, que era justa e que criava equilíbrio, deixou de existir. Com isso, como acabei de dizer, 2.700 empresas que plantavam cana-de-açúcar deixaram de existir. Agora, são pouco mais de 700 associados. Isso representa desemprego e um prejuízo muito grande à minha região.

Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como tenho uma viagem marcada para as 16h40min, peço para falar depois do Senador Marco Maciel.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª terá a palavra, após o Senador Marco Maciel.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas, antes, eu gostaria de falar da minha preocupação com relação à Varig que, todos sabemos, está passando por uma situação muito difícil. Alguns vôos para Santa Catarina foram cancelados, mas o que não entendemos é o atraso dos vôos que não foram cancelados. Existem atrasos de duas a três horas. Deixei de participar de um encontro com vereadores, em Seara, no oeste de Santa Catarina, região do Alto Uruguai. O avião atrasou aqui em Brasília, depois não deu certo em São Paulo, e não conseguimos chegar ao encontro. Isso tem ocorrido com inúmeros compromissos. Estamos perdendo agora o respeito para com a empresa. Defendemos a Varig aqui no Congresso Nacional, nas Comissões. Mas penso, Sr. Presidente, que dentro da Varig existe alguém boicotando as viagens a fim de facilitar ainda mais a venda, para que, no leilão, o preço seja menor. É impossível, não dá mais para retirar uma passagem na Varig e acreditar que vai chegar ao destino no horário correto.

É o registro que gostaria de fazer, e chamo a atenção da Anac, por meio do Sr. Milton Zuanazzi, cujo nome aqui aprovamos, matéria da qual fui Relator, para tomar providências. Cancelar vôos, tudo bem; atrasar todos os dias, da forma como está, é porque deve estar havendo algum boicote dentro da própria empresa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Marco Maciel.

V. Exª dispõe de quinze minutos, Senador.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Excelentíssimo Sr. Presidente desta sessão, ilustre Senador Alvaro Dias, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de saudar especialmente os Senadores Paulo Paim e Leonel Pavan.

O Presidente Washington Luís há cerca de 80 anos, em mensagem ao Congresso Nacional, quando o País ainda era escassamente habitado, observou que "governar é povoar", mas que não se povoa, acrescentou ele, sem abrir estradas, e de todas as espécies.

Ao longo do tempo, a sentença do último Presidente da República Velha, o notável homem público Washington Luís, foi interpretada como uma pregação em favor da construção de estradas rodoviárias, isto é, do "rodoviarismo", embora o objetivo dele não fora esse, mas um bem mais amplo.

Ele solicitava, na mensagem de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, em 1927, medidas de apoio ao plano que concebera com a finalidade de desenvolver "*ao lado das comunicações ferroviárias, rodoviárias, fluviais e marítimas se estabeleça a aérea"* – àquela ocasião ainda incipiente –, "*e ao lado da telegrafia venha a radiografia*" (isto é, via rádio).

Tais observações me ocorrem a propósito da imprescindibilidade – se é que desejamos realizar um robusto projeto de crescimento – de melhorar e expandir a nossa infra-estrutura no campo dos transportes, propiciando, obviamente, a sua integração intermodal.

Semana passada, em Brasília, realizou-se um conclave intitulado "Brasil nos trilhos – as ferrovias trilhando o Século XXI", cuja finalidade foi dar ênfase aos resultados de 10 anos de concessão de parte da

malha ferroviária e a importância do setor no desenvolvimento do País.

O evento foi promovido pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, ANTF, presidido pelo Dr. Mauro Dias. "O audacioso desafio de aumentar a participação das ferrovias na matriz dos transportes de cargas" – anotou o Dr. Rodrigo Vilaça, Diretor-Executivo da citada instituição, a ANTF – "passa pela necessidade de efetivar ações de aprimoramento da infra-estrutura, para reduzir o seu custo logístico".

Lembre-se, Sr. Presidente, antes de mais nada, a importância das ferrovias no desenvolvimento brasileiro desde os fins do século XIX. Recordo, aqui, o Visconde de Mauá, seu maior precursor, e a Inglaterra, a principal investidora na construção e administração das primeiras estradas de ferro, em grande escala, no Nordeste e no Centro-Sul do País. Naquela época, estavam elas entre as primeiras construídas no mundo.

No Nordeste, havia a Great Western, que cumpriu um papel muito importante no desenvolvimento de uma cultura do ferroviarismo.

Durante mais de um século, as ferrovias foram o principal meio de transporte de cargas e passageiros do litoral ao interior daquelas regiões. O descuido na manutenção das estradas de ferro determinou a preferência pelas rodovias, quando era possível manter ambas, ao modo de países de grande extensão territorial como os Estados Unidos e o Canadá.

Evidentemente, Sr. Presidente, não se pode pensar num país com crescimento compatível com sua grandeza territorial e, sobretudo, a sua expressão demográfica, sem se cogitar de uma adequada malha ferroviária e de sua articulação com outros modais: as rodovias, as hidrovias e os portos.Somente assim, poderemos também cumprir o nosso processo de país exportador, que, esperamos, seja cada vez mais de produtos de alto valor agregado e não apenas produtor de minérios **in natura** e de produtos agrícolas sem maior agregação tecnológica.

Sr. Presidente, considero muito importante o encontro realizado pela Associação Nacional dos Transportes Ferroviários, que vem a meu ver contribuindo para o debate dessa questão e o acompanhamento das soluções para a retomada da expansão quantitativa e qualitativa das estradas de ferro brasileiras.

O sistema ferroviário brasileiro tem atualmente quase 30 mil quilômetros, o maior da América Latina. É lógico que isso é pouco se levarmos em conta nossas dimensões, e sobretudo se cotejarmos com países desenvolvidos.

Foram concedidos à iniciativa privada 28.239 quilômetros, isto é, 95% total, para manutenção e expansão.Aliás, é bom dizer que essa providência foi adotada ao tempo em que governava o País o Presidente Fernando Henrique Cardoso, nos idos de 1996. Essa medida nos permitiu fazer retornar os investimentos ao setor ferroviário, uma vez que o Brasil estava praticamente investindo somente em rodovia e, obviamente, em aeroportos e na modernização dos portos, também privatizados. O setor ferroviário estava sendo sucateado e relegado a segundo plano, quando se sabe que o transporte de cargas de grande densidade necessita de ferrovias, que criam, portanto, condições de redução dos custos.

Quando se fala nas ferrovias, não se pode descartar a importância das hidrovias para o desenvolvimento do nosso País. Sr. Presidente, V. Exª representante do Estado do Paraná sabe quanto é importante essa integração intermodal entre rodovias e hidrovias. Baixar os custos do que se produz no País, contribui para reduzir o ônus do produtor, muitas vezes apenado por custos elevados do transporte.

Sr. Presidente, volto a Washington Luís para salientar que o então Chefe do Governo Federal entendia que "*o Estado só deve realizar diretamente serviços industriais quando as necessidades da segurança coletiva o exijam ou quando o vulto das despesas em material e pessoal para a sua aparelhagem e funcionamento não permitam que particulares o façam".*

Registre-se o descortino do Presidente Washington Luís ao definir o papel do Estado e o fato de preconizar a concessão de serviços públicos naquela época, com vistas a atrair capitais privados para efetivação de obras essenciais ao País.

Eis em alguns dados, os resultados auferidos pela administração Fernando Henrique Cardoso no setor ferroviário: No período de 1997 a 2005, os investimentos aumentaram em cerca de R$9,5 bilhões; a carga movimentada, em 55%; a utilidade por quilômetro útil, em 62%, com destaque para o agronegócio. Foram criados cerca de 30 mil empregos diretos e indiretos.

Do ponto de vista qualitativo, houve incremento na melhoria e modernização do sistema com novas tecnologias, aumento nas parcerias com clientes e operadores logísticos, diversificação e segmentação na oferta dos serviços aos clientes; campanhas educativas, preventivas e de conscientização de segurança também foram implantadas e assinados contratos operacionais de longo prazo, até 23 anos, entre concessionárias e clientes.

Do ponto de vista especificamente quantitativo, houve desoneração de R$300 milhões por ano, pois os déficits eram então transferidos aos cofres públicos. Agora, a arrecadação é superior a R$2,127 bilhões e de R$1,764 bilhão o recolhimento à União resultante dos leilões da Rede Ferroviária Federal.

Como vê V. Exª, Sr. Presidente, houve melhoria tanto do ponto de vista qualitativo, quanto do quantitativo.

No período de 1994 a 1996, o prejuízo acumulado somente com a RFFSA foi de R$2,2 bilhões. De 1997 a 2005, o sistema ferroviário recolheu aos cofres públicos o montante de R$5,6 bilhões, referente a impostos, concessões e Cide.

Sr. Presidente, antes de concluir, queria observar, após esses dados, quais etapas próximas deveríamos atingir. Quais seriam as próximas etapas ou metas que o Brasil deveria executar?

É preciso, mesmo urgente, aumentar a pequena participação ferroviária na matriz de transportes do País e sua baixa integração com as outras modalidades.*

Portanto, os objetivos são a integração e reconstituição dos corredores operacionais de transporte, atendendo às exportações e à demanda interna. Para isso, cumpre melhorar as condições de convivência entre a ferrovia e as populações residentes perto delas, para elevar-lhes os níveis de segurança e a qualidade de vida, bem como a segurança e a melhoria das operações ferroviárias.

As ferrovias, muitas vezes, são desenhadas em áreas que, posteriormente, se convertam em grandes aglomerados urbanos, fazendo com que haja uma população em risco permanente e criando óbices ao próprio desenvolvimento do modal ferroviário.

A prioridade dos investimentos consiste em segurança do tráfego, solução dos conflitos ferroviários em áreas urbanas – a que já me referi –, expansão e integração da malha ferroviária entre si e com a rodoviária, maior atenção ao **link** entre ferrovia e os portos. Para tudo isso, é necessário eliminar os pontos críticos que comprometem a capacidade do sistema e construir novos trechos, ampliando a sua cobertura.

O programa ferroviário, portanto, deve ser institucionalizado como programa de governo, definindo e selecionando os corredores de transporte, priorizando as obras de maior impacto sócio-econômico operacional e garantindo recursos constantes no Orçamento Geral da União, para continuidade do programa.

Cumpre também realizar trabalho conjunto com entidades governamentais e não-governamentais, privadas e concessionárias, visando dinamizar a aplicação dos recursos.

Tais providências, Sr. Presidente, foram debatidas no seminário em que, em curta permanência, tive oportunidade de participar e expressam algo que poderia classificar de consenso nacional.

A Associação Nacional dos Transportes Ferroviários surgiu no primeiro leilão de malhas da Rede Ferroviária Federal, ou seja, em 1996, quando era Presidente o ex-Senador Fernando Henrique Cardoso. A Associação reúne as ferrovias então privatizadas numa importante etapa de modernização e desenvolvimento do Brasil e visa promover a expansão e a melhoria desse tipo de transporte, reunindo pessoas e grupos envolvidos nessa atividade para sua mobilização rumo aos objetivos definidos.

O atual Governo Federal, que pouca importância dá ao setor, anuncia agora que pretende iniciar a Transnordestina, ferrovia sonhada desde o Brasil Império, mas – é bom registrar – não aloca os recursos indispensáveis para a sua construção. Como Governador de Pernambuco, por sugestão do então Secretário de Transportes, Professor Antão Melo, apresentamos um projeto para execução da obra, à época chamada de Ferrovia Sertaneja.

Não posso, porém, deixar de referir-me ao fato de haver, como Governador, realizado algo sem precedentes em Pernambuco, ao construir uma ferrovia com recursos estaduais, ligando o Porto de Suape a ferrovia federal, a EF 101. Além disso, viabilizei junto ao Governo Federal a construção do Metrorec, o metrô de superfície da região metropolitana do Recife, que opera desde 1982, cujas obras de ampliação, pelas quais tanto luto desde os tempos em que exercia as funções de vice-Presidente da República, encontram-se atrasadas pelo desinteresse do atual Chefe do Poder Executivo Federal, em que pesem as gestões feitas pelos Governadores Jarbas Vasconcelos e Mendonça Filho, pelos Senadores da bancada de Pernambuco, José Jorge e Sérgio Guerra e muitos integrantes da nossa representação na Câmara Federal.

Aproveito a ocasião para renovar os cumprimentos à Associação Nacional dos Transportes Ferroviários, pelo expressivo êxito obtido no seminário que realizou na semana passada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Marcos Maciel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V. Exª a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresento voto de aplauso à Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do meu Estado e do Brasil, pelo transcurso, no dia 10 de junho de 2006, do Dia de Portugal, na data consagrada a homenagear Luís de Camões, o imortal criador do poema épico **Os Lusíadas**.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento do Presidente do Conselho da Comu-

nidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas, João André Nogueira da Silva, e, por seu intermédio, a todos os portugueses e luso-brasileiros do Estado e do País. Além disso, aos três homenageados neste ano, no meu Estado, pelos relevantes serviços prestados à entidade: Srs. Alfredo Monteiro Vieira, Guilherme Garcia Almeida e Manuel Lucas Batatel.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há aproximadamente dois meses, o Presidente José Sarney fez um pronunciamento nesta Casa comunicando que o Deputado Estadual Eider Pena teve a sua residência invadida por assaltantes e que aquilo seria um acontecimento inédito no Estado. Nós todos ficamos solidários nesse caso. Agora houve um problema parecido com o candidato ao Governo do Estado, Deputado Lucas Barreto. Os assaltantes, supondo que ele estivesse em seu sítio, foram lá, amarraram, amordaçaram e interrogaram os servidores, para saber onde estava o candidato ao Governo do Estado.

O que é importante nisso tudo é que essas situações no Amapá se apresentam como novidades. Foi preso um dos membros da quadrilha, que confessou, pela informação que tenho – é uma informação digna de crédito –, que era uma quadrilha de Belém, especializada, formada para atuar em Macapá, assaltando candidatos ao Governo do Estado, em busca de dinheiro. Ele também disse que, nesta semana, as próximas vítimas seriam eu, que sou pré-candidato ao Governo do Estado, e outro pré-candidato, João Capiberibe.

Faço este registro e solicito ao Governador do Estado, que também é candidato, mas logicamente tem as proteções naturais que o cargo lhe assegura, que essas investigações sejam aceleradas e que as medidas cabíveis sejam tomadas para não colocar em risco pessoas que se dispõem a se apresentar para exercer cargo eletivo no Estado, para servi-lo, nem expô-las a situações constrangedoras, trazendo riscos aos pré-candidatos – foi assim que ele se referiu – e a membros da sua família.

Então, a solicitação ao Sr. Governador é no sentido de tomar providências com muito rigor e determinação para nos proteger.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, por 15 minutos, e, a seguir, ao Senador Paulo Paim.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de iniciar o discurso, quero agradecer ao Senador Arthur Virgílio por me conceder seu tempo para que eu pudesse usar da tribuna do Senado Federal nesta tarde.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apesar de todas as críticas que o Governo Lula foi alvo desde o dia 1º de janeiro de 2003, da falta de efetividade na área social às inúmeras denúncias de corrupção, havia uma área que era exceção à regra. Era justamente a agricultura.

De fato, a agricultura brasileira, nos primeiros meses da administração Luiz Inácio Lula da Silva, colhia os frutos de um período de bonança, iniciado por volta de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Amparados por iniciativas como o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), de 1998, os produtores brasileiros reuniram condições, no alvorecer do séc. XXI, de chamar a atenção de todo o mundo para a pujança da agropecuária brasileira, com o PIB do setor crescendo até 12% ao ano e com sucessivos recordes nas safras.

Desde 2004, porém, a agricultura brasileira vinha apresentando sinais de que tempos difíceis se aproximavam. Em 2005, a crise já estava instalada e se agravou ainda mais em 2006, com a valorização excessiva do real perante o dólar, que fez a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros despencar no exterior.

Lula "pegou o carro andando e o fez parar", dando os três anos mais complicados para a agricultura. Uma série de fatores concorrem para criar um quadro de dificuldades. Estiagens em algumas regiões e excesso de chuvas em outras provocaram redução na produção agrícola. Mesmo assim, não há escassez e, no mercado mundial, há excesso de oferta de grãos. Por isso, os preços estão muito baixos e devem continuar assim por algum tempo. A única fartura disso é a popularização do Governo Lula, que consegue arrecadar cada vez mais votos diante do baixo preço de alguns alimentos, provocados até pelo excesso do plantio e da colheita dos agricultores, que não têm condições de colocá-la no mercado externo.

Eu gostaria de dizer que o Governo Lula, o atual Governo Federal, que propôs criar uma política agrícola decente, correta, que trouxesse mais visibilidade, garantia para os agricultores brasileiros, não aconteceu e não estamos vendo nenhuma perspectiva de que isso poderá acontecer no futuro.

No Governo Lula há ações boas, que não são novas, e há ações novas, que não são boas.

Os agricultores da Região Sul, além de padecerem dos aspectos nacionais da crise e serem afetados por ocorrências locais, como a gravíssima estiagem

do ano de 2005, que causou perdas enormes nas lavouras e deixou endividados milhares de produtores nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, padecem pela falta de um governo sério, compromissado, que dê atenção às inúmeras crises que assolam a função. Que o digam as manifestações, os bloqueios das rodovias. Tudo isso mostra o tamanho da crise em vista da necessidade de tanto esforço dos agricultores de pararem as suas atividades, de se reunirem e virem até Brasília fazerem protestos intensos, como foi o caso do "tratoraço".

Sabemos que essas crises de estiagem não têm nada a ver com o Governo, mas ele tem que ter uma política. É preciso que o Governo estenda as mãos nessas horas difíceis, pois ninguém quer que casos como esses aconteçam, ninguém torce para que tragam prejuízo ao setor da agricultura. Mas é preciso que o Governo Federal, quando acontece, por exemplo, estiagem ou excesso de chuvas, estenda as mãos aos agricultores e possa socorrê-los para que não tenham prejuízos maiores ainda, principalmente em relação às suas atividades no campo.

O não-investimento do Governo Federal nessas horas tão difíceis está fazendo com que os agricultores deixem o campo, aluguem ou arrendem as suas terras para plantio de eucalipto, para outros poderem explorar. Os pequenos agricultores estão saindo do campo e procurando outras cidades à busca de novas oportunidades, criando um êxodo rural jamais visto na história e, com isso, acabam criando um cinturão de pobreza nas grandes cidades. O Governo Federal transfere os problemas sem solucioná-los, sem trazer nenhuma política concreta para atender os nossos pequenos agricultores.

Sr. Presidente, a minha fala tem o propósito de juntar a minha voz à de milhões de agricultores que atravessam tempos difíceis em nosso País, agricultores que esperam do Governo Federal uma atitude firme, um pulso forte, ao menos um aceno de que medidas efetivas, e não meramente paliativas, serão tomadas em prol da agropecuária brasileira.

Recebo, intensivamente, apelos de todos os municípios catarinenses. Inclusive casos de total desespero me foram relatados. Junto minha voz às vozes dos agricultores, assim como dos vereadores do Município de Guarujá do Sul, que recentemente me encaminharam a Moção nº 01, de 2006, na qual solicitam ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que tome providências no sentido de valorizar o produto agrícola nacional e apresentar à classe produtora um plano para uma política agrícola que inverta com urgência a queda de produtividade e de competitividade do setor primário nacional.

A Câmara Municipal de Guarujá do Sul, porta-voz legítima dos produtores rurais desse Município de Santa Catarina, é apenas um entre os incontáveis órgãos públicos, entidades de classe, cooperativas, sindicatos, federações e confederações, que exigem do Governo Federal providências urgentes para aplacar a crise da agricultura. Eu citei esse Município, mas são inúmeros, inúmeros os Municípios que, por intermédio de seus vereadores, prefeitos e comunidade rural, procuram-nos, procuram o Congresso, para tentar sensibilizar o Governo.

As medidas anunciadas pelo Presidente Lula no último dia 6 de abril, ao contrário de dar alguma esperança à classe produtora, foi antes um balde de água fria, pois as ações propostas são meramente emergenciais e não contemplam pontos importantíssimos da crise. As prorrogações de pagamentos propostas não fazem nada além de rolar a dívida para um futuro confortável para o Palácio do Planalto, para depois das eleições, e nem de longe lidam com a crise em toda a sua profundidade.

Sr. Presidente, estávamos indo até o oeste de Santa Catarina para uma reunião no Município de Seara, para discutir, no Encontro Regional de Vereadores do Alto Uruguai Catarinense, principalmente a questão da agropecuária, da agricultura, enfim, discutir ações para o homem do campo. Íamos levar até lá a mensagem do Senado Federal e mostrar principalmente a falta de vontade política do Governo Federal em relação aos agricultores do nosso País.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, não conseguimos chegar a esse encontro, porque hoje não podemos mais programar nossas atividades, nossos compromissos, porque não podemos confiar na programação das empresas aéreas do nosso País. Sempre ouvimos, e constatamos, que as empresas TAM, Varig e Gol trabalhavam com pontualidade, respeitavam a previsão da saída dos vôos. Agora, com a crise da Varig, Senador Paim, a TAM também passou a deixar todo mundo sem nenhuma garantia quanto ao horário programado, quanto ao compromisso da empresa. Não pude estar presente nesse encontro de vereadores no Alto Uruguai, um encontro importantíssimo para discutirmos a agricultura nacional, para discutirmos a agricultura do meu Estado. Não nos fizemos presente em função do desleixo e da falta de compromisso da empresa em relação a seus passageiros.

Concedo, com muita honra, um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Pavan, é a segunda vez que V. Exª utiliza a tribuna no dia de hoje para demonstrar sua preocupação com o nosso transporte aéreo de passageiros, principalmente

enfatizando a questão da Varig. Estou tão preocupado quanto V. Exª com a nossa querida Varig. Até o momento, não há nenhuma definição. Os representantes dos trabalhadores em consórcio apresentaram uma proposta, mas o juiz não deu a palavra final, e há no ar a possibilidade – que espero não se concretizar – de ser decretada a falência da Varig. Espero que isso não aconteça, que o juiz encaminhe no entendimento do consórcio dos trabalhadores e de outros investidores que estão se apresentando para fazer parte desse consórcio. Se a Varig está com dificuldade neste momento, calculemos nós como ficaremos se a Varig deixar de voar. Apenas duas companhias estarão operando no âmbito nacional e internacional de forma direta: a Tam e a Gol. Claro que poderão aparecer outras no futuro, mas creio que essa dificuldade que nós já estamos percebendo devido à crise por que está passando a Varig é latente – e V. Exª destacou isso. Quanto maior o número de passageiros e quanto menor o número de companhias voando, tanto mais problemas e cada vez mais graves. A minha fala vai na linha de trabalharmos muito, reagirmos e torcermos para que se dê mas um prazo para que a Varig não entre em falência, como estão anunciando que poderá acontecer ainda esta semana. O consórcio de trabalhadores, juntamente com alguns outros investidores, está trabalhando para que isso não aconteça. Espero que o juiz seja sensível, como tem sido até o momento. Ele tem sido quase que um herói nessa batalha contra o fechamento da Varig. Estou com a mesma expectativa e a mesma preocupação de V. Exª de que a Varig volte a voar normalmente com as outras companhias, não apenas com as outras duas, mas com outras que poderão vir. Quem ganha com isso é o País e o consumidor. Por isso, eu fiz somente um destaque, porque estou esperançoso de que a Varig volte a voar normalmente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, eu mencionei o atraso dos vôos, porque nós íamos discutir a questão agrícola com os vereadores do Alto Uruguai, no oeste de Santa Catarina, e o Presidente daquele encontro era o Vereador Sadi Antonio Pichetti, de Itá. Eu não pude comparecer ao encontro em função de não terem cumprido o horário programado. Então, isso nos tem prejudicado bastante.

Por último, Sr. Presidente, depois dessa questão da agricultura em nosso País, eu estou buscando uma esperança para o ano que vem. Vamos de novo ao ano que vem.

Nós participamos da convenção do PSDB em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia de ontem. Foi maravilhoso. Eu queria questionar aqui o que saiu na imprensa. Foi veiculado que o número de pessoas não ultrapassou 6 mil. Só de ônibus cadastrados, foram 250 presentes na convenção. Se calcularmos 40 pessoas por ônibus, teríamos mais de dez mil pessoas. Nós estimamos de 12 mil a 15 mil pessoas no evento em que foi lançado o nosso candidato a Presidente, Geraldo Alckmin. Vimos lá manifestações carinhosas da população, o apoio irrestrito, forte e firme de Aécio Neves a Alckmin, a participação vigorosa do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a participação de José Serra, que foi levar a sua mensagem, o seu apoio total às candidaturas do PSDB.

Vimos um candidato a Presidente equilibrado, uma pessoa que tem segurança e que transmite segurança à população brasileira com propostas que poderão fazer, sem dúvida alguma, o Brasil voltar a crescer. Ouvimos um discurso técnico, porém com propostas boas, um discurso que mostrou algumas verdades ao atual Presidente. Isso porque o Lula precisa ouvir algumas coisas. O atual Governo e alguns assessores precisam ouvir algumas coisas. Geraldo Alckmin não é dessas pessoas que ficam apenas criticando, mas ontem ele não se conteve, teve que dizer algumas coisas para alertar o Brasil. Se nós continuarmos mais quatro anos do jeito que estamos andando hoje, o Brasil poderá perder tempo, um tempo difícil de recuperar no futuro.

Geraldo Alckmin fez um discurso mostrando propostas, mostrando soluções, mostrando os defeitos do atual Governo, dizendo algumas verdades e nos trazendo a certeza de que ele será vencedor e de que o Brasil voltará a ser o País que tanto sonhamos e de que possamos nos orgulhar, mostrando ao mundo inteiro que é possível transformar esta Nação em exemplo para o mundo. Geraldo Alckmin, essa grande figura, é o grande candidato para fazer com que o Brasil volte a ter crédito e respeito no mundo inteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento de Marta Vasquez e Acácia da Silva Sevalho, ambas funcionárias do jornal **Correio Amazonense**, vítimas de brutal desastre ocorrido no dia 5 de junho último.

Da mesma forma, solicito a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento de Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos.

Encareço a V. Exª essas providências que são de absoluta importância, pelo que chocou a sociedade amazonense com os fatos e pelo merecimento que tiveram os três em vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – A Presidência se solidariza com a manifestação de V. Exª e fará a comunicação do requerimento de V. Exª às famílias enlutadas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever pela Liderança do Governo, assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – V. Exª será atendido tão logo o Senador Paulo Paim encerre a sua manifestação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, volto à tribuna, nesta segunda-feira, da qual fiquei afastado devido a uma hérnia de disco. E não poderia ser diferente, pela nossa caminhada, que hoje eu não falasse da questão da decisão da Câmara quanto ao reajuste dos aposentados e dos pensionistas.

Sr. Presidente, o meu Líder, Romero Jucá, e Tião Viana sabem que, nesta matéria, a minha posição terá que ser coerente com aquilo que fui ao longo de minha vida. Não só apresentei o Estatuto do Idoso como, no Estatuto do Idoso, já colocava que o reajuste dos aposentados e pensionistas deveria acompanhar o reajuste do salário mínimo.

Fui Constituinte de 1986 para 1988 e lá já dizia que, no momento em que desvinculassem, as aposentadorias cairiam e o salário mínimo também cairia. Foi exatamente o que aconteceu: o salário mínimo cai e as aposentadorias também caem.

Sr. Presidente, ao longo desses anos,

Sr. Presidente, ao longo desses anos, toda vez em que apresentei à Casa um único projeto de lei sobre o tema salário mínimo, sempre estendi o mesmo percentual aos aposentados.

Foi assim, Sr. Presidente, em 1991. Projeto de lei de nossa autoria, 147% para o salário mínimo e para os aposentados. Na época, disseram que era demagogia e que ia quebrar a Previdência. Terminamos no Supremo, Sr. Presidente, e ganhamos. Foram pagos os 147% para o salário mínimo e para os 20 milhões de aposentados e pensionistas.

Em 1995, foi a mesma novela. Fomos à negociação, fizemos o debate, apresentei o relatório: 42,86% para o salário mínimo e 42,86% para todos os 20 milhões de aposentados e pensionistas. E a Previdência continuou superavitária. Em 1996, 12% para o mínimo e 15% para os aposentados. Em 1997, 7,14% para o salário mínimo e 7,76% para os aposentados. Em 1999, 4,61% para o salário mínimo e 4,61% para os aposentados. Em 2003, praticamente 20% para o salário mínimo e para os aposentados. Agora, está aí o debate outra vez.

Sr. Presidente, sei que terei a oportunidade no dia do debate da medida provisória, mas, com certeza, nesse dia, mostrarei dados e números. Alguém perguntará: onde está o dinheiro? Pelo amor de Deus, trarei dados e tabelas para mostrar onde está o dinheiro. Darei apenas um exemplo que está escrito aqui e vou deixá-lo na Mesa, Sr. Presidente. Se analisarem apenas os últimos dez anos, mais de R$100 bilhões saíram da seguridade e foram destinados a outros fins. Para onde, alguém diria? Para gastos do Legislativo, por exemplo, para gastos do Judiciário e para outros gastos do Executivo. Peguemos o superávit primário. Os dados não são meus, mas da Anfip. Do superávit primário, quase 80% são do dinheiro da seguridade. Então, não me digam que faltaram R$6bilhões, R$7 bilhões. Não dá.

Vamos fazer um debate aprofundado. Quando, legitimamente, os produtores fazem uma grande pressão sobre Brasília, apontamos caminhos corretos. Apontamos R$75 bilhões. Vão dar até mais. Se pegarmos tudo, serão mais de R$100 bilhões. Quando setores do Judiciário, do Legislativo, do Executivo, fazem um movimento surgem outros tantos bilhões.

E o aposentado. Qual é o sindicato do aposentado? Como é que o aposentado vai sair lá da sua casinha? Estou falando de quem ganha seis ou sete salários mínimos, porque esse reajuste é só para quem ganha seis ou sete salários mínimos. Ninguém ganha mais do que isso. Há um papo furado de dez salários mínimo. Isso não existe. Ninguém ganha mais dez salários mínimos no regime geral da Previdência. Todos ganham de sete para baixo. Estamos falando dos baixos salários. Alguém me disse: "Pode causar inflação." Tudo não causa inflação. O coitado do aposentado – e está provado pela Fundação Getúlio Vargas que a sua inflação, sim, é a mais alta do que em outros setores – terá problemas em sua aposentadoria, se for dado o reajuste.

Sr. Presidente, estou sendo coerente com as emendas que apresentei, emendas à política do salário mínimo e apresentei também emendas à política

Ou seja, para receber um valor digno, o trabalhador brasileiro deve requerer sua aposentadoria mais tarde e continuar contribuindo para ganhar mais.

Com a expectativa de vida subindo ano a ano, cada vez mais o trabalhador se distancia da possibilidade de alcançar a aposentadoria sem redução no valor integral de seu benefício.

Assim, o que teremos? Logo nossos aposentados só receberão o equivalente a um salário mínimo.

Ou seja, o fator penaliza, sobremaneira, aquelas pessoas que começaram a trabalhar cedo, na maioria dos casos, cidadãos das classes mais pobres.

Por sermos contra isso é que apresentamos o PLS 296/03 que extingue o Fator Previdenciário. Matéria já aprovada aqui, mas que, em função de recurso, deverá ser apreciado em Plenário. Para que isso aconteça o mais rápido possível, apresentamos requerimento de urgência solicitando que o projeto seja apreciado o mais rapidamente possível. Também o Senador Fernando Bezerra solicitou audiência pública na CAE – Comissão de Assuntos Econômicos.

O PLS 296/03 une todo o movimento sindical brasileiro.

Diferente do que defendem alguns: o fator previdenciário não reduz o déficit da previdência, pois a previdência não é deficitária, mas sim superavitária.

Um estudo elaborado a partir de 1999 pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP), nos expõe, com riqueza de detalhes, as datas e as leis. Mostra que somente em dez anos mais de R$ 100 bilhões da Previdência Social foram desviados para outros fins.

Cálculos de especialistas indicam que no passado o desvio foi de R$ 1 trilhão.

O levantamento feito pela ANFIP deixa claro que o Orçamento da Seguridade Social tem sido a grande fonte de recursos para socorrer orçamentos de órgãos dos Três Poderes.

Um exemplo: 80% do tão aclamado superávit primário é oriundo da Seguridade Social, conforme demonstra a ANFIP.

O déficit é apontado apenas pelos que consideram somente as contribuições de empregados e empregadores, sem lembrar que a Constituição de 1988 também destinou à Seguridade Social parte das receitas de tributos como Cofins, PIS, Lucro Líquido, Faturamento, Jogos Lotéricos, CPMF.

Por isso, ressaltamos nossa proposta de emenda Constitucional que estabelece que os recursos da Seguridade Social devam permanecer na Seguridade Social, onde se encontra a Previdência, a Saúde e a Assistência, a PEC 24/03.

Além disso, temos outro problema: a defasagem salarial. Recebemos diariamente em nosso gabinete correspondências relativas a isso. Nossos idosos vêem suas aposentadorias e pensões serem corroídas e temem não conseguir mais se manter.

A política para quem ganha mais de um salário-mínimo é cruel, o seu índice de reajuste é sempre inferior ao salário-mínimo. Além disso, falta de clareza na aplicação dos índices. Uma hora é INPC, outra é IGP-DI, que de qualquer maneira é sempre o menor possível e não consegue acompanhar a inflação real.

As perdas até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já chegam a 70%.

O achatamento é tão selvagem e desumano que se não for implementada uma mudança todos os aposentados do Regime Geral de Previdência Social daqui a alguns anos estarão realmente recebendo apenas o equivalente a um salário-mínimo.

Em todos os projetos que apresentamos sempre vinculamos o salário-mínimo aos benefícios dos aposentados e pensionistas que ganham mais que o mínimo. Um exemplo é o PLS 58/03 que tem por objetivo recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela previdência social e às pagas pela União a seus inativos e pensionistas.

A relatoria do projeto é do senador Rodolpho Tourinho e, segundo ele, o parecer é favorável.

Propomos a atualização dos valores desses benefícios restabelecendo a quantidade em salários-mínimos que possuíam quando de sua concessão.

Temos também a PEC 13/06 que tem por fim vincular os benefícios dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ao salário mínimo.

Sr. Presidente, amanhã a Câmara deve votar outra Medida Provisória extremamente importante, a MP 291/06. Ela trata sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social.

Como dissemos, também apresentamos emenda a ela e esperamos que aconteça o mesmo que ocorreu na votação da MP 288: que o reajuste de 16,7% para aposentados e pensionistas seja aprovado.

Precisamos refletir:

Foi correto investirmos R$11 bilhões no Bolsa Família? Sim, foi. Então, por que não investirmos R$7 bilhões em nossos aposentados e pensionistas?

Foi justo destinarmos R$75 bilhões para o pacote agrícola? Sim, foi. Então, por que não seria investirmos R$7 bilhões em nossos aposentados e pensionistas?

Acertamos ao destinar R$4,5 bilhões em infra-estrutura? Sim. E acertaríamos ainda mais se investirmos R$7 bilhões em nossos aposentados e pensionistas.

da medida provisória dos aposentados, garantindo simplesmente o mesmo percentual.

Deixo bem claro, Sr. Presidente – e vou deixar na Mesa, cartas da Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que reúne mais de 20 milhões de aposentados e pensionistas. Ela está fazendo um apelo, quase em lágrimas, para que Senadores e Deputados consigam aprovar e sensibilizar o Executivo, para que a matéria não seja votada.

Acho que é possível votar a matéria aqui no Senado, acompanhando a votação quase unânime na Câmara. Confesso que, numa época, cheguei a ser defensor do Congresso unicameral. Depois, no Senado, a partir do momento em que fomos avançando numa postura, diria, progressista, fui vendo que o Senado avançava. Isso também me foi convencendo da importância de se ter um Congresso Bicameral. Por outro lado, não entendo como um Partido pode, na Câmara dos Deputados, por unanimidade, votar a favor de uma proposta e o mesmo Partido, no Senado, votar diferente. Por que digo isso? Sabem quantos votos tivemos na Câmara contra o reajuste dos aposentados? Cinco. Não foram mais do que cinco votos. No PMDB, por exemplo, só houve um voto contra. Do PT, só houve três votos contra. Do PL, só houve um. A não ser que todos os partidos estejam errados, chego a dizer que isso, para mim, é unanimidade. Se há 513 votos, e somente cinco votos contra! São cinco votinhos apenas, e não cinco partidos!

Isso demonstra que as emendas que apresentamos têm uma sustentação técnica, política e social. Por isso, Sr. Presidente, faremos nesse tema não um debate contra ninguém. Por onde tenho passado, preocupo-me em dizer que o que defendemos é a causa, a proposta, um princípio, uma lógica. Não é contra um ou outro, mas sim a favor daqueles que são efetivamente prejudicados. Por isso é que, nesses dados, estou calculando a situação desses milhões de aposentados, que, a partir dessa decisão da Câmara, criaram uma expectativa de que o Senado irá referendar os 16,7% de reajuste e de que efetivamente não haverá veto por parte do Executivo.

Ontem ainda, Sr. Presidente, participava de um evento com algumas centenas de idosos, e todos eles me perguntavam: "Qual é a expectativa no Senado?" Eu respondia: "Olha, a expectativa no Senado é que o Senado deve acompanhar a decisão da Câmara dos Deputados". Porque, Sr. Presidente – eu tenho aqui os Anais da Câmara –, vamos ver que parlamentares de praticamente todos os partidos – não apenas do meu – apresentaram emendas nesse sentido. E não importa qual emenda foi aprovada ou de qual Partido. Se há coerência é porque foram parlamentares de todos os Partidos.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Romero Jucá, ouço com satisfação o aparte de V. Exª.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Paulo Paim, fiz questão de fazer este aparte porque V. Exª, recorrentemente, tem tratado deste tema e tem dedicado sua vida política e profissional a assuntos relevantes e importantes socialmente, como este da questão do reajuste do salário mínimo e apoio aos aposentados, e eu gostaria de participar e dizer que é um debate muito difícil. V. Exª entende a complexidade deste debate, porque, inclusive já tendo sido Ministro da Previdência, sabemos das dificuldades operacionais da Previdência Social, e não só da Previdência federal, mas das estaduais e municipais, aquelas que existem. Há toda uma construção de recuperação do salário mínimo que tem sido feita ao longo dos últimos anos e que tem sido sinalizada para a sociedade. A extensão do reajuste para os outros aposentados do nível de recuperação do salário mínimo é uma decisão política que tem que se discutir, que é justa – não quero tirar aqui a justeza do atendimento dos aposentados –, mas que, dependendo de como seja enfocada daqui para frente, pode causar um impacto...

(Interrupção do som)

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – ...na diminuição da aceleração de recuperação do salário mínimo. O salário mínimo foi recuperado em 15%, não é? O reajuste salarial que havia sido previsto era de 5%, 1,5% a mais do que a correção específica. Temos que discutir isso. Se for para ter essa política – acho que é justo que se tenha essa política, que se tome essa decisão –, que também se estenda essa decisão para Estados e Municípios. Quer dizer, o aposentado federal vai ter 15% de reajuste; o aposentado estadual precisa também ter 15% de reajuste. Senão, seria injusta essa medida.

Então, temos ou que pactuar um tipo de ação ou eu mesmo, como Líder do Governo, farei uma emenda, estendendo a Estados e Municípios o reajuste de 15% para os aposentados. Eu não separo aposentado federal de aposentado estadual e municipal. Todos têm a mesma necessidade. Acho que essa discussão é importante de ser travada, mas já digo a V. Exª, corroborando com as suas posições de luta em defesa dos aposentados, que a minha disposição é a de apresentar uma emenda, ampliando para Estados e Municípios o reajuste de 15%.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Primeiro, faço um apelo ao Sr. Presidente, Senador Marco Maciel. Todos aqui usaram quinze minutos, além de um tempo extra. Eu recebi dez minutos mais dois, até o momento. Hoje, aqui, ninguém falou menos que vinte minutos. Eu me submeto, mas sei que o tema dos aposentados é delicado. Por isso, faço um apelo a V. Exª para que eu possa falar um pouco mais.

Senador Romero Jucá, veja bem a importância do aparte que V. Exª fez ao meu pronunciamento. V. Exª, na verdade, abordou o princípio da paridade. Se V. Exª quiser dar paridade aos aposentados e pensionistas, está feito o jogo! V. Exª quer garantir para os servidores públicos estaduais e municipais a paridade total. Se se garantir a paridade total para todos – que é um outro princípio que não tem nada a ver com o Regime Geral da Previdência, e V. Exª conhece a área -, temos como dialogar, porque são propostas. Por que não conceder a paridade? O princípio da paridade é legítimo. O que estou propondo também é a paridade: o que foi dado ao salário mínimo deve se estender aos aposentados. É o princípio da paridade.

No entanto, insisto, meu caro Senador – e vi que há sensibilidade por parte de V. Exª -, que estabeleçamos um belo debate – talvez uma negociação com o Executivo – para verificarmos efetivamente se as fontes de recursos que estamos apontando, que não são só de empregado e empregador, mas de Cofins, Pis/Pasep, CPMF, tributação pelo lucro, enfim, todo aquele arcabouço que garante a seguridade, ou seja, saúde, assistência e previdência. Se dali forem destinados somente R$5 bilhões, estará resolvido o nosso problema com tranqüilidade.

Fui Secretário-Geral e Vice-Presidente da CUT Nacional e fui Presidente da Central Unitária do Rio Grande do Sul, que englobava todas as categorias e todos os setores. Houve desmembramento e criaram a Central.

Dizem que há acordo com as Centrais? Não é bem assim. Sou obrigado a dizer que algumas Centrais fizeram acordo; outras não. E a Cobap, primeira Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, em nenhum momento, selou nenhum tipo de acordo. Não há acordo sobre este tema! Há controvérsias. Há visões diferentes. Naturalmente, o meu Partido e o próprio Presidente sabem que não é possível que eu acompanhe tal votação, ocasião em que farei a defesa do reajuste dos aposentados e pensionistas coerente com o Estatuto do Idoso, com os projetos de política salarial que aqui apresentei e com as duas emendas que apresentei, estampadas junto à medida provisória, tanto a do salário mínimo quanto a dos aposentados e pensionistas.

O Senado deve acompanhar a Câmara, porque, a continuar a atual lógica, não haverá mais sentido em o trabalhador continuar pagando a Previdência. Não haverá lógica, porque ele paga a Previdência sobre dez, que não é dez, paga sobre oito.

Só que, a cada vez que vem um reajuste, o dele é reduzido, ano a ano. O que vai acontecer? Ora, se eu recebo um terço do percentual dado ao mínimo, em pouco tempo estarei também ganhando o mínimo. Já que é assegurado a todos com 65 anos o direito a receber um salário mínimo, não há por que se pagar a Previdência.

(Interrupção do som)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vou garantir o meu, porque eu vou ter direito aos 65 anos. Não tem por que pagar. É nessa lógica, Sr. Presidente, que espero que construamos um grande entendimento. Penso ser possível. Temos que, nesta Casa, olhar efetivamente para os idosos, para os mais pobres, para os aposentados, que pagaram ao longo de sua vida e que estão na expectativa de receber o reajuste concedido neste momento ao salário mínimo. E para eles, infelizmente, não houve a mesma lógica.

Tenho aqui todos os dados, Sr. Presidente. Mas é claro que vou aprofundar o tema em outro momento. Eles comprovam que poderemos fazer um debate tranqüilo, equilibrado sobre a importância de esta Casa estender aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual, ou seja, 16%.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Faço um apelo ao nobre Senador Paulo Paim para que conclua. V. Exª já está praticamente há 18 minutos na tribuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu comecei a falar, e V. Exª me concedeu 10 minutos. Depois, V. Exª me deu um minuto mais dois. Todos os outros oradores falaram mais. Quero apenas dar uma pequena explicação, porque as pessoas também estão assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Certo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – SC) – Hoje, se não me engano, o orador dispõe de 15 minutos. A mim, esse tempo não foi dado em nenhum momento. Iniciou-se com 10 minutos, e não com 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE.) – Bom, mas eu gostaria, de toda maneira, de fazer um apelo a V. Exª, porque há três Líderes inscritos depois da fala de V. Exª. Mas V. Exª pode concluir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Exª e ao Presidente Marco Maciel por sua tolerância, mas esse aparte tem por objetivo parabenizá-lo. Eu vinha ouvindo o pronunciamento de V. Exª, e é muito bonito se ver neste País que, no Partido de V. Exª, há pessoas que não mudaram de idéia ainda e que continuam pensando aquilo que pregaram em praça pública.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ao chegar ao Poder, três anos e meio depois, continuam pensando da mesma maneira. V. Exª tem absoluta razão, o aposentado não se alimenta menos do que o ativo. O aposentado cria, após longos anos de trabalho, condições para viver seus dias tranqüilos de velhice ao lado da família. Essa discriminação não era exatamente o que o Partido de V. Exª pregava. Se formos recorrer aos Anais do Congresso, veremos que não era exatamente isso. Compreendo a posição do Senador Romero Jucá, como Líder, que corre inclusive o risco, candidato a Governador de um Estado que também têm aposentados, assume essa posição corajosa, e isso é louvável. Mas tenho certeza de que o Partido de V. Exª nunca pregou isso. V. Exª tem razão. Parabéns.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu vou concluir, Sr. Presidente.

Naturalmente, eu também entendo a situação do Líder do Bloco ao fazer aqui as suas argumentações sobre o tema.

Entendo que haverá uma outra oportunidade. Vamos aprofundar esse debate. Com certeza – espero –, devemos construir aqui uma proposta que atenda esses 22 milhões de aposentados e pensionistas, que estão nessa expectativa.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Quero apenas deixar claro que não assumi posição contrária a esse entendimento. Apenas creio que isso precisa ser bem discutido porque hoje existe uma vertente de discussão de recuperação do salário mínimo que, ao atrelar o salário com a indexação previdenciária como um todo, terá que tomar uma decisão de fazer mais ou menos, mas é um debate legítimo e importante. Volto a dizer: se a posição majoritária do Senado for essa, vamos buscar caminhos para fortalecer outros segmentos de aposentados que não estão inseridos no Regime Único da Previdência Social Federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – V. Exª está discutindo paridade do servidor público, e eu estou discutindo regime geral da Previdência.

Sr. Presidente, faremos o debate no momento da medida provisória, com os devidos argumentos. Estou convicto de que a coerência que todos os partidos mantiveram na Câmara será mantida também aqui no Senado, e os aposentados terão esse reajuste.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na última quarta-feira, dia 7, o Brasil conquistou uma vitória: o plenário da Câmara aprovou a emenda à medida Provisória 288/06, que prevê o aumento de 16,6% para todos os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), os que recebem o equivalente ao salário mínimo e aqueles que recebem acima desse valor.

A MP 288 dispõe sobre o reajuste do salário mínimo que vigora desde o dia 1º de abril deste ano. A emenda aprovada é idêntica às que já apresentamos, tanto a essa MP quanto na MP 291/06 referente aos aposentados.

Estão de parabéns os deputados e deputadas que, em sua ampla maioria, votaram em favor desse aumento. Somente cinco parlamentares votaram contra.

Agora a MP vem para esta Casa e esperamos que aqui o resultado seja o mesmo. Isso para que possamos dar a nossos aposentados e pensionistas o que eles merecem: dignidade e respeito.

A aposentadoria não deveria ser um momento de desalento. Ao contrário, ela deve ser tratada com todo respeito.

A pergunta é: nossos trabalhadores conseguem isso? Respondemos: não, pois quando recebem o 1º vencimento de suas aposentadorias, percebem que lhe foram tirados de 30 a 40% daquilo que recebiam enquanto estavam trabalhando.

Sim, esse é o perverso fator previdenciário, cuja fórmula de cálculo leva em consideração a alíquota de contribuição, idade e tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria e expectativa de sobrevida (calculada conforme tabela do IBGE).

A lógica do fator é simples. Quanto mais o trabalhador demora a requerer o benefício, mais chance tem de aumentar o valor de sua aposentadoria.

Agora vejam a perversidade: Como o brasileiro está vivendo mais, quem se aposenta jovem fica mais tempo recebendo do INSS. Por isso, o valor de sua aposentadoria deve ser menor para que o trabalhador seja estimulado a continuar trabalhando.

Enfim, o governo investiu em diversas áreas importantes. Foram gastos justos e necessários, assim como o investimento em nossos aposentados e pensionistas também é.

Esperamos que nesta Casa a votação da MP 288 tenha o mesmo resultado obtido na Câmara: a aprovação. E que a MP 291 siga na mesma linha.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) –Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao nobre Líder Romero Jucá, mas antes ouço V. Exª, nobre Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhei à Mesa requerimento de informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a liberação e repasse de recursos públicos para entidades que reivindicam a reforma agrária. Pergunto quantas são essas entidades, quais são elas, o volume de recursos da União destinados a elas a partir de 2003 até a presente data, qual é a fiscalização que o Governo porventura estaria fazendo e, por outro lado, como está fiscalizando os convênios, enfim.

Na justificativa, eu me refiro a uma entidade chamada Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), fundada e comandada por integrantes desse famigerado MLST, que recebeu R$5,6 milhões durante a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A grande verdade é que, se a Câmara quiser processar por danos ao patrimônio daquela Casa o MLST, isso não será possível, porque não existe juridicamente. Não dá para processar o MST. Eles fazem isso a propósito. Não existe a figura jurídica do MST nem do MLST. Existem essas empresas que recebem o dinheiro e que o usam não em atividades de preparação de agricultores, não em atividades de reforma agrária, não em atividades de técnicas de plantio ou de colheitas, mas sim nisso que vimos aqui: em tentativas de desmoralizar o regime democrático brasileiro.

Por tudo isso, quero de uma vez por todas retirar esse véu, convocando o Ministro do Desenvolvimento Agrário à CAE e à CFC, para que, de frente para nós, S. Exª possa explicar mesmo que história é essa, qual é a efetiva ligação entre o Governo, essas entidades tipo MST e MLST e as "Anaras da vida", que recebem o dinheiro e o repassam para a baderna enquanto este Governo não faz nenhuma reforma agrária neste País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo nesta Casa, Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei breve. Pedi a palavra para fazer o registro à Casa e tornar público que, neste último sábado, dia 10, o PMDB, em convenção estadual em Roraima, junto com mais dez partidos de Oposição referendaram o meu nome, a minha indicação para a disputa ao Governo do Estado de Roraima.

Recebi essa incumbência com muita honra, porque é um desafio muito grande. Vamos enfrentar a máquina do Governo, enfrentar os desafios de dificuldade e de necessidade por que passa hoje o povo de Roraima, mas todos nós, dessa ampla coligação formada por PMDB, PT, PPS, PSB, PV, PCdoB, PST, PSDC e por vários outros Partidos, como PSC, PTC, PTN, enfim, estamos conscientes de que é preciso apresentar uma alternativa para que Roraima possa ser um Estado modelo para o País.

Existe essa possibilidade. O Estado de Roraima é potencialmente muito rico e possui uma população ainda pequena, com uma ocupação rarefeita. Sem dúvida alguma, é possível – com uma proposta moderna que respeite o meio ambiente e as questões indígenas, mas que resgate o desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia em Roraima – fazer, como eu disse, um modelo de desenvolvimento.

Nós aceitamos o desafio, aceitamos a indicação. A partir de sábado, somos candidato ao Governo do Estado, vamos procurar construir uma grande aliança e vencer as eleições disputando-as democraticamente.

Faço esse registro dizendo inclusive que, mesmo sendo candidato, acumularei a Liderança do Governo. Para mim isso será sacrificado e trabalhoso, mas, sem dúvida alguma, eu não poderia prescindir de aceitar o desafio e essa convocação formada pelos partidos que hoje são Oposição ao Governo do Estado.

Então, fica o registro. Agradeço a confiança do povo de Roraima e a confiança e o apoio dos diversos segmentos organizados da sociedade que temos recebido. Fica o nosso compromisso de fazer uma campanha de alto nível, democrática, limpa, apresentando propostas, levando a condição do debate político para o alto nível que as campanhas devem ter, porque adentram os lares, adentram as famílias de todos os Estados e, portanto, precisam ser respeitosas, criteriosas e propositivas. Fica aqui o meu agradecimento e o registro da nossa candidatura ao Governo do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias,

mas antes escuto o nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgilio, que solicita a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro Voto de Aplauso ao Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária e encaminho um breve pronunciamento explicativo.

O Voto deve-se ao fato de o Conar ter-se mostrado sensível à preocupação da sociedade e estabelecido novas normas, a vigorarem a partir de 1º de setembro, relativas à publicidade de produtos destinados a crianças e adolescentes, bem como de alimentos e refrigerantes. Com isso, tomam conta da saúde das nossas crianças, que são, afinal de contas, um público mais facilmente induzível, evitando propagandas que procurem fazê-las ingerir alimentos não naturais, o que tem gerado esse fenômeno que não é próprio dos segmentos economicamente mais baixos da sociedade, mas que atinge a todos igualmente em um País como o Brasil, que é o da obesidade, com todos os custos pessoais e psicológicos para os que sofrem trauma e com todos os custos para Previdência e para a saúde pública no País.

Está de parabéns o Conar.

Encaminhei o pronunciamento e o requerimento de Voto de Aplauso à Mesa

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM. Sem acompanhamento taquigráfico.) –

Sr. Presidente,

Srªs e Srs. Senadores,

Recebi na semana passada, em meu gabinete, a visita do presidente do Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária – Conar, Sr. Gilberto Leifert, que me deu conhecimento das novas normas que entrarão em vigor a partir de 1º de setembro, relativas à publicidade de alimentos e refrigerantes e de produtos destinados ao público infanto-juvenil.

O Conar é entidade não-governamental fundada em 1980 e integrada pela Associação Brasileira de Anunciantes, Associação Brasileira de Agências de Publicidade, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Associação Nacional de Editores de Revitas, Associação Nacional de Jornais, Associação Brasileira de TV por Assinatura e IAB Brasil – Interactive Advertising Bureau. Tem por objetivo "impedir que a publicidade ofensiva, enganosa ou abusiva cause constrangimento ou prejuízo a consumidores e empresas e, ao mesmo tempo, zelar pela liberdade de expressão comercial independentemente de censura".

É auspicioso ver que o próprio setor se preocupa em estabelecer limites para a sua atividade, em respeito aos interesses maiores da sociedade e do País, dispensando qualquer intervenção governamental e mesmo legislativa. "Já existem leis demais no País", assinala o Conar, com toda razão.

Importante também é que o Conar, mesmo sem dizer nada disso, dá lição ao governo Lula, useiro e vezeiro em pretender impor controle e censura a setores da sociedade. Tentou criar um Conselho Federal de Jornalismo que outro objetivo não tinha senão o de cercear a liberdade de imprensa. Tentou ampliar o âmbito e as atividades da Agência Nacional de Cinema com o mesmo objetivo: submeter a controle a produção audiovisual. Sem falar na censura que tentou impor a servidores públicos. A sociedade reagiu e frustrou essas iniciativas.

Antes que o governo Lula tentasse intervir também no setor da publicidade, para, do alto de sua pretendida sapiência, dizer o que pode ou não ser anunciado, e de que forma deve ou não ser anunciado, o Conar, numa demonstração de estar atento às suas responsabilidades, deu nova redação às normas do Código Brasileiro de Auto-regulamentação Publicitária relativas a crianças e

adolescentes e a alimentos e refrigerantes, adaptando-as à evolução técnico-científica e às novas exigências da sociedade.

"A curtíssimo prazo – diz o presidente do Conar – a publicidade de produtos destinados a crianças e adolescentes e a de produtos alimentícios, refrigerantes, sucos etc. deverá observar novas normas éticas, concebidas com o propósito de manter elevados os padrões éticos da comunicação e, principalmente, dar respostas apropriadas às preocupações da sociedade."

No caso de produtos destinados a crianças e adolescentes, as novas normas vedam o apelo imperativo, como aquele: *"Peça pra mamãe comprar..."*. Adotam o conceito de que a publicidade deve ser fator coadjuvante aos esforços de pais, educadores, autoridades e da comunidade na formação das crianças e adolescentes, contribuindo para o desenvolvimento positivo das relações entre pais e filhos, alunos e professores.

É de destacar também que nenhum anúncio de produto voltado ao público infanto-juvenil deve empregar crianças e adolescentes como modelos para recomendações como *"Faça como eu, use isso ou aquilo..."* Nenhum anúncio deve provocar qualquer tipo de discriminação, inclusive em relação aos que não podem ser consumidores do produto. Os anúncios devem, sim, "respeitar a dignidade, ingenuidade,

credulidade, inexperiência e sentimento de lealdade do público a que se destinam".

Quanto à publicidade de alimentos, refrigerantes, sucos, achocolatados e outros, o Conar levou em consideração a preocupação cada vez maior da sociedade com a obesidade, que nos últimos anos vem se tornando problema de saúde pública – e não apenas nas camadas mais abastadas da população.

As novas normas estabelecidas pelo Conar dizem que a publicidade desses produtos não deve encorajar consumo excessivo, não deve menosprezar a importância da alimentação saudável, não deve apresentar produtos como substitutos das refeições, não deve empregar apelos ligados a *status*, êxito social e sexual etc. Devem, isto sim, valorizar a prática de atividades físicas.

Por ter dado essa prova de sensibilidade em face das preocupações da sociedade e por antecipar-se a qualquer providência governamental ou legislativa, o Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária – Conar merece o Voto de Aplauso que neste momento estou requerendo ao Senado Federal.

Era o que tinha a dizer

O SR. PRESIDENTE (Marco Maciel. PFL – PE) – O requerimento de V. Exª, será devidamente processado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, após a convenção que homologou a candidatura do Geraldo Alckmin à Presidência da República, o PT e o Presidente Lula reagem de forma autoritária às críticas proferidas durante aquele evento, principalmente no extraordinário discurso do candidato Geraldo Alckmin. Ou seja, o PT, em que pese o fato de ter, durante 25 anos, usado todos os instrumentos disponíveis para a crítica mais contundente, não admite ser criticado quando do confronto democrático, especialmente no período eleitoral, hora do balanço, da avaliação definitiva e do julgamento popular.

Os jornais retratam: "Planalto e PT vêem desespero na crítica tucana". Alegam sempre existir desespero em razão de pesquisas que são divulgadas. Ora, Sr. Presidente, em que pese o fato de as pesquisas observarem um cenário distante do interesse popular – hoje não há o interesse da população pela candidatura de quem quer que seja –, por volta do dia 15 de agosto, quando os candidatos estiverem no rádio e na televisão, certamente a população fará concessão aos políticos e acompanhará o processo eleitoral. Digo que fará concessão até porque nós os políticos – estou generalizando, evidentemente com o cuidado de dizer que não vale a generalização, mas, para usar o plural, nós, os políticos, não estamos merecendo muita atenção da população à nossa pregação. A palavra do político está tremendamente desvalorizada, exatamente em função da falta de respeito daqueles que, como autoridades maiores, se transformam em bravateiros, ilusionistas, escamoteadores da verdade, na esperança de se sustentarem popularmente à custa do engodo verborrágico.

É evidente que nós não merecemos mesmo tanta atenção da opinião pública neste momento e nem a mereceremos à frente. Mas nós a teremos, porque há uma preocupação com o futuro do País. E a população inteligente do Brasil haverá de sentir a sua responsabilidade diante do confronto eleitoral e procurará usufruir da melhor forma de todas as informações, para julgar de maneira acertada e fazer a melhor escolha.

Não vou fazer referência a essas afirmações, que recolho na imprensa no dia de hoje, relativas às reações oficiais, tanto do Presidente Lula quanto do seu Partido, o PT, ao discurso do candidato à Presidência Geraldo Alckmin proferido ontem, em Belo Horizonte. Prefiro dizer que realmente não há desespero, ao contrário do que diz o PT. Há, sim, consciência de que temos muito a caminhar para chegarmos ao dia 1º de outubro em condições de sairmos vitoriosos. Mas estamos certos de que é possível buscar a vitória, sobretudo com propostas.

Obviamente, não há como o Governo livrar-se das críticas. É obrigação, é dever da Oposição, no ano do balanço final, do julgamento, lançar luzes sobre os desmandos governamentais, para permitir à população os instrumentos adequados a fim de que ela possa julgar implacavelmente. Mas não ficaremos apenas na crítica. O PSDB, o PFL, o PPS, aqueles que sustentam a candidatura Alckmin à Presidência da República haverão de ter a competência necessária para oferecer ao País uma alternativa inteligente de mudança, com propostas que digam respeito às aspirações da sociedade.

Ontem, em seu discurso, Alckmin orientou-nos sobre o que pretende. Deu sinais de que sua proposta tem tudo para conquistar a preferência popular. Vou fazer referência apenas a alguns tópicos do longo discurso do Presidente Alckmin. Ele resumiu os seus objetivos, desejando um Brasil mais justo, menos desigual, com menos miséria e mais oportunidades, com crescimento econômico acelerado e permanente. São objetivos ambiciosos, mas não há um bom vento para quem não sabe onde quer chegar.

Diz Alckmin em seu discurso:

No ano passado, na América Latina, o Brasil só cresceu mais do que o Haiti, um país pequeno e despedaçado pela guerra. Em 2002, o Brasil respondia por 56% de tudo o que se produzia na América Latina. No ano que vem, segundo projeções dos organismos internacionais, vamos produzir só 47%.

É sobre isso que deveria o Governo Lula responder, e não fazer alusão a um eventual desespero, que não existe, em razão de números de pesquisas que são transitórios, que não são definitivos, que não se sustentarão até o dia 1º de outubro, porque haverá de se estabelecer o contraditório, e, no estabelecimento do contraditório, a verdade sempre há de prevalecer.

Aliás, essa postura autoritária não é nova. Isso é bom porque nos lembra de fatos importantes durante esses três anos de Governo que exteriorizaram o perfil autoritário do Presidente da República. Todos nos lembramos da tentativa de se instituir a Ancinave, todos nos lembramos da tentativa de se adotar normas que significariam uma espécie de censura à imprensa, nós nos lembramos da tentativa de adotar a mordaça para o Ministério Público. Portanto, a imprensa, a arte e a cultura e mais o Ministério Público foram ameaçados em razão da arquitetura de um projeto de poder

autoritário de longo prazo que culminou com o grande escândalo de corrupção que investigamos por meio de CPIs no Congresso Nacional e que levou o Procurador da República a denunciar quarenta daqueles que foram apontados pela CPMI dos Correios.

Portanto, essa postura autoritária esteve presente durante os três anos não só na palavra de quem governa e de quem apóia o Governo, mas, sobretudo, em atos concretos que tinham por objetivo o estabelecimento, sim, a arquitetura, enfim, de um projeto de poder autoritário de longo prazo.

Alckmin disse:

> Estamos perdendo terreno, mesmo comparados a vizinhos que sempre foram mais frágeis e mais lentos. Não há propaganda ou discurso que esconda essa constatação: o Brasil de Lula ficou para trás. Apequenou-se.
>
> Pior: além do crescimento medíocre, o Governo Lula não fez nada, absolutamente nada, para que as condições de crescimento no futuro sejam melhores. Nenhuma das reformas estruturais. Nada. Não avançamos na infra-estrutura, andamos para trás nas agências reguladoras, pioramos no front do sistema tributário, aumentamos o custo-Brasil com a adição do custo-PT.

Aliás, quando destacamos a ausência de realizações do Governo Lula, no Paraná, na última sexta-feira, indagava-se a Lideranças políticas que recepcionaram Alckmin e mesmo aos jornalistas: "vocês se lembram de uma obra do Governo Lula no Paraná durante esses três anos?" Surpreendentemente, ninguém – nenhum político, nenhum jornalista – teve condições de apontar sequer uma obra realizada pelo Governo Lula.

Lembrei-me de uma que ele inaugurou na campanha municipal. Para que tivesse um pretexto e pudesse chegar a Curitiba e apoiar seu candidato à Prefeitura de Curitiba, o Presidente Lula ousou inaugurar uma obra que mal começara: um laboratório. Colocou-se uma placa e o laboratório foi inaugurado na periferia de Curitiba. O que ocorreu? O laboratório não foi concluído até hoje. Ao contrário, está coberto pela mata, totalmente abandonado. Foi a única inauguração que vi o Presidente Lula realizar no Paraná nesses três anos.

Volto ao discurso de Alckmin:

> Com a taxa de juros mais alta do mundo, com impostos levando 40% da riqueza produzida por ano, com a manutenção das desigualdades regionais, com as estradas esburacadas e a infra-estrutura abandonada, com sua burocracia, com o empreguismo, o Governo é responsável por um ambiente pouco propício ao empreendimento, ao investimento produtivo, à geração de riqueza, à criação de postos de trabalho.
>
> Os maiores entraves imediatos ao nosso crescimento econômico são conhecidos: carga tributária de mais, investimentos de menos e um Estado ineficiente no cumprimento de suas funções básicas, da provisão de estabilidade institucional à educação e segurança pública.

Vou direto ao ponto. Meu compromisso é enviar ao Congresso, na primeira semana de Governo, projeto de reforma tributária que simplifique o modelo, estimule novos investimentos e busque eficiência. Em São Paulo, desde o Governo Mário Covas, reduzimos impostos de mais de duzentos produtos e serviços. Vamos fazer isso no Brasil.

Sei que a palavra do político está desvalorizada; a palavra do candidato ainda mais. Então, é possível que as pessoas digam: "Mas todos prometem, chegam ao poder e não realizam". É por essa razão que é preciso verificar o que se fez, muito mais do que o que se diz. Tem autoridade para assumir compromissos quem, precedentemente, exercendo mandato executivo, tenha realizado os compromissos assumidos, tenha honrado os compromissos assumidos. É por essa razão que Geraldo Alckmin, ao apontar para uma eventual reforma tributária, já no início de seu mandato, traz a experiência vivida no Governo de São Paulo. Aliás, são os pressupostos básicos indispensáveis para que o eleitor possa depositar sua confiança em qualquer candidatura. Experiência administrativa positiva, comprovadamente positiva, e honestidade são os requisitos básicos que fazem, a meu ver, de Geraldo Alckmin um candidato vitorioso.

Volto ao discurso de S. Exª:

> Erra de novo ao imaginar que desenvolvimento se faz com inauguração de editais ou de estradas de ferro imaginárias, como a Transnordestina, ou obras virtuais, numa clara tentativa de iludir a população na véspera da eleição. É preciso dar um basta nisso tudo. As regiões menos desenvolvidas não podem ser tratadas como pedintes da Nação.
>
> Junto com a economia, nossa prioridade será a educação. Não há país que tenha progredido sem investimento e esforço enormes em educação. Cada vez mais, a escola deve ocupar um papel central na vida, não só dos estudantes, mas de suas famílias e da comu-

nidade, articulada com as políticas de trabalho, saúde, segurança, cultura e lazer.

Vamos retomar o acompanhamento das transferências de renda associadas à educação, saúde, segurança e oportunidades, para assegurar, de fato, a superação da pobreza.

Na saúde, como na educação, o Brasil também andou para trás nos últimos anos. Não preciso lembrar o quadro caótico do atendimento público de saúde, embora o atual Presidente o veja como 'quase perfeito', o que demonstra, mais uma vez, que ou ele é cínico ou vive em outro mundo, totalmente mal-informado. Minha visão é outra. Precisamos trabalhar, e muito, para melhorar o sistema público de saúde.

Aliás, Srs. Senadores, no Paraná, o item saúde é o de pior avaliação nas pesquisas de opinião pública. No Paraná – e imagino que esse quadro se repita em todo o País –, saúde pública é verdadeiro descalabro. É uma lástima. A população pobre, sobretudo, está totalmente excluída dos benefícios dos serviços públicos de saúde.

Enfim, essa é a constatação, e não a assertiva do Presidente da República, de que seu Governo é maravilhoso em matéria de atendimento na área de saúde pública.

Precisamos trabalhar, e muito, para ampliar o acesso, a oferta dos serviços de saúde e para melhorar o atendimento. O primeiro passo para resolver um problema é reconhecer que ele existe. E não, como o atual Presidente, fingir que não o vê.

O Brasil precisa de uma reforma política. É um tema difícil para qualquer presidente, pois há muitos interesses enraizados e que não admitem ser contrariados. Mas não vou me omitir. Como Presidente, vou propor a discussão e as mudanças em que acredito, em termos francos e honestos. Da fidelidade partidária à discussão sobre o voto distrital misto. O essencial, no caso, é combater a descrença no sistema e aproximar os representantes dos representados. Com o desgaste da atividade política, disseminou-se, no Brasil, a falsa idéia de que todos os políticos são iguais. Não são. Somos muito diferentes, por exemplo, dos nossos adversários que hoje estão atolados na lama moral que eles próprios criaram.

O povo brasileiro não é corrupto. O povo brasileiro não é mentiroso. O povo brasileiro não é preguiçoso. O povo brasileiro não é omisso. O povo brasileiro não é enganador. O povo brasileiro não é cínico. O seu presidente também não pode ser.

Minha missão é governar para incluir. Para diminuir desigualdades. Para assegurar oportunidades. Para construir soluções coletivas para os problemas coletivos. Para assegurar que o Brasil possa crescer economicamente e que todos os brasileiros possam se beneficiar desse progresso.

Aos mais fracos e aos mais necessitados, um apoio maior. A todos, a certeza de que vamos construir uma Nação melhor. Minha missão é construir a maioria necessária para a realização desse projeto brasileiro. Tenho certeza de que vou conseguir.

O que os brasileiros viram nos últimos anos não tem paralelo na história do nosso País. Nunca houve tanta desfaçatez e tanto banditismo em esferas tão altas da República. "Mensalão", corrupção nas estatais, dólar na cueca, dólar em caixa de bebida, malas de dinheiro, propinas, compra de Deputados, sanguessugas do dinheiro público. O aparelho de Estado tomado de assalto por quem devia geri-lo, especialmente por um partido político que deixou o Brasil vermelho de vergonha.

Que tempos são esses, em que um Procurador-Geral da República denuncia uma quadrilha de 40 criminosos e no meio da lista estão Ministros, auxiliares do Presidente, amigos do Presidente? Que tempos são esses, no Brasil, em que a cada vez que ouvem uma notícia sobre a quadrilha dos 40, os brasileiros pensam automaticamente, em silêncio: e o chefe? Onde está o chefe, o líder dos 40 ladrões?

Tristes tempos. Tristes tempos que, tenho certeza, vão acabar. Porque os brasileiros não aceitam a desonestidade e a traição dos que foram depositários dos seus sonhos.

Meus amigos e minhas amigas, nossa jornada começa hoje, aqui em Minas. Vamos com entusiasmo mostrar aos brasileiros que o Brasil tem jeito, que o Brasil pode, e vai, melhorar.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, são alguns tópicos do longo discurso do Presidente Alckmin, ontem, em Minas Gerais. Aliás, a escolha do local foi uma escolha emblemática. Minas Gerais é a terra da inteligência política de Tancredo Neves, da competência administrativa e do espírito empreendedor e desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Tem a governar o Estado um administrador capaz de superar dificuldades e de vencer, Aécio Neves, que certamente, pelos índices magníficos que ostenta nas pesquisas de opinião pública, será reeleito Governador do Estado, para continuar com esse choque de gestão que, em Minas Gerais, demonstra que o Brasil tem jeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª, Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB no Senado Federal.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

A seguir, serei eu, Senador Tião Viana, e, posteriormente, o Senador Pedro Simon.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tratarei de três tópicos no tempo que V. Exª me concede, Sr. Presidente.

O primeiro, sem dúvida, é prosseguir na análise tão competente que o Líder, Senador Alvaro Dias, acaba de oferecer a esta Casa. E não redundarei, pois darei uma versão que busca acrescentar ao que foi posto pelo Senador Alvaro Dias.

Para mim, ficou patente, no discurso sóbrio, que muitos disseram ser longo e que a mim pareceu necessariamente longo, porque resumia os tópicos principais daquilo que será um futuro programa de Governo do agora candidato Geraldo Alckmin, não mais pré-candidato. Esse pronunciamento, necessariamente longo,mostra a diferença entre sua posição e a de adversário, sempre com posições ligeiras, apressadas, não raro levianas. Só se estende o Presidente Lula quando fala de futebol e, como ele não perde o bom humor, afirmou certo dia que não gosta de ver futebol acompanhado, porque as pessoas dizem muita besteira quando assistem a futebol ao lado dele. Chega a ser irônico, porque foi precisamente ele, tratando de futebol, a praticar aquela grosseria com o craque Ronaldo, o qual respondeu de maneira altiva à pergunta. Imaginem se o Ronaldo se estende e resolve perguntar sobre mensalão, suborno, prevaricação, falcatruas.

A convenção do PSDB foi um fato bonito, expressivo e marca o início de uma caminhada que, a partir da progressiva equalização, do progressivo equilíbrio das oportunidades de divulgação da proposta dos candidatos, levará, sem dúvida, também ao equilíbrio dos votos na aferição inicial das pesquisas.

Até então, Lula estava sozinho. Daqui para frente, ainda com muita propaganda, com os exageros que pratica a Petrobras, falando de uma auto-suficiência ilusória, pois é apenas uma situação de equilíbrio momentâneo entre o que se importa e o que se exporta. O Brasil importa ainda o petróleo leve de que precisa e exporta o petróleo pesado, de que não faz uso e, portanto, continua dependente não só dessa *commodity* do exterior para cá, como também depende dos preços dela nos mercados internacionais. Do mesmo jeito, nós vivemos em uma situação de equilíbrio. E eu procuro dizer, de uma maneira equilibrada, que não é mais do que uma situação de equilíbrio, porque o crescimento econômico um pouco a mais já faria o Brasil, novamente, ter déficit em relação à relação exportação e importação de petróleo.

Geraldo Alckmin falou como estadista. Falou com firmeza. A parte ética foi bem posta. A resposta do PT foi pífia. O Presidente Berzoini usa aquela estória de que se está desesperado... Desesperado por quê? O que denotou desespero? E o que leva o Presidente Berzoini a achar que o candidato Geraldo Alckmin estaria desesperado? Digamos que fosse para perder a eleição. Qual é o problema, Sr. Presidente, de um democrata perder uma eleição? Qual é o problema? Não gostam de perder eleição dois tipos de gente: o corrupto e o ditador. O autoritário e o corrupto. Aquele não quer perder porque quer continuar mandando, e o outro que não se afastar do cofre público. Mas, a pessoa normal, equilibrada, decente, por que não pode perder uma eleição? Pode e ganha. Pode perder como pode ganhar. E, ganhando, trata do mesmo jeito a sua vida e trata, de maneira especial, a vida das pessoas a quem vai governar. Se perder, que o Brasil cumpra com a sua destinação, com o seu destino, enfim... Mas só na cabeça de quem está com visão deturpada é que parece uma aberração, Senador Paulo Paim, se perder uma eleição. Qual é o problema? Em uma democracia, e na eleição não têm empate, as pessoas ganham ou perdem a eleição. Então, quando o Presidente Berzoini diz "está desesperado", a impressão que passa é que ele se reflete no espelho. Quer dizer, estaria desesperado se fosse ele a estar ameaçado de perder a eleição. Um democrata, não! Um democrata perde ou ganha, mas desesperado não fica. Só fica se não for honesto – e esse não é o caso do Berzoini, eu tenho, por ele, um respeito grande nesse campo – ou autoritário. Aí, sim,ele me parece autoritário, porque, se não fosse autoritário, não teria colocado pessoas de 90 anos nas ruas, nas filas das madrugadas lá na Previdência Social.

Sr. Presidente, foi um grande fato, foi um grande feito. Estamos caminhando. Estamos em marcha batida para buscar a vitória de Geraldo Alckmin e José Jorge e já com o apoio do PPS, Partido de enorme significação, do Deputado Roberto Freire, figura símbolo das lutas por democracia no País, alguém de quem se pode discordar e com quem se pode concordar, mas que me parece uma unanimidade quando a análise parte das pessoas de boa-fé. Roberto Freire é um homem de bem, Roberto Freire é um homem corajoso, Roberto Freire é um homem que pensa, acima de tudo, no País. Poderia perfeitamente demorar com uma pré-candidatura, levar até o último momento. Não pensa nele próprio, pensa no País. Por isso, aqui desta tribuna, rendo uma homenagem muito especial a Roberto Freire, ao seu espírito público e ao seu Partido, que, sem dúvida nenhuma, honra as tradições, tradições libertárias sim, tradições humanistas sim, tradições que fazem parte da melhor história política do Brasil, que são as tradições do Partido Comunista Brasileiro, o Partido ao qual Roberto Freire deu os melhores anos de sua vida – uma vida que continua dando frutos significativos até hoje.

Sr. Presidente, na semana passada, fiz desta tribuna apelo ao Governo para a reabertura do necessário diálogo com os servidores do Judiciário, em greve em todo o País.

O início dos entendimentos é urgente. Até aqui, o Governo mantém-se insensível, e a continuidade do movimento grevista pode colocar em risco, inclusive, a realização das eleições de 1º de outubro. Dou exemplo do meu Estado: alguns meses são demandados para que se possa preparar uma eleição num Estado tão vasto e de comunicação tão complicada quanto o Amazonas.

A greve atinge 24 Estados, incluindo os servidores dos tribunais regionais eleitorais. Procurarei o Ministro Tarso Genro para levar-lhe a preocupação que acabo de relatar.

Os servidores pretendem a aprovação do projeto de lei que trata do plano de cargos e salários da categoria. Outro dia, estive com os grevistas quando fui fazer uma visita de cortesia ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, Desembargador Glacimar.

Neste momento, saúdo a entrada, neste plenário, do tetracampeão mundial de boxe, nosso querido Popó, Acelino Freitas. O Senador Magno Malta está trazendo esse cinturão que tem custado tanto esforço, suor e lágrimas a Popó e aos que acreditam nele. Faço essa saudação, com todo empenho, ao querido amigo, uma figura por quem tenho muito carinho e a quem o Brasil deve muito.

Concedo um aparte ao Senador Magno Malta. Em seguida, retomo o fio do meu discurso.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, foi providência divina a presença de V. Exª agora na tribuna. V. Exª é lutador de jiu-jitsu e ama tanto as artes marciais, os esportes e aqueles que os praticam. Certamente, o esporte é o antídoto e também o preventivo mais significativo contra as drogas e a violência. Popó simboliza isso tudo para nós. É o orgulho brasileiro, porque é o único tetracampeão mundial de boxe. O Brasil tinha dois eventos importantes neste ano: esse tetracampeonato do Popó nos Estados Unidos e a Copa do Mundo. O Popó foi e já resolveu o problema: já ganhou e está com o cinturão. Vamos torcer agora para a nossa Seleção trazer o campeonato do mundo para nós. O Popó simboliza muito porque a história dele... Senador Tião Viana, V. Exª que está na Presidência, enquanto recebe o Popó, eu tive...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Vamos parar tudo para dar um abraço no Popó.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur, eu dizia ao Presidente Lula – e até citei o nome de V. Exª – que o Popó vai receber patrocínio do Governo. Nós somos o País do futebol, o Ronaldinho ser o primeiro do mundo não é novidade. Daqui a pouco será o Robinho, depois outro Robinho, depois outro Ronaldinho... Vai ser sempre assim aqui, porque somos o País do futebol. Mas não somos o País do boxe e temos o tetracampeão do mundo aqui, sem a tradição. Quer dizer, você tem o Servílio, o nosso Éder Jofre, o Sertão, o Miguel de Oliveira, mas não um tetracampeão. Então, Senador Arthur, eu tive o privilégio de assistir à última luta do Popó, quando vi nossos irmãos americanos tentando construir outro ídolo, depois do Mike Tyson. Refiro-me a Zahir Raheem, tratado nas televisões americanas como rei. Eu fiquei constrangido ao ver isso. O Popó era mostrado rapidinho, por uns trinta segundos, como se nada fosse, para construir esse novo rei, esse novo ídolo nos Estados Unidos. Eu acompanhei, sofrendo, aquela luta de doze *rounds.* Popó, brasileiro pobre, da Baixa de Quintas, tinha tudo para ser um drogado, um alcoólatra, mas fez do esporte a sua razão de viver, o seu objetivo. A vida dele nos chama a atenção e nos dá muito orgulho. Ao Presidente Lula, eu dizia: "Presidente, o senhor fique absolutamente tranqüilo, porque o Popó é unanimidade no Brasil e também no Senado. O Senador Arthur Virgílio sente pelo Popó o mesmo que eu sinto". Eu disse tudo isso ao Presidente, que agora descobriu que nós temos tanta vocação para esse esporte quanto temos para o futebol, mas nada se fez pelo boxe, nada se investiu nesse esporte. Senador Tião Viana, é a Petrobras que vai patrocinar o Popó e também outros campeões brasileiros, como o Sertão, um homem analfabeto, baiano, que foi para São Paulo ganhar a vida, acreditando no esporte que ia praticar. Ele foi lá e ganhou o título mundial, como tantos outros que estão espalhados nas academias. Eu concluo o meu aparte, Senador Arthur Virgílio, dizendo que na minha instituição – o Projeto Vem Viver, de recuperação de drogados – há uma academia chamada "Academia Popó, Mão de Pedra", que é a academia do Popó. Lá há crianças de nove anos, traficantes de crack; de oito anos, alcoólatras; de doze anos de idade, traficantes. Eu os tenho acolhido como filhos. Eles estão dentro da academia, treinando, se disciplinando e vivendo o sonho de, daqui a pouco, virarem um campeão brasileiro, um campeão capixaba, um campeão do mundo, como Popó, inspirados na vida desse baiano, desse brasileiro, que inspira a todos nós. Sentimos muito orgulho de tê-lo como amigo e saber que ele nos representa muito bem. Muito obrigado pelo aparte. Os Senadores Pedro Simon e Paulo Paim e todos os que aqui estão querem abraçar o nobre tetracampeão mundial de boxe.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, peço licença a V. Exª para, em nome da Presidência, cumprimentar Popó e dizer que seu exemplo tem de ser observado e seguido por todas as gerações. Sua luta é motivo de orgulho para todo o País, assim como a sua trajetória como homem, como esportista e como brasileiro.

Parabéns.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Antes de retomar o fio do discurso, lembro-me de que tivemos dois pugilistas de bom nível no País: o Doria* e o Maguila, que chegaram a campeões do mundo por entidades de importância menor que as

que consagraram Popó. Tivemos recentemente o Sertão*; Miguel de Oliveira, por um breve período; o Servílio*, que foi medalha de bronze na Olimpíada; antes desses, tivemos Éder Jofre*, excepcional lutador nos pesos: galo, primeiro, depois, pena, excepcional campeão.

Nesse mesmo pé, nesse mesmo calibre, há o Popó que resume toda a garra, toda a luta e todo o espírito de resistência do povo brasileiro. A ele, todas as minhas homenagens, Sr. Presidente.

Retomo o discurso para dizer que a greve dos servidores da Justiça atinge 24 Estados, incluindo os servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais. Procurarei o Ministro Tarso Genro para levar-lhe a preocupação que acabo de relatar.

Os servidores querem a aprovação do Projeto de Lei que trata do Plano de Cargos e Salários da categoria. O Projeto deve ser votado amanhã na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, e sua aprovação é necessária.

A proposição foi elaborada em comum acordo entre o Executivo e o Poder Judiciário. Espero que o Governo seja sensível e dialogue com os servidores em greve. Eles advertem que a aprovação deve ocorrer em tempo, ou seja, até o dia 30 deste mês, tendo em vista as proibições legais, a partir de 1º de julho, por causa das eleições de outubro. Então, o prazo é muito curto.

Falei sobre o tema com o ilustre Deputado pernambucano Maurício Rands, do PT, que é o relator do Projeto. Repito que procurarei o Ministro Tarso Genro. Insisto que é hora de negociação. A greve é justa e, portanto, desta vez entro no mérito, sim, e me solidarizo com o movimento.

Repito que visitei o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, Embaixador Manuel Glacimar, e lá mantive contato com os grevistas e coloquei à disposição toda a estrutura do meu gabinete. Resolvi apoiá-los por entender ser uma greve justa.

Aqui faço este pronunciamento, que é o primeiro de uma série. Espero que possamos realmente abrir uma negociação decente com os grevistas.

Outro assunto:

Sr. Presidente, o principal pólo do Distrito Industrial de Manaus é o de televisores e está ameaçado por um facciosismo. Há Estados que começam uma discussão tênue, mas que quero pura e simplesmente esclarecer no nascedouro, tentando fazer com que a futura televisão digital seja enquadrada nos benefícios da Lei de Informática. Isso equivaleria a dizer que a televisão analogica, a atrasada, ficaria para o pólo de Manaus, ou seja, o pólo morreria, e a televisão digital, incentivada pela Lei de Informática, ficaria em outros Estados que não o Amazonas. Isso quebraria um contrato nacional, segundo o qual, na atual divisão social do trabalho, ao meu Estado caberia produzir televisores.

Eu devo deixar bem claro que estou vigilante. A minha Bancada está vigilante. E os Deputados e Senadores do Amazonas estamos vigilantes. Nós não compactuaremos com essa idéia e não aceitaremos isso de jeito algum, até porque, Sr. Presidente, para nós está muito claro que televisores e suas evoluções tecnológicas são, na divisão social do trabalho estabelecida no Brasil, contemplados pelos incentivos da lei que criou a Zona Franca de Manaus e ponto.

Então, se a televisão, amanhã, nadar, ela vai ser fabricada no Amazonas. Se ela voar, vai ser fabricada no Amazonas. Se ela flutuar, como aquele astronauta do Presidente Lula, ela vai flutuar no Amazonas, ou seja, não vamos abrir mão, sob nenhuma hipótese, da TV digital.

Deixo bem claro que isso será realmente um cavalo-de-batalha para nós, que temos o maior respeito e orgulho pelos avanços e progressos obtidos pelos outros Estados, mas saberemos defender a parte que é nossa, com muita disposição e garra. Não haverá nada que nos impeça de defender aquilo que é nosso.

Portanto, esse é o primeiro aviso. Eu digo isso com muita tranqüilidade. Que não usem de subterfúgios para dizer que televisão digital não é televisão, que é computador, porque não o é. Daqui a pouco alguém faz uma operação, coloca um *chip* para não morrer e vão dizer que aquele homem virou um computador. Não virou; é um homem. Então, a televisão com *chip* é televisão. E televisão, na divisão social do trabalho, repito, que tem regido a vida econômica brasileira, é um bem produzido no Pólo Industrial de Manaus; portanto, sob os benefícios fiscais do pólo da minha cidade, do meu Estado. Estamos alerta porque já percebemos uma tentativa insidiosa de se enfraquecer o pólo de Manaus, levando para outros Estados aquilo que hoje é a principal fonte de recursos, num pólo que este faturará alguma coisa entre US$20 e US$22 bilhões, algo que não é desprezível e que deve ser levado no devido respeito, na devida conta pelo conjunto deste País chamado Brasil.

Finalmente, Sr. Presidente, eu lamento que Lula e o PT aceitem mensaleiros no seu palanque. A direção do PT afirma nesta segunda que nem o Presidente Lula nem o PT se constrangerão em receber nos seus palanques Deputados acusados de receber mensalão e denunciados à Justiça por integrar esquemas de corrupção. Segundo o Presidente do PT, seriam pessoas sem interdição política e, portanto, com direito a disputar e que serão julgadas pelo povo.

Como mudou o PT! Como era e como é! Tenho muito medo de como venha a ser o futuro, porque dizem alguns, os pessimistas, que é para trás que se anda.

Eles falam aqui em biografia, mas o grande fato é que não se parece nem de leve com aquele partido que primava pelo cuidado com a ética na vida pública e que, portanto, hoje em dia acha que tudo soma, inclusive mensaleiros no palanque, só porque os mensaleiros não foram ainda condenados em última instância, apesar de todas as provas que as CPIs coligiram, de todas as evidências que as CPIs coligiram e de todas as circunstâncias que foram devidamente apuradas, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª.

Concedemos a palavra, como orador inscrito, ao nobre Senador Tião Viana, do PT do Estado do Acre.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trago uma análise que foi veiculada, de maneira muito positiva, no jornal **Valor Econômico** e também no caderno **Folha Dinheiro** do jornal **Folha de S.Paulo** do último final de semana, cujo título julgo de relevância para o nosso País: "'Renda chinesa' aquece a economia e ameaça contas". Estão falando sobre os programas sociais do Governo brasileiro. É matéria da maior importância e vem reconhecida, em termos de análise, por Marcelo Neri, que dirige o IBGE, e também por Ricardo Paes de Barros, que dirige institutos econômicos de avaliação e qualidade de vida da população brasileira, como, no caso, a PNAD.

Acho que é uma matéria muito importante, sobretudo quando vem comparada a um artigo do jornalista Gilberto Dimenstein, do jornal **Folha de S.Paulo** de domingo, dia 4 de junho, de que eu gostaria de fazer a leitura e abrir para uma reflexão do próprio Senado Federal.

Diz o seguinte Gilberto Dimenstein:

> Para os mais pobres, Brasil cresce como a China
>
> A explicação do enigma Lula – Folha de São Paulo, 4 de junho de 2006.
>
> Como alguém é capaz de apanhar tanto por tanto tempo e ainda ficar mais forte eleitoralmente?
>
> Um dos mais respeitados estudiosos da realidade social brasileira, o economista Ricardo Paes de Barros, fez uma série de cálculos matemáticos que ajudam a esclarecer o enigma de Lula. Como alguém é capaz de apanhar tanto por tanto tempo e ainda ficar mais forte eleitoralmente, como mostraram mais uma vez, na semana passada, Ibope e Vox Populi?
>
> Sabemos que boa parte desse prestígio se deve a programas como o Bolsa Família, à estabilidade da moeda – o preço dos alimentos cresce abaixo da inflação -, ao aumento do salário mínimo e à geração de empregos. Ricardo Paes de Barros vai mais longe e detalha o impacto dessas ações entre os 20% mais pobres da população. "É como se essas pessoas, sem nenhum exagero, estivessem na China." Em 2004, por exemplo, nesse segmento mais pobre, o aumento da renda *per capita* foi de 12%, para um crescimento médio, no País, de 3% – é um movimento que, embora em menor intensidade, vem desde 2000 e perdura até agora.
>
> Os cálculos dele são baseados nas amostragens oficiais realizadas pelo IBGE e se baseiam na redução da desigualdade combinada com o crescimento econômico. "Em geral, as pessoas não percebem o efeito dessa combinação porque não se traduzem os indicadores", diz ele.
>
> É difícil, de fato, entender o que significa uma redução do coeficiente de Gini (medida de concentração de renda) [...] [Quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda; quanto mais distante de um, menor a concentração de renda e, portanto, a desigualdade é rompida, e começa a haver um processo de recuperação da inclusão social em qualquer país.] [...], que, de 2000 a 2004, caiu de 0,597 para 0,574. É uma redução de 4%, o que, ainda assim, não diz muita coisa – 1% menos ao ano. Parece também não dizer nada que, nesse período, a renda dos 20%, em relação ao total do bolo, subiu de 2,2% para 2,7%.
>
> Supondo-se que o crescimento econômico fosse zero e mantida a redução da desigualdade de 1%, a evolução da renda *per capita* dos mais pobres chegaria a 4%; daí se vê o peso da distribuição de renda. A tradução desses amontoados de números é o padrão "chinês", ou seja, um aumento médio, nesses quatro anos, de quase 8%. Para os 10% mais pobres, no ano de 2004, o poder aquisitivo subiu 16%.
>
> Em nenhum momento, nem indiretamente, Ricardo Paes de Barros vincula esses dados ao desempenho eleitoral de Lula. Mas é como pode ser entendido o significado do anúncio, na quarta-feira, do aumento de 1,4% do PIB do primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso indica que, no final do ano, a economia terá crescido algo em torno de 4%.
>
> Na tradução de Paes de Barros, supondo (como ele imagina provável) que a distribuição de renda continue evoluindo, devido à ampliação, por exemplo, dos programas de renda e do salário mínimo, aquela faixa dos 20% mais pobres continuará acima do "padrão chinês". "Esse segmento está na euforia. Ao contrário do que acontece nas camadas mais altas, onde a renda está estagnada ou, em determinadas faixas, caindo", diz. É algo que as pessoas que estão no topo não conseguem sentir e, talvez por isso, tenha sido mais difícil vislumbrar a força de Lula nas camadas mais pobres. [...]

E depois continua o artigo de Gilberto Dimenstein, comentando uma matéria dessa dimensão.

Sr. Presidente, quando temos o debate longo da responsabilidade política e social dos governos, eu só fico na expectativa de que, um dia, possamos reconhecer o que seria o avanço na área social de governos brasileiros. E tivemos, de modo reconhecido, o ano de 2000

como um marco de um processo de inclusão, um marco de políticas sociais que tiveram alcance social.

Não tenho problema algum em dizer que foi no Governo de Fernando Henrique que houve um passo nesse sentido; que esse processo se acelerou e teve um pico no ano de 2004; que o Governo do Presidente Lula tem como marca esse processo de inclusão e de oportunidades ao cidadão brasileiro excluído; que há um choque, um debate entre aqueles que dizem que esses recursos poderiam ser investidos para um processo de desenvolvimento econômico localizado, que redundaria em absorção da pobreza para um outro patamar da vida nacional.

Mas é aquela frase de Betinho que nos desperta sempre: a fome tem pressa, a fome tem muita pressa. E o Presidente Lula, como um filho legítimo da pobreza que foi, que passou a sua travessia de dificuldades, tinha o dever de ter responsabilidade social, como teve. Tem erros de Governo? Tem. De governabilidade? Tem. Soube avançar muito e multiplicar a ampliação dos programas sociais, que começaram, de maneira sólida, no Governo Fernando Henrique? Soube. Merece o reconhecimento? Merece.

Hoje, há um debate posto até no campo eleitoral. Eu acho que, mais importante para a relação Governo e Oposição, seria que a responsabilidade social do Governo Fernando Henrique e a do Governo Lula não entrassem no debate direto, porque esse programa é maior do que qualquer governo, é maior do que qualquer responsabilidade política que estejamos vivendo. Acho que, assim, faríamos uma eleição baseada em temas muito mais relevantes.

O Senador Arthur Virgílio, que sempre debate em campo aberto, com tanta lucidez e profundidade, enriquecerá, sem dúvida, o meu pronunciamento, num posicionamento político que tem a respeito da matéria. Depois, concederei um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Tião Viana, é sempre bom ouvi-lo, porque V. Exª faz parte daqueles que propõem sempre um debate qualificado. Mas eu tenho uma observação a fazer. Primeiro, quaisquer avanços devem ser inseridos na idéia do processo brasileiro. Discordo muito do ajuntamento de programas. Eu preferiria os programas seccionados, que atenderiam melhor aos setores – por exemplo, o Bolsa Escola, claramente destinado a manter o aluno na sala de aula. Mas nada de se diminuir, e, sim, a idéia de se estender a quem precise, com a preocupação que, para mim, deveria ter sido acrescentada neste Governo, de se ter a porta de entrada e a porta de saída. O ideal mesmo não é hoje um milhão, amanhã dois milhões e, depois de amanhã, dez milhões. O ideal é hoje cinco milhões, amanhã quatro milhões e, depois, três milhões, porque mais famílias estariam sendo libertadas da miséria e da fome. Então, eu quero fazer aqui dois alertas. A conjuntura internacional mudou. Isso também está bastante claro quando se lê o relatório do Ipea. A conjuntura internacional mudou. Ela não é mais a mesma. Ela não está tétrica, mas não é mais cor-de-rosa. Temos uma situação fiscal que se complica. Os gastos públicos estão aumentando de maneira exponencial, estão aumentando muito mais amplamente do que o crescimento positivo do PIB. Por outro lado, há muito tempo – depois do início deste Governo, em que se tentou fazer reformas -, abandonou-se neste País a idéia da reforma estrutural. Qual é a situação? Inevitavelmente, terá que se fazer o ajuste das contas públicas – seja quem venha a ser o próximo Presidente – e terá que se retomar o fio das reformas estruturais – seja quem venha a ser o próximo Presidente. Ou seja, não prevejo para o próximo Presidente boa vida, não prevejo facilidades. E creio que esse é um calcanhar-de-aquiles do próximo Governo, porque ele poderia ter insistido nas reformas e não o fez. E, para isso, ele contaria com o apoio da Oposição nesta Casa – V. Exª sabe disso. Por outro lado, poderia ter sido mais cuidadoso na questão fiscal, e não o foi. Por outro lado ainda, poderia ter, a meu ver, aproveitado esta maré de bonança para ter imprimido crescimento que não se deveria comparar a governos passados – e V. Exª não o faz, pela honestidade intelectual de que é munido -, mas a comparação deveria ser feita com países à nossa volta nesta atual conjuntura. E nós vemos que o Brasil cresceu menos do que poderia. Diferente da formiguinha, armazenou menos do que seria o necessário e menos do que poderia. E nós imaginamos que possa estar vindo algum "inverno" por aí, com a aterrissagem da economia americana, com o fato de que não manteremos um mundo com essa voracidade de consumo e de *commodities* que a China demonstra a vida toda, nem um mundo que financie os déficits gêmeos americanos do jeito que a China o tem feito. Então, para mim a palavra de ordem está em olharmos a questão fiscal, está em olharmos para valer a retomada do processo de reformas estruturais, sem o que teremos problemas, sem dúvida, no próximo quadriênio – e acho até que já vamos ter. Obrigado, Senador Tião. Uma contribuição para o seu raciocínio.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Exª, Senador Arthur Virgílio, que só engrandece o meu pronunciamento e tem tido o cuidado de debater e alertar este País para esse momento de viés, podemos dizer, de inquietação da taxa de juros nos países desenvolvidos, que pode afetar seriamente este momento auspicioso das economias emergentes onde o Brasil se insere. A sua preocupação com os gastos públicos também tem sido legítima e muito elevada.

Aliás, pude ver hoje um artigo do Ministro Tarso Genro assumindo o interesse que tem ele, como um quadro intelectual da maior relevância do nosso projeto de Governo, para que o Brasil esteja aberto a um grande debate e a um grande pacto a favor das reformas estruturantes de que o Estado brasileiro precisa. Acho que esse é o caminho do diálogo. Não tenho dúvida de que podemos contribuir para que este País avance, se tivermos uma visão de Estado que seja maior do que a visão partidarizada.

Veja estes dados, Senador Paulo Paim: temos 3,9 milhões de empregos formais; temos recursos da ordem de mais de R$8,5 bilhões dirigidos para programas sociais como o Bolsa Família, ampliando aquilo que foi concebido e implantado no ano de 2000/2001 pelo Governo Fernando Henrique Cardoso e, no nosso Governo, teve um efeito multiplicador muito grande; existe sólida estabilidade do custo dos bens de consumo básico. Todos esses são fatores que intervêm, de maneira muito direta, na inclusão social, com oportunidades para os trabalhadores mais pobres.

É por isso que o Presidente Lula tem índices tão relevantes e tão positivos de governo nas regiões mais pobres do País, o que a classe média alta não percebe, porque está preocupada com perdas individuais. É a sociedade brasileira sentindo o impacto da inclusão social, sim, porque, no todo, as políticas de Governo têm tido um saldo positivo.

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, primeiro cumprimento V. Exª. Eu dizia aqui ao Senador Pedro Simon como é boa essa relação com V. Exª. V. Exª é um daqueles homens públicos que não têm meias palavras. Em certos temas, V. Exª me diz, com toda a tranqüilidade: "Neste tema, eu lhe acompanho; neste, não lhe acompanho". E nesse outro tema que é a PEC paralela, da qual V. Exª foi o grande construtor, eu pude lhe acompanhar e trabalhamos juntos com muita alegria. V. Exª, mais uma vez, da tribuna, demonstra toda sua sensibilidade com a questão social, falando exatamente sobre a situação dos mais pobres. Quero dizer a V. Exª que concordo com a análise de V. Exª e fico feliz. No fechamento, quando V. Exª faz a análise do combate à pobreza, com dados que lhe são fornecidos pelos analistas...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – E nunca podemos deixar de destacar o salário mínimo, que é uma bandeira sagrada da vida pública de V. Exª.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – De todos nós. Durante um longo período, tentávamos um aumento real maior para o salário mínimo, mas nos diziam: "A demagogia vai quebrar o País". E neste ano o Presidente Lula concedeu um aumento que é o maior – e não tem como alguém deixar de reconhecer – dos últimos 25 anos. O que aconteceu? Foi positivo, e o impacto acabou alavancando muitos programas sociais que têm ligação com o salário mínimo. O reajuste real foi em torno de 12%. Real! Quando se fala em aumento de 16,7%, tem de se descontar a inflação, com o aumento real para o salário mínimo sendo em torno de 12%. É claro que isso teve repercussão positiva. Eu me senti contemplado, pois, felizmente, neste momento, uma tese que defendemos há tantos anos está sendo posta em prática, não provocando impacto negativo nenhum. Alguns diziam: "Com a inflação em torno de 2% ou 3%, como se vai dar um aumento de 16%?" Seríamos chamados de loucos se propuséssemos. Como sempre propusemos...! E o Presidente Lula, com a sua sabedoria e o seu equilíbrio, no momento adequado, soube fazer esse aporte de recursos, para distribuição de renda para o conjunto do povo brasileiro. Isso também repercutiu – não somente isso, é claro, mas isso e toda essa lista que V. Exª enumerou. Aliás, eu poderia incluir, para completar, a importância do Programa Luz para Todos. Eu o acho um programa belíssimo, Senador Tião Viana. Com isso, termino, cumprimentando V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sem dúvida.

V. Exª tem absoluta razão, Senador Paim. É a constatação da responsabilidade social praticada pelo Governo, fruto de um processo de aprendizado das políticas públicas brasileiras e dos governantes brasileiros.

Há poucas semanas, eu citava aqui o ocorrido no semi-árido nordestino. Em 1976, 50% crianças do semi-árido nordestino eram subnutridas. Hoje, essa taxa caiu para 6%. Então, houve uma ação oriunda de responsabilidade partilhada, uma pactuação entre o Governo Federal e Governos estaduais, e hoje temos outra realidade em onze Estados, pois nossos indicadores estão próximos aos chilenos.

Quanto à redução da pobreza no Brasil, a que se referiu o meu caro amigo e colega Arthur Virgílio, o Brasil não cresceu tanto quanto alguns países da América Latina, mas reduziu a pobreza três vezes mais do que qualquer país da América Latina nesse período. São, pois, dados que compensam a responsabilidade social em relação ao crescimento econômico. E o fato é que estamos crescendo. Temos um indicador de 4%, para este ano, de crescimento do PIB, o que pode ser alentador. Além disso, segundo o IPEA, mais precisamente segundo o Dr. Ricardo de Barros e o Dr. Marcelo Neri, se analisarmos em profundidade os dados de 2005, o impacto do aumento do salário mínimo para os aposentados, vamos obter indicadores muito mais fortes e observar que o índice de Gini tem caído gradativamente, demonstrando que a concentração da riqueza está sendo rompida no Brasil. Isso, associado ao Luz para Todos, a um avanço efetivo do processo de Reforma Agrária – que sei que V. Exª cobra tanto quanto nós – e a uma política de consolidação de empregos informais e formais, fará com que este País seja outro. Poderemos, então, ter otimismo realista e responsável no futuro, conscientes de que a dívida ainda é muito grande, mas de que muito esforço tem sido feito pelo Presidente Lula e por seu Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Agradeço a V. Exª.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pediria a V. Exª que inserisse no meu discurso, como anexo, os dados que tenho aqui.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AUMENTO DA RENDA DA POPULAÇÃO MAIS POBRE

- De 1995 a 2004, a **renda média** do brasileiro caiu 0,63% ao ano, enquanto a **dos mais pobres cresceu 0,7%**. "Por isso, esse período não pode ser definido como da crise da pobreza" – Marcelo Néri.
- "O Brasil enfrentou um período de virtual estagnação econômica de 1995 a 2004, mas mesmo assim a renda dos pobres cresceu no período." (Valor Econômico)
- As análises têm por base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 2004, do IBGE.
- A tendência de queda da desigualdade, iniciada em 2001, prosseguiu em 2005, e **2004 foi o grande destaque do período**. **Naquele ano, a renda per capita dos pobres aumentou 14%, enquanto a renda média avançou 3,6%**.
- Entre 2001 e 2004, **os 10% da população mais pobre tiveram sua renda aumentada em 23,3%**; os 20% mais pobres, em cerca de 15%. Essa tendência manteve-se ao longo de 2005.
- Destaque para o **papel fundamental do Bolsa-Família** nesse processo: entre 2001 a 2004, o programa explica dois terços do crescimento da renda dos pobres no período.
- Do aumento de 14% da renda dos mais pobres, 10% se deveram ao crescimento da renda do trabalho ~~(o significativo aumento do salário mínimo em 2005 teve pouco impacto sobre a renda do trabalho~~), e os 4% restantes ao impacto do Bolsa-Família.
- Essa melhora substancial na qualidade de vida dos mais carentes é resultado de programas sociais voltados à população pobre: além do Bolsa-Família e dos benefícios da Previdência

Social, estão os reajustes do salário mínimo acima da inflação, os 3,9 milhões de empregos formais gerados no governo Lula, mais crédito e queda nos preços de produtos básicos. (Folha de S. Paulo)

- Em 2004, a desigualdade atingiu o nível mais baixo desde 1960. Em 2005, desigualdade continuou a cair, mas a um ritmo mais lento do que em 2003 e 2004. **O índice de Gini atingiu 0,597 em 2005, uma queda de 0,07 ponto em relação a 2004**. Em 2004, o recuo tinha sido de 0,14 ponto e em 2003, de 0,19. (Quanto mais próximo de 1, mais desigual é o país.)
- "O ano de 2004 é um ano muito raro na história brasileira, não apenas pela melhora na distribuição de renda, mas também pela qualidade. Os números de 2004 mostram um processo com maior sustentabilidade, com baixo custo fiscal." (Marcelo Néri)
- Marcelo Néri avalia que, quando saírem os dados da PNAD 2005, Quando sair a PNAD de 2005, que incluirá os rendimentos provenientes do pagamento de aposentadorias (fortemente influenciados pelo salário mínimo) e do Bolsa-Família, a queda da desigualdade deverá ser maior.
- Bolsa-Família: é mais focado nos mais pobres e tem um custo fiscal bem mais baixo do que a Previdência Social, embora desde 1988 o Governo federal tenha adotado uma política de reajustes mais altos para os benefícios mais baixos.
- A Folha de S. Paulo diz que "na prática, o governo substitui investimento direto por mais assistencialismo". Mas reconhece que os efeitos econômicos são indiscutíveis no NE – "o impacto dos programas assistenciais sobre as famílias do Nordeste é incontestável. Ele significa, basicamente, mais comida na mesa dos miseráveis e a compra de produtos essenciais", diz a Folha.

Esse crescimento – associado pela Folha ao "crescimento chinês" - vem provocando dinamismo nas regiões mais pobres do País. "É como se essas pessoas, sem nenhum exagero, estivessem na China", diz o pesquisador do IPEA Ricardo Paes e Barros.

- Vale lembrar que o Presidente comprometeu-se a colocar comida na mesa de quem não tinha o que comer. E que isso foi conseguido para grande parte dessa parcela da população em apenas 4 anos, quando o histórico da fome neste País é longo.
- Por isso, quando a Folha diz que, por outro lado, "onde o Bolsa-Família chega, faltam investimentos que poderiam emancipar economicamente os pobres", é bom não esquecer o que dizia Betinho: "quem tem fome, tem pressa". Os investimentos que faltam, também de longa data, devem ser o próximo passo.
- **Dados da Folha**:
    - o comércio no NE cresceu 4 vezes mais que a média nacional – 19,1% ao ano contra 5% na média do País;
    - a produção industrial no NE cresceu 1,2% no mês de abril deste ano, enquanto no País como um todo caiu 1,9%;
    - Bolsa-família é considerado o principal responsável pelo aumento da renda – em 2006 atenderá 11,1 milhões de famílias, investindo R$ 8,5 bilhões → 31% mais que em 2005;
    - ao longo do governo Lula, o salário mínimo teve aumento real de 32,2% (nos 8 anos do governo FHC, este aumento foi de cerca de 21%). Vale lembrar que 46% dos trabalhadores nordestinos recebem o salário mínimo;
    - o salário mínimo compra, hoje, 2 cestas básicas (em 1994, comprava menos de 70% dos produtos de 1 cesta).

- Estudo do **BNDES** revela que **a renda da metade mais pobre da população avançou 0,53% entre 2003 e 2006, contra 0,12% entre 1993 e 2002**.

Domingo, Junho 04, 2006

Para os mais pobres, Brasil cresce como a China
GILBERTO DIMENSTEIN

A explicação do enigma Lula - Folha de São Paulo, 4 de junho de 2006

Como alguém é capaz de apanhar tanto por tanto tempo e ainda ficar mais forte eleitoralmente?

UM DOS mais respeitados estudiosos da realidade social brasileira, o economista Ricardo Paes de Barros fez uma série de cálculos matemáticos que ajudam a esclarecer o enigma de Lula. Como alguém é capaz de apanhar tanto por tanto tempo e ainda ficar mais forte eleitoralmente, como mostraram mais uma vez, na semana passada, Ibope e Vox Populi?

Sabemos que boa parte desse prestígio se deve a programas como o Bolsa-Família, à estabilidade da moeda -o preço dos alimentos cresce abaixo da inflação-, ao aumento do salário mínimo e à geração de empregos. Ricardo Paes de Barros vai mais longe e detalha o impacto dessas ações entre os 20% mais pobres da população. "É como se essas pessoas, sem nenhum exagero, estivessem na China." Em 2004, por exemplo, nesse segmento mais pobre, o aumento da renda per capita foi de 12%, para um crescimento médio, no país, de 3% -é um movimento que, embora em menor intensidade, vem desde 2000 e perdura até agora.

Os cálculos dele são baseados nas amostragens oficiais realizadas pelo IBGE e se baseiam na redução da desigualdade combinada com o crescimento econômico. "Em geral, as pessoas não percebem o efeito dessa combinação porque não se traduzem os indicadores", diz ele.

É difícil, de fato, entender o que significa uma redução do coeficiente de Gini (medida de concentração de renda), que, de 2000 a 2004, caiu de 0,597 para 0,574. É uma redução de 4%, o que, ainda assim, não diz muita coisa -1% menos ao ano. Parece também não dizer nada que, nesse período, a renda dos 20%, em relação ao total do bolo, subiu de 2,2% para 2,7%.

Supondo-se que o crescimento econômico fosse zero e mantida a redução da desigualdade de 1%, a evolução da renda per capita dos mais pobres chegaria a 4%; daí se vê o peso da distribuição de renda. A tradução desses amontoados de números é o padrão "chinês", ou seja, um aumento médio, nesses quatro anos, de quase 8%. Para os 10% mais pobres, no ano de 2004, o poder aquisitivo subiu 16%.

Em nenhum momento, nem indiretamente, Ricardo Paes de Barros vincula esses dados ao desempenho eleitoral de Lula. Mas é como pode ser entendido o significado do anúncio, na quarta-feira, do aumento de 1,4% do PIB do primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso indica que, no final do ano, a economia terá crescido algo em torno de 4%.

Na tradução de Paes de Barros, supondo (como ele imagina provável) que a distribuição de renda continue evoluindo, devido à ampliação, por exemplo, dos programas de renda e do salário mínimo, aquela faixa dos 20% mais pobres continuará acima do "padrão chinês".

"Esse segmento está na euforia. Ao contrário do que acontece nas camadas mais altas, onde a renda está estagnada ou, em determinadas faixas, caindo", diz. É algo que as pessoas que estão no topo não conseguem sentir e, talvez por isso, tenha sido mais difícil vislumbrar a força de Lula nas camadas mais pobres. Tal intimidade com os mais pobres explica, pelo menos em parte, por que tanta gente experiente tenha decretado antecipadamente o fim de Lula, a tal ponto que se supunha que o escolhido pelo PSDB já estaria com um pé na Presidência.

Aponta-se, e com certa razão, que boa parte da população não entende as notícias sobre corrupção. Muitos dizem que, no fundo, os brasileiros aceitam o rouba-mas-faz. Fala-se que os mais pobres, segundo pesquisas qualitativas, se recusam a acreditar que Lula - um deles"- esteja vinculado à bandalheira.

Nada disso, porém, teria muita influência se boa parte dos eleitores não sentissem melhoria em suas vidas. Os cálculos de Ricardo Barros, um economista independente, estão mostrando que, em determinado segmento, essa melhoria é muito maior do que se imaginava, daí a resiliência presidencial. Diante disso, termos como choque de gestão, ajuste fiscal, bandeiras de Alckmin, embora relevantes, são, até aqui, abstrações.

Agência Reuters
Segunda, 5 de junho de 2006, 19h22

Aumento na renda dos mais pobres acelera no governo Lula

A renda da metade mais pobre da população brasileira deve crescer cerca de 4 vezes mais rápido entre 2003 e 2006 do que no período 1993 a 2002, disse o presidente do BNDES, Demian Fiocca, citando um estudo do banco. Levantamento revela, segundo ele, que entre

2003 e 2006, durante o governo Lula, a renda da metade mais pobre da população avançou 0,53% ao ano contra 0,12% anual entre 1993 e 2002, período em que Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso governaram o país.

"Dependendo de outras variáveis, como o crescimento da economia e do emprego formal, é possível até que esses resultados sejam maiores. Mas nós escolhemos essas duas variáveis porque elas representam políticas efetivas de governo de redução da desigualdade. Essa duas variáveis são de fato renda para os mais pobres", disse Fiocca a jornalistas em uma conferência da Câmara de Comércio Americana.

A projeção para o período entre 2005 e 2006 levou em conta apenas dois elementos: o aumento do salário mínimo e o orçamento do programa Bolsa Família.

Pelo estudo, a metade mais pobre abocanhará 15,1% das riquezas produzidas pelo país ante 12,1% em 1993. No início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, essa parcela era de 13,5%.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

Concedemos a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

V. Exª dispõe de 15 minutos, nobre Senador Pedro Simon.

Como próximo orador inscrito, o nobre Senador Heráclito Fortes.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Hoje, pela manhã, realizou-se uma sessão especial do Movimento Democrático Brasileiro, para o qual tinham sido convocados, além dos membros da Executiva Nacional, Governadores, Presidentes Regionais e Lideranças Partidárias. A reunião foi marcada pela Executiva na quarta-feira passada, quando o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral baixou uma medida e criou um impacto em todo o País, determinando que as eleições fossem todas verticalizadas, seja para Presidente, Governador ou Senador.

Naquela reunião da Executiva, se criou um ambiente realmente muito interessante. Os Líderes Governistas que querem um apoio ao Governo estavam muito preocupados, muito sérios, muito responsáveis, muito angustiados com o que ia acontecer. E as palavras dele foram palavras de bom senso, no sentido de que aqui não dá para ver quem ganhou nem quem perdeu, temos que tomar uma atitude e ver o que vamos fazer para enfrentar essa realidade. Os que queriam e que querem a candidatura própria concordaram. E eu fui um dos que disse que realmente achava que sim.

Concordamos em não realizar a Convenção ontem, domingo, dia 11, marcada pela Justiça Eleitoral, para realizar antes uma nova reunião, essa que foi que feita hoje, para buscar o entendimento, para buscar uma fórmula através da qual o MDB sairia do impasse em que se encontrava.

Acontece que entre a marcação da data de hoje para a realização dessa reunião e a realização dela hoje, o Tribunal deu uma volta de cento e oitenta graus, atendendo a pressões de parlamentares e mais gente e decisões pessoais. O Tribunal resolveu alterar e voltar à posição anterior: verticalização, só para a Presidência da República. Não implicava e não alterava a obrigatoriedade de quem não tivesse candidato à Presidência da República, não poderia fazer também coligações estaduais.

Realizamos a reunião hoje, e o clima era completamente diferente, era claro. Os governistas, mais exaltados, mais firmes, vieram com um pensamento uniforme no sentido de que nada de candidatura pró-

pria, nada de realização de Convenção, a candidatura própria estava sepultada.

A discussão entre os Líderes era qual a data do sepultamento. Uns queriam sepultar a candidatura própria hoje; outros queriam deixar para sexta-feira. Os que queriam sepultar hoje argumentavam que o defunto ficaria insepulto e passaria a cheirar mal até sexta-feira. Ter-se-ia que colocar numa câmera funerária.

Interessante: por quinze a zero, a Executiva decidiu que o MDB não vai ter candidato a Presidente. E cada Estado faça o que bem entender. Essa foi a decisão de um longo debate, que durou um ano, no qual, de um lado, estavam Líderes como o Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; o Senador José Sarney, ex-Presidente da República; o Senador Ney Suassuna, Líder da Bancada; o Deputado Jader Barbalho, ex-Presidente do Partido e ex-Presidente do Senado; o ex-Líder da Bancada e Deputado da Bahia; o ilustre Presidente da Fundação Ulysses Guimarães e ex-Governador do Rio de Janeiro. Todos os governistas, por unanimidade, falaram.

O interessante é que, na última convenção, que lotou o auditório Petrônio Portella, nenhum falou, a tal ponto de que o Presidente Michel Temer dava a palavra para um e, depois, para outro a favor da candidatura própria e não a dava para ninguém contra. Eu levantei uma questão de ordem, dizendo que o Sr. Michel Temer estava sendo parcial porque os que não queriam candidatura própria também queriam falar. Ele concedeu a palavra, mas ninguém falou.

Mas hoje falaram todos. É verdade que a reunião era fechada. Não havia imprensa, não tinha base, mas falaram todos os contrários à candidatura própria. E o argumento é um: também não haveria condições de ter candidatura própria. O problema é fortalecer as candidaturas dos governadores estaduais.

Eu dizia: mas que Partido é este, o maior do País, que se despreocupa de se apresentar com um candidato à Presidência da República em uma eleição, em um momento tão traumatizante como esse? O PSDB e o PT praticamente iniciam a campanha, que começou hoje com o primeiro pronunciamento oficial do candidato de Oposição, dizendo que a quadrilha são quarenta e que o Presidente é o chefe dela? Começou como eu imaginei que ia terminar. Eu pensei que no fim ele fosse dizer isso.

Se ele começa dizendo que o Presidente da República é o chefe da quadrilha de quarenta como vai terminar a campanha, Sr. Presidente? Isso dizíamos nós. O momento é do MDB. A história, o destino colocou nas mãos do MDB o momento que está presente.

O PSDB teve os seus oito anos; o PT, os seus quatro. A situação é dramática. Uma mensagem de paz, de respeito e de concórdia para somar o MDB poderia apresentar. Mas os líderes do MDB, os governistas, estão todos lá. Ministério daqui, Ministério dali, diretoria daqui, diretoria de lá, estão todos com cargos no Governo. E isso pesou mais forte do que uma candidatura à Presidência da República. É estranho como, na reunião de hoje, pude sentir nesses Líderes que falaram como não há, dentro do sentimento deles, um amor, uma dedicação pelo seu Partido, o MDB. Em parte, compreendo o nosso querido Presidente do Senado. Ele era do PCdoB; depois, ele passou para o PRN e, naquela época, jovem, tinha uma garra enorme. Ele pegou o PRN como Governador de Alagoas, e fez dele Presidente da República e foi Líder desse Presidente. Depois, foi Ministro do Fernando Henrique. Depois apoiou a candidatura do Serra para Presidente e, hoje, é apaixonado pelo Lula. O Sr. Sarney, Presidente vitalício da Arena... Precisamos dele para ser candidato... Precisamos, não. Ele se impôs como candidato em uma eleição em que nós precisávamos fazer um racha na antiga Arena para eleger Tancredo no Colégio. Morre Tancredo. Ele fica. O seu filho foi Ministro do Governo Fernando Henrique. A sua filha está no PFL; o outro, no Partido Verde; os seus Líderes estão em vários Partidos. Ele não tem ninguém no MDB a não ser ele. Qual é a paixão que ele tem pelo MDB? E assim são os outros homens. Então, praticamente o MDB parece uma legião estrangeira no comando. Todas as pessoas sem história, sem biografia. Se olharmos para ontem: o Tancredo, o Teotônio, o Ulisses, as Diretas Já, na beiras das cadeias, das prisões, não estava essa gente. Então, eles não conseguem sentir. Fala-se em MDB, na história do MDB, em reviver o MDB, o velho MDB. A gente não está dizendo nada a essa gente. A gente não está falando nada a essa gente.

Hoje, encerrou-se um capítulo do nosso Partido. Questão aberta, cada um segue o caminho que quiser. Interessante é que eu volto a repetir, os mais apaixonados que defendem. Não podemos ter candidato a presidente, porque temos que ter candidato a governador. Temos que fortalecer os governadores. Os que dizem isso nem têm candidato a governador nos seus Estados.

O Dr. Sarney, no seu Estado, o Maranhão, a candidata é a sua filha pelo PFL, não pelo MDB. No Amapá, o candidato é do Partido Socialista, não é do MDB. O Sr. Jader Barbalho, no Pará a candidata é a Senadora PT, não é do MDB. O ilustre Deputado, que é o mais bravo, mais lutador da Bahia, o ex-Líder Geddel, o candidato dele, se for, será do PT. E o nosso Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, tem candidato do PSDB.

Quando eu disse, na reunião de hoje de manhã, que S. Exª não tem candidato do MDB em seu Estado, que o candidato era do PSDB, ele me respondeu: "V. Exª sabe que sou Presidente do Senado e que, nessa condição, não posso ser candidato a governador. Se pudesse, eu seria". Então, tive que responder: perdoe-me V. Exª, concordo que V. Exª é o **primus inter pares**, é o grande nome de Alagoas, mas não é o único. Será que Alagoas não tinha um segundo nome do MDB para ser candidato a governador? É V. Exª ou ninguém?

Mas aconteceu. Essa vai ser uma eleição em que o MDB vai assistir a um grande debate. Confio que o Sr. Geraldo Alckmin, um homem sério, um homem de bem, vai debater suas idéias, e o PSDB vai apresentá-las. Confio que o Presidente Lula vai refazer muitos dos seus equívocos.

Há dois pensamentos com relação à Lula: um fala na maldição do segundo mandato e apresenta nomes como o de Fernando Henrique, como o de Perón, como o de Getúlio, como o de Menem; são pessoas que, no segundo mandato, foram muito piores do que no primeiro. Outros, como eu, acham que não, que se pode revisar, alterar, modificar e, talvez, refazer os gravíssimos equívocos que cometeram.

Vamos ver a candidatura da Heloísa Helena, que agora terá mais um ou dois minutos, porque o MDB não tem candidato. Ela vai empolgar porque tem autenticidade. Na disputa que teve com o PT, ela saiu ganhando porque poderia ter sido expulsa por mil razões, mas o PT a expulsou porque ela cumpriu o programa do Partido, votando a favor de não se cortar o vencimento dos aposentados, não se mexer no vencimento dos inativos para baixar. E por isso ela foi cassada. Vejo no Rio Grande uma simpatia enorme em torno da candidatura dela.

O PDT até aqui com a candidatura do ilustre Senador por Brasília Cristovam Buarque. Teremos um grande debate, ao qual nós do MDB vamos assistir como se não fôssemos parte, como se não tivéssemos responsabilidade. O velho MDB, que foi no passado o responsável pela introdução no País da luta democrática, das Diretas Já e da democracia e que poderia apresentar a bandeira da moral, da ética, da seriedade, da dignidade, da justiça social, vai ficar de braços cruzados, assistindo.

Candidato a governador aqui, com o apoio do PT; candidato a governador lá, com o apoio do PSDB; ali adiante, apoiando um candidato a governador do PT, como no Pará; ou apoiando um candidato a governador do PSDB, como em Alagoas. Esse é o papel que deixaram para um partido do tamanho do MDB.

É uma pena, Sr. Presidente, o que eu sinto por esse comando partidário. Faço ressalva ao Presidente do Partido, que agiu com a maior dignidade e tentou de todas as formas a candidatura própria. Mas esse grupo se adonou do Partido, como se fosse uma legião estrangeira. Nunca tiveram um sentimento de afeto, carinho ou amor pelo seu Partido. Vê-se que é alguém que está ali para buscar tirar vantagem até o fim, porque não está nem um pouco preocupado com o que vai acontecer com o Partido. O pensamento é: eu estou aqui, sou líder, secretário, estou na Presidência do Senado; o que eu posso levar agora? Depois, que se dane.

Eu acho que esse foi, talvez, o maior golpe; essa foi a maior paulada que o MDB levou no Brasil. As outras foram da ditadura, do arbítrio, dos generais. Mas essa nós levamos em casa. Quem deu a paulada no MDB foi o seu comando; foram os líderes do MDB, que se aproveitaram dos cargos que receberam do MDB para usarem contra o nosso destino.

Minha fé e meu espiritualismo levam-me a acreditar no futuro e a achar que por mais negra que seja a noite sempre há o raiar de uma luz anunciando a aurora. Eu não sei como, mas nós teremos que escolher o caminho. Eu não sei como será a convivência com essa gente que na verdade não devia estar no MDB, não sei o que fazem no MDB. Vamos ter que escolher uma fórmula e um caminho. O MDB não pode morrer por inanição nas mãos de alguns que estão gordos e fogosos. No que depender deles, o MDB morre à míngua.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Obrigado a V. Exª, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

V. Exª dispõe de 15 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vou falar hoje de Copa do Mundo, porque este é o clima que domina todos os brasileiros. Não podemos fugir ao sentimento nacional.

Em 1958, o Brasil sagrou-se campeão pela primeira vez. Foi um feito histórico.

Era Presidente da República Juscelino Kubitscheck. O seu envolvimento com a seleção brasileira limitou-se a de um torcedor comum que ficou vendo a ansiedade dos brasileiros e assistindo de maneira precária aos jogos realizados na Suécia por meio das transmissões limitadíssimas dos rádios da época. Após o Brasil se sagrar campeão, Senador Saturnino, Sua Excelência, como Chefe de Estado, recebeu no Rio de Janeiro a delegação brasileira para parabenizar os atletas por aquele grande feito.

Em 1962, o Presidente João Goulart repetiu o feito diante da vitória do Brasil no Chile.

Passamos alguns anos num jejum de vitórias, e, em 70, nos chamados anos de chumbo, o Brasil sagra-se tricampeão. Apesar de se viver então numa ditadura, não se tem notícia de nenhuma visita da seleção brasileira ao Presidente de então, Médici. A única anormalidade naquele episódio foi um palpite, Senador Simon, do então Presidente gaúcho, dizendo que gostaria de ver o Dadá, do Atlético Mineiro, o famoso Dadá Maravilha, como jogador da seleção.

Aquilo, na época, deu um qüiproquó danado, e quero crer até que isso tenha feito com que o jovem técnico Zagalo, para não aceitar interferências externas indevidas, evitasse ao máximo colocar em campo o Dadá Maravilha. E o Dadá ficou marcado como um candidato a centroavante do Palácio do Planalto.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, com o maior prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Acho que estamos fazendo certo equívoco. O centroavante era esse, mas o técnico era o João Saldanha. O João Saldanha era o técnico, quando, lá no estádio do Internacional, no intervalo do primeiro para o segundo tempo, a imprensa conseguiu o milagre de chegar perto do Presidente – o que era uma coisa impossível, mas o Médici gostava de futebol – e perguntou: "Presidente, o que o senhor acha do time? "– Está bom." "– O senhor faria alguma convocação diferente?" O Presidente, com certa elegância, disse: "Eu convocaria o Dadá". Aí, os repórteres foram ao João Saldanha, o técnico, e disseram: "João Saldanha, o Presidente terminou de dizer que, se o técnico fosse ele, ele convocaria o Dada". E João Saldanha respondeu: "Fiz um trato com o Presidente: eu não me meto no Ministério dele, e ele não se mete na escalação do Brasil". Mas, logo, logo, demitiram-no.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Exatamente. Nós estamos certos. Depois da crise da saída do João Saldanha, quem foi ao México, como técnico, foi o Zagalo. E Dadá Maravilha já estava estigmatizado por esse desejo do Presidente Médici, que até se respeita, pois gostava de futebol e popularizou o radinho de pilha no ouvido. O João Saldanha foi uma fase. Em um desvio de rota na sua brilhante carreira de comentarista, numa crise resolveram colocá-lo como técnico e, após esse episódio, ele resolveu dizer que o Pelé estava míope. O restante da história o Brasil todo conhece.

Em 1994, o Presidente era Itamar Franco, que, como V. Exª sabe, é um homem de temperamento, impulsivo. Mas não se sabe de nenhuma opinião ou posição de Itamar Franco para escalar jogadores – e ele faria uma média fantástica porque vários mineiros despontavam para o futebol naquela época; inclusive o próprio Ronaldo, hoje Fenômeno, que, para alguns, está gordo, jogava em um clube mineiro naquela época.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Faço questão de dizer que, em minha opinião, ele não está gordo, e o Presidente não bebe.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, em 2002, o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. Era ano de eleição, e o candidato do Presidente Fernando Henrique estava lançado. O Brasil foi para aquela Copa, que, pela primeira vez, teve sua sede dividida entre a Coréia e o Japão. O Brasil sagrou-se campeão. O Presidente também não escalou seleção, não deu pitaco. E, na volta, a seleção foi recebida.

O que vimos na semana passada, naquela teleconferência, foi o absurdo dos absurdos. Criou-se, inclusive, uma crise, que a imprensa está conseguindo, a muito custo, abafar. O que se sabe é que um grande atrito envolveu a comissão técnica. Algum prestador de serviço ao Governo de plantão – e isso acontece – quis punir Ronaldo Fenômeno, hoje dito gordo, por sua resposta. Mas outro jogador com liderança disse: "Nesse caso, temos que punir Zagalo, porque o Zagalo fez apologia ao número 13, número do Lula".

Assim, vemos o que pode um Presidente sem ocupação, sem responsabilidade para com um País cheio de problemas, é capaz de fazer. Preocupou-se com os investimentos de Cafu lá fora, bem mais fáceis de justificar do que os de alguns de seus companheiros de equipe, que tiveram de ser demitidos porque não souberam como justificar as contas que possuem no exterior. O que o Presidente da República tem a ver – já que não é da sua competência – com os investimentos que Cafu ou quem quer que seja faz no exterior?

Nunca vi, na minha vida, mesmo que se diga que estamos no Brasil, o País do Futebol, um Presidente se dar ao luxo de, no horário em que deveria estar trabalhando pelo País, estar em uma roda de conversa de futilidade, usando da tecnologia da teleconferência e se expondo a esse ponto.

A comissão técnica é que tem capacidade suficiente de avaliar as condições de um jogador. O próprio diálogo mostrado pela televisão demonstra a perda de tempo que foi aquela teleconferência. Acho até, Senador Paim, que, se o Presidente, como torcedor, quisesse manter esse diálogo para dar conforto ou estimular os atletas, poderia tê-lo feito naquela teleconferência, sem necessidade de divulgação nacional. Ele quis, na

realidade, tirar uma casquinha à custa da popularidade da seleção brasileira, o que é grave.

Quero até louvar a posição da atual namorada do Ronaldo, a modelo Raica, que disse que o que lhe causa espécie e estranheza é um Presidente de um País como o nosso, em que o povo passa fome, as estradas estão esburacadas e as dificuldades são grandes, preocupar-se com o peso de um jogador de futebol. É lamentável. Mas, de tropeço em tropeço, Sua Excelência vai levando a vida.

Acho que o Senhor Presidente, agora, está na obrigação de fazer teleconferências permanentes. Por exemplo, deveria fazer uma teleconferência com a família do João José, aquele engenheiro morto de maneira misteriosa no Iraque, desaparecido, para a Nação brasileira saber que ele se preocupa com um trabalhador que desapareceu; fazer uma teleconferência para o Brasil saber que ele está preocupado com o destino dos familiares daquele rapaz que foi assassinado no metrô de Londres. Assim poderia demonstrar que se preocupa com esse tipo de assunto. O Presidente da República deveria usar a tecnologia e a teleconferência para mostrar ao Brasil a sua sensibilidade, hoje, por exemplo, com as chuvas que abatem na cidade do Rio de Janeiro ou para confortar a mãe daquele guitarrista assassinado no trânsito daquela capital. Por que, na rebelião que aconteceu nos presídios de São Paulo, Sua Excelência não falou com os policiais, com os familiares dos policiais que foram mortos, para dizer que o Governo Federal, embora impotente diante da onda avassaladora de violência, era solidário e envidaria esforços ao seu alcance, pelo menos para confortar ou dar apoio moral aos que sofriam e aos que sofrem ainda hoje a dor dos entes perdidos? Não! Não dá voto, não dá popularidade.

Agora, pegar uma seleção brasileira, em cujo sucesso ele não tem nenhuma participação, pois é um esporte coletivo e que depende exatamente do esforço, da dedicação de cada um, e querer tirar casquinha, pensando que o brasileiro é trouxa, isso é um episódio inconcebível e lamentável.

A liturgia do cargo de Presidente da República não permite comportamento dessa natureza.

Não digo nem que o Ronaldinho está certo pela resposta que deu, mas quem diz o que quer ouve o que não quer. Aliás, o Ronaldinho correu um risco muito grande, pois um jornalista americano que tratou do assunto há três anos foi ameaçado de ser expulso do País, quando, na realidade, não cometia calúnia, estava praticando o exercício pleno da liberdade de imprensa, que, logo em seguida, por sinal, o PT, por meio de modificações legais, quis cercear ou limitar.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu disse aqui, na sexta-feira, que o meu medo nisso tudo é que o Brasil, para alegria dos brasileiros, avance e chegue às quartas-de-final e que o Presidente Lula destitua o técnico Parreira, forme sua comissão técnica, e chegue aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... com a taça na mão, dizendo que a Copa é nossa. O Presidente seria o técnico e Zé Dirceu, Delúbio e Silvinho Pereira estariam na comissão e trariam, no aerolula, os vitoriosos da Europa ao Brasil. Seria o fim da picada, mas não é impossível. Do jeito que as coisas estão e com o desrespeito com que se vem tratando a coisa pública, Senador Valdir Raupp, não podemos duvidar de nada, nem podemos nos espantar com nada.

Por fim, como torcedor brasileiro humilde e modesto, desejo que esta seleção tenha sucesso nos campos da Alemanha e que traga para o Brasil mais um título, para alegria de todos nós, principalmente dos que não têm pão e que vão se contentar com o circo.

Caso o Brasil vença, que, a cada partida, cada um comemore como o Ronaldinho disse ou como quiser, mas com compostura e, acima de tudo, de maneira ordeira, e que não se deixe inibir, nos seus sentimentos, por percalços dessa natureza. A vitória do Brasil não tem dono, a não ser esta Pátria, que se cobre de verde e amarelo, para esperar, mais uma vez, a consagração de seu futebol nos campos da Europa, para alegria dos brasileiros e o encantamento do mundo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Senador Valdir Raupp, com último orador inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, técnicos do Instituto Agronômico de Campinas e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entrevistaram produtores, cerealistas, técnicos e empresas de máquinas e insumos visando levantar os custos de produção do café Robusta em Rondônia. As entrevistas foram realizadas de 5 a 9 de junho, nas regiões de Ouro Preto d'Oeste, Cacoal e Rolim de Moura.

Além de Rondônia, Sr. Presidente, esse mesmo levantamento está sendo feito em Minas Gerais, São

Paulo, Paraná, Espírito Santo e Bahia, pois são os seis principais Estados brasileiros produtores de café.

De acordo com o levantamento de safra da Conab de 2005 a 2006, Rondônia conta com uma área de 172 mil hectares plantados com a cultura, para uma produção de 1,7 milhão de sacas beneficiadas com produtividade média de 10,68 sacas/hectare.

Por meio desse trabalho, pretende-se identificar a participação da produção de grãos e da indústria de café desses Estados em relação às estruturas das economias de cada um e em relação à economia nacional, além dos impactos sobre as economias estaduais, caso a produção agrícola de café em alguns desses Estados seja reduzida a níveis mais baixos ou mesmo deixe de existir.

Com relação à industrialização, hoje concentrada em São Paulo e Paraná, pretende-se identificar qual será o impacto sobre a economia de cada Estado caso se desloque para outras regiões produtoras, além dos efeitos sobre a economia estadual e nacional.

Rondônia, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, possui apenas pequenas torrefadoras de café. Não temos, por exemplo, uma fábrica de café solúvel, a exemplo do Paraná e do Estado de São Paulo. Está na hora de o Governo brasileiro descentralizar a implantação de indústrias.

Eu falava, há pouco, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Zona Franca de Manaus, e sobre a possibilidade de se criarem outras zonas francas no Brasil. Dizia eu que não sou contrário à criação de nenhuma outra zona franca, mas não posso permitir que o meu Estado, Estado de Rondônia, possa ficar fora desses incentivos, pois é um Estado que está distante, do Norte do Brasil, temos uma capital pobre, uma periferia pobre, com falta de emprego, com falta de geração de renda, e se tivéssemos lá 5% das indústrias que tem hoje o Pólo Industrial de Manaus, certamente, a miséria, o desemprego, a falta de geração de renda não seria tão grande.

Então, reivindico para o meu Estado de Rondônia pelo menos uma grande fábrica de café solúvel e também algumas grandes torrefadoras de café, tendo em vista que Rondônia é o quinto maior produtor de café do País, pois está entre os seis maiores produtores de café do Brasil.

O levantamento está inserido no projeto "Relações entre os setores de produção e industrialização do café dos principais Estados produtores brasileiros e a economia nacional: um modelo inter-regional de insumo-produto", executado pelo IAC e pelas unidades Embrapa Café (Brasília-DF) e Embrapa Rondônia (Porto Velho-RO), financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fapesp, com o apoio do Centro de Inteligência do Café – CIC.

Paralelamente a esse trabalho, Sr. Presidente, a Embrapa Rondônia, uma empresa muito conceituada no meu Estado e no Brasil, está executando projetos sobre aspectos socioeconômicos da cafeicultura em Rondônia, cujo objetivo é calcular o custo de produção do café Conilon no Estado, considerando diferentes regiões produtoras e os sistemas produtivos em uso.

Serão diagnosticadas 95 unidades de produção de café, abrangendo os Municípios de Ouro Preto d'Oeste, Machadinho D'Oeste, Cacoal, Alto Paraíso e Buritis*. E poderia citar inúmeros outros grandes Municípios produtores de café em meu Estado: Rolim de Moura, Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia d'Oeste, Novo Horizonte, Nova Brasilândia, Alvorada d'Oeste, São Miguel do Guaporé, Monte Negro, na grande região de Ariquemes, Cacaulândia, Colorado d'Oeste, Ministro Andreazza, Espigão d'Oeste e tantos outros. Os dados levantados serão utilizados para embasar as ações deste grande projeto.

Sr. Presidente, o café foi, no passado, uma das principais fontes de renda e de geração de emprego em meu Estado. Devido os altos e baixos dos preços, hoje apresenta alguma dificuldade, mas ainda é, sem dúvida, uma grande fonte de riqueza, de renda e de emprego, tendo em vista o grande número de produtores, cerealistas e pequenas torrefadoras existentes no Estado de Rondônia.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Senador Valdir Raupp, V. Exª me permite um aparte posteriormente?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Já, já, nobre Senador Amir Lando, com muito prazer.

Quando Prefeito do Município de Rolim de Moura, ainda no primeiro mandato – fui Prefeito por dois mandatos –, incentivei o plantio de café.

Criei um viveiro municipal, coloquei pessoas para trabalhar junto com o Secretário de Agricultura, e foram distribuídas 1 milhão de mudas aos produtores de Rolim de Moura.

Quando Governador do Estado, fui mais longe: foram distribuídas 1 bilhão de mudas de café. Até hoje, ao encontrar produtores do Estado de Rondônia, eles me agradecem pelo incentivo, porque, mesmo com os altos e baixos, o café ainda é vendido por algo em torno de R$140,00 a R$150,00 por saca. É, portanto, uma boa fonte de renda para os pequenos produtores do Estado de Rondônia e dos seis Estados brasileiros produtores de café.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Amir Lando.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Senador Valdir Raupp, V. Exª aborda um tema de interesse não apenas do Estado de Rondônia, mas do País. V. Exª tem autoridade moral de brandir a sua voz e solicitar um processo de industrialização do café em nosso Estado. Ora, V. Exª incentivou, como bem disse, na condição de Prefeito, e depois de Governador, o plantio do café. Entendo, como V. Exª entendia, que o café, uma cultura perene, além de proteger o meio ambiente, é também uma atividade agrícola, e até agroflorestal, de grande interesse para o Estado. Sabemos que uma pequena área de 2 ou 3 hectares de café pode propiciar uma renda familiar que chega a algo em torno de quatro salários mínimos mensais por família, que é uma renda significativa. V. Exª fez bem diversificando. Que houve crise e oscilação no mercado internacional, houve. Mas todos têm de saber. Agora é a soja. Antes foi o café. Agora, o café está cotado a um preço que não é de alta, mas de sustentação à atividade agrícola do produtor rural. Por isso, parabenizo V. Exª e faço coro com o que V. Exª diz a fim de que consigamos atrair investimentos para Rondônia. Mas, para isso, o que é preciso? É preciso um Governo, nobre Senador, que exercite uma política de industrialização do Estado, que olhe para além da ponta do nariz e que descubra que há algo mais do que ele mesmo. Narciso se apaixonou por si mesmo ao olhar a fonte e ver a própria imagem. Há governantes que se olham e acreditam que são a solução de tudo. Não. A solução são os investimentos; a solução são exatamente essas atividades que vão gerar emprego e renda. A industrialização é o passo lógico, necessário e imperativo para o nosso Estado. Quando V. Exª aborda o assunto, eu só posso felicitá-lo e dizer que esse é o caminho do Estado de Rondônia, mas é o caminho também traçado por outros Estados do Brasil, em que o café se constitui uma cultura importante. Parabéns a V. Exª, que incentivou o plantio do café, como Governador. Sei que, em certos momentos, há um certo desânimo. Mas, em seguida, ele volta àquela média. É uma questão de mercado. E ninguém pode controlar o mercado. Do contrário, não seria livre; seria um mercado planejado. E isso nós sabemos que não combina com o sistema capitalista em que vivemos e que, certamente, foi o que mais trouxe benefícios no sentido de progressão, sobretudo de avanço da própria humanidade e das economias ocidentais. Muito obrigado a V. Exª. Parabéns.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado a V. Exª pela contribuição ao nosso pronunciamento. Espero que V. Exª, como pré-candidato ao Governo do Estado de Rondônia, incentive o plantio de café, assim como o plantio de cacau, de que Rondônia é o quarto maior produtor do Brasil, claro que não descuidando das demais atividades produtivas do Estado, como a soja, o arroz, o milho, o feijão, a produção de gado de corte e de gado leiteiro. E não fazendo como o Governador atual, o Sr. Ivo Narciso Cassol, que não tem incentivado a produção de café, não tem incentivado a produção de cacau, e tem destinado a maior parte das verbas para obras no Estado de Rondônia às suas empresas ou às empresas de testas de ferro.

V. Exª citou Narciso. Narcisista, Ivo Narciso Cassol, Governador do Estado de Rondônia, faz jus ao nome. Acredito que Ivo Narciso Cassol, todo dia, ao se olhar no espelho, deve se considerar o mais lindo, o mais belo de todos os governadores do mundo, que gasta R$4 mil, R$5 mil por hora, viajando de helicóptero para jogar futebol e distribuir meia dúzias de sacas de sementes, em locais em que os técnicos da Emater ou da Secretaria de Agricultura poderiam distribuir.

Tenho certeza que V. Exª pensará em coisas maiores para o Estado de Rondônia. Não sou contra jogar futebol, desde que não seja pago com o dinheiro do contribuinte.

O passe do atual Governador do Estado de Rondônia, nobre Presidente Paulo Paim, talvez esteja mais caro do que o do Ronaldinho Gaúcho ou o do Ronaldo Fenômeno, porque gasta milhões e milhões por mês para visitar os Municípios de Rondônia, jogando futebol e usando o dinheiro da educação.

Existem processos em que consta que ele gastou R$2 milhões do Fundef, e dizia que o Secretário de Educação estava voando, mas, na maioria absoluta dos vôos, mais de 90% dos vôos, o Secretário da Educação sequer voava no helicóptero. E foram pagos mais de R$2 milhões, dinheiro do Fundef, da educação, para o Governador do Estado de Rondônia jogar futebol pelo Estado afora.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Exª me permite mais um aparte, Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pois não, Senador Amir Lando, concedo mais um aparte a V. Exª.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Era exatamente o que gostaria de dizer a V. Exª. Inclusive para visitar a reserva de diamantes, de onde era retirados os recursos da educação. Sabemos que ali há um processo de desvios, um processo de exploração indevida e criminosa, que está sendo apurado pelo Superior Tribunal de Justiça. Espero que esses pontos sejam esclarecidos, pois a educação não pode propiciar atividades duvidosas.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Da mesma forma, nobre Senador Amir Lando, está no STJ também um processo em que o Prefeito, Governador

atual, executava obras – praticamente 100% das obras do Município – com empresas em nome de "laranjas", em nome de "testas de ferro". O processo está no STJ, e o mesmo feito está acontecendo hoje no Governo do Estado de Rondônia. Já está comprovado que empresas em nome de "testas de ferro" estão executando obras também por todo o Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho, pela ordem, para a devida informação solicitada à Mesa. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para uma retificação da Emenda nº 37 ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006, do qual fui Relator revisor.

Por distração, houve um equívoco no art. 1º do projeto. Com o acréscimo do art. 4º, o item II do § 2º, letra **c,** *de turismo, para movimentação de passageiros*, linha pontilhada, ficando assim válido o restante da lei alterada.

Era o que eu tinha a dizer.

É a seguinte a retificação:

É o seguinte o texto retificado da emenda nº 37- relator-revisor

EMENDA Nº 37 – RELATOR-REVISOR

Inclua-se no Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006, o seguinte art. 21, renumerando-se os demais:

"Art. 21. Os arts. 1º e 4º da Lei nº 8.630, de 8 de janeiro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 1º .....

§ 1º .....

I – Porto organizado: o construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, da movimentação de passageiros ou da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária;

II – Operação portuária: a de movimentação de passageiros ou de movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário, realizada no porto organizado por operadores portuários;

.....

V – Instalação portuária de uso privativo: a explorada por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro ou fora da área do porto, utilizada na movimentação de passageiros ou na movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário.

.....' (NR)

'Art. 4º .....

.....

§ 2º .....

.....

II – uso privativo:

.....

c) de turismo, para movimentação de passageiros.'

..... (NR)"

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

É o seguinte o texto da Redação Final, incorporando a retificação do Relator-Revisor a Emenda nº 37:

PARECER Nº 648, DE 2006

(Comissão Diretora)

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (Medida Provisória nº 283, de 2006).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (Medida Provisória nº 283, de 2006), que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.23, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.711, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de

Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre a servidores da extinta Legião Brasiléia de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de junho de 2006. – **Tião Viana**, Presidente – **Efraim Morais**, Relator – **Serys Slhessarenko – Aelton Freitas.**

ANEXO AO PARECER Nº 648, DE 2006

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (Medida Provisória nº 283, de 2006).

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.23, de 5 de junho de 200l, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.711, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre a servidores da extinta Legião Brasiléia de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

EMENDA Nº 1
(Corresponde à Emenda nº 35 – Relator-revisor)

Substitua-se, na alínea **b** do inciso III do § 1º do art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pelo art. 2º do Projeto, a expressão "no inciso II" por "nos incisos II a IV".

EMENDA Nº 2
(Corresponde à Emenda nº 37 – Relator-revisor)

Inclua-se no Projeto o seguinte art. 21, renumerando-se os demais:

"Art. 21. Os arts. 1º e 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

§ 1º .....

I – Porto Organizado: o construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, da movimentação de passageiros ou da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária;

II – Operação Portuária: a de movimentação de passageiros ou a de movimentação de ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário, realizada no porto organizado por operadores portuários;

.....

V – Instalação Portuária de Uso Privativo: a explorada por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro ou fora da área do porto, utilizada na movimentação de passageiros ou na movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário.

..... "(NR)

"Art. 4º .....

.....

§ 2º .....

.....

II – uso privativo:

.....

c) de turismo, para movimentação de passageiros."

..... (NR)"

EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 38 – Relator-revisor)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. 76-B. O disposto nesta lei não se aplica ao art. 144, inciso I, da Constituição Federal."

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendido na forma regimental. A Presidência encaminhará o novo autógrafo à Câmara dos Deputados e a redação final será republicada.

De imediato, passamos a palavra ao Senador Amir Lando. S. Exª dispõe por 15 minutos.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não diria que vivemos o fim dos tempos nem estamos desvendando os sete selos do Apocalipse. Vivemos, sobretudo, um tempo que certamente haveremos de chorá-lo, como choramos a Idade Média, o Santo Ofício, a Revolução Francesa. Depois do momento de Hitler, tivemos que chorar o Holocausto e tantos outros momentos em que o homem foi o grande sicário do homem, em que o homem não respeitou os direitos e garantias individuais, em que a lei foi brandida, sim, com mão-de-ferro, tendo um viés da responsabilidade objetiva.

Ora, Sr. Presidente, eu aprendi, nas primeiras lições de Direito Penal, que o crime se compõe de duas faces: o elemento objetivo ou material e o elemento subjetivo, elemento intencional do agente criminoso.

Aqui não há mais a mínima consideração sobre o que motivou ou impulsionou o eventual agente à prática criminosa. Há uma presunção absoluta e objetiva da conduta tipificada: estamos criminalizando tudo. Tudo está sendo criminalizado.

Quem leu algumas exposições, sobretudo da legislação da Idade Média, vai encontrar algo muito parecido. Encontrará, em primeiro lugar, sanções que não têm um caráter definitivo, mas elástico. Mas o pior de tudo são os preceitos, ou seja, a definição dos crimes. Esses, então, pegavam algo como uma lauda ou lauda e meia escritas à mão. E aqui, hoje, pegamos uma legislação ambiental, da mesma forma extensa, que capitula tudo e nada ao mesmo tempo, dependendo do aplicador da lei.

Hoje, o arbítrio absoluto está em quem aplica a lei. Ele tem um poder imenso como tinham os componentes do Santo Ofício. Nós sabemos que Torquemada era aquele inquiridor-mor, perigoso, rigoroso, implacável, e ai de quem caísse no seu âmbito de competência. Quando se mistura política com religião, com outros ingredientes, com o ódio e os desafetos, tudo isso pode levar à condenação e à morte.

Sr. Presidente, lembro-me muito bem de ter lido há muito tempo – isso está no fundo da minha memória – sobre um caso chamado "o Barbeiro de Milão". Um belo dia, alguém passou e viu que havia fumaça no fundo do quintal da casa dele e que ali havia um ungüento escuro e meloso. Estava ele fabricando sabão, nada mais que sabão. Mas aquilo foi o suficiente para se levantar a suspeita de que ele estava fabricando o ungüento da peste. Como grassava a peste, ele foi levado sob suspeita. Alguém viu, em alguns muros, algo como uma pincelada de uma tintura – não vou chamar de tinta escura – parecida com ungüento e sabão. Naquela época não se tinha a tecnologia que se tem hoje para fabricar sabão. A soda cáustica não estava disponível pura e acabada. Era um processo muito mais primário, que envolvia vários dias de cozimento, cinzas etc., segundo li, que poderia formar o sabão. Então, a partir disso, houve a denúncia de um vizinho que tinha uma disputa. Dessa denúncia, ocorreu a prisão do barbeiro. E aí jamais pôde ele sair. E ele dizia: "Eu estava fazendo sabão, não há nada!". Todavia, ele teve de confessar o crime e delatar vários nomes previamente estabelecidos pelos inquisidores, para que os inimigos fossem levados à fogueira. Toda a espécie de tortura, uma tortura brutal... É até asqueroso lembrar essa leitura, a forma brutal como foi tratado o barbeiro e também os seus "comparsas", que foram incluídos no processo por indicação dos inquisidores, que queriam eliminá-los. Nessa ocasião, não havia o devido processo legal; havia a tortura.

Nós passamos também pela tortura aqui, no Brasil. Todos nós lamentamos a tortura fática, mas há também a tortura que vem da aplicação incorreta da lei e de leis que estamos fazendo e que são torturantes.

Sr. Presidente, leio aqui um caso concreto, ocorrido em Guajará-Mirim, em que os condutores de passageiros são examinados pela polícia, que, encontrando algum produto, não produto criminoso do narcotráfico, mas eventual objeto de contrabando ou descaminho, que ninguém sabe se seriam mercadorias vindas da Bolívia...

Pelo Tratado de Petrópolis, esse comércio de fronteira foi assegurado com uma tolerância de convívio e de sobrevivência daquelas comunidades, perdidas nos confins deste País, isoladas na solidão da floresta,

hoje, aos poucos conectada pelas estradas, conectada pelas vias de acesso. Mas isso é um fato histórico.

Mas o taxista, que é um dos condutores mais comum de pessoas, é multado em R$15 mil, conforme manda a lei – manda a lei, nós fizemos essa lei, que é recente. Mais do que isto: o taxista tem o veículo apreendido, que é o ganha-pão dele.

Sr. Presidente, esqueceu-se a lei, ao estabelecer essa responsabilidade objetiva, ao menos de conferir aos taxistas o poder de polícia, para examinar as mercadorias dos usuários. A lei deveria ser coerente, concedendo aos taxistas poder polícia, segundo o qual os condutores de passageiros têm o direito de examinar toda a mercadoria: as malas, os pacotes de quem usa esse serviço. Evidente que esses transeuntes vêm pela Alfândega, passam pela barreira e pegam um táxi para se conduzir a algum lugar da cidade. No meio do caminho, aparece a polícia, numa batida, examina e constata alguma irregularidade. Apreende o veículo e autua o condutor com uma multa de R$15 mil. Trata-se de uma comunidade pobre, isolada nos confins da Amazônia, de vasta solidão. Um Monza que vale R$7 mil foi apreendido por uma multa de R$15 mil. Ficou o taxista sem o ganha-pão. Assim são os vários veículos apreendidos.

Ora, Sr. Presidente, há uma incoerência nisso tudo. Há uma falta de lógica, há uma tentativa de criminalizar qualquer conduta. Vejam o art. 41 da Lei nº 9.840. Tudo é possível ser criminalizado. Tudo! Tudo! No Senado, temos imunidade, mas se levasse para a objetividade da Lei nº 9.840 se poderia dizer que eu estou aqui querendo cooptar votos.

Então, será que é esse o caminho da convivência pacífica na sociedade? Será que se pratica essa violência em nome da lei? Os inquisidores do Santo Ofício também o faziam em nome da lei e se achavam no dever de serem rigorosos. Será que estamos repetindo esses capítulos obscuros da História? Será que estamos repetindo essa noite da Idade Média, que durou mil anos? No final desse processo, quantas vítimas cairão inocentemente sob o castigo pelo crime que, muitas vezes, é motivado por uma questão pessoal, pela inveja, como fez Davi, que, querendo se apropriar da mulher amada, mandou o general para o *front, e* ele lá pereceu. Assim Davi pôde ficar com a mulher dele.

Essas condutas verificam-se na vida real. Um desafeto pode ser levado ao patíbulo e condenado em um processo em que as provas pouco importam. É como acontecia na Revolução Francesa. Já repeti muitas vezes que Fouquier-Tinville, o inquiridor-mor da Revolução, dizia que não era preciso processo, que não eram necessárias provas. Só são importantes a acusação e a condenação. O devido processo legal pouco importava ou pouco importa ainda hoje.

Temos que chamar a atenção para a politização do Poder Judiciário, que, quando entende que precisa eliminar, no processo, alguma pessoa da sociedade, algum indivíduo, algum cidadão, pode fazê-lo aplicando os rigores da lei. É tenebroso esse tempo. É um tempo anuviado, movido pelo ódio, pela parcialidade e, sobretudo, quero dizer, Sr. Presidente, movido por princípios que não condizem com a democracia.

A democracia é a convivência da tolerância, é o comando das leis onde o indivíduo não tem espaço para aplicar e cunhar as suas idiossincrasias. A democracia é, sobretudo o governo das leis objetivas, que não podem estabelecer um corte na verificação profunda do conteúdo dos fatos. Hoje não interessa. Em princípio, essa responsabilidade objetiva é o que importa, basta que alguém tenha conduzido um passageiro, que, na sua intimidade, carregava um produto que não tenha origem fidedigna. Não estou falando aqui de narcotráfico ou de tráfico de armas; estou falando de mercadorias comuns e ingênuas, como sutiãs, como bonecos de pelúcia etc. Estou falando de algo que não tem nada a ver com violência, mas talvez tenha a ver com a pureza dos brinquedos das crianças ou a proteção da intimidade das mulheres. Isso é o que está acontecendo em Guajará-Mirim.

Há o caso do Sr. Belarmino Martins de Araújo. Há um abaixo-assinado de todos os taxistas, que estão impedidos de trabalhar porque a qualquer momento podem sofrer uma punição impagável. Aqui são citados outros três veículos – não vou nem citar o nome dos condutores. Há o caso, inclusive, de uma pessoa idosa, quase chegando aos 80 anos, que conduzia uma caminhonete, e ela foi apreendida. Felizmente foi solta depois da minha intervenção.

O que quero dizer, Sr. Presidente, é que todo abuso é lamentável, todo rigor que não olhe, sobretudo, se o taxista tinha ou não conhecimento de que estava transportando produto de contrabando, de descaminho.

Mas como verificar isso se alguém chega com uma mala ou uma sacola e entra no veículo? Esqueceu o legislador de conferir ao taxista o poder de polícia para examinar o que porta o usuário do táxi. E aí responde ele objetivamente e sofre sanções.

Eu ia abordar outro tema, Sr. Presidente, muito importante, que trata da Reserva Biológica do Jarú. Amanhã eu o farei para mostrar também a violência que se pratica em nome da lei, em nome das autoridades, onde animais são sacrificados com tiro à queima-roupa. Quero invocar, e invocarei amanhã, sobretudo, a Lei de Proteção aos Animais não para defender o líder

Prestes, mas para pedir a condenação de agentes do Estado que usam e abusam da força e da violência contra humildes trabalhadores rurais que não tinham onde morar, que adquiriram áreas para isso, estavam lá dentro e, de repente, aquela área foi transformada em reserva biológica.

Amanhã abordarei esse tema. Sei que há pessoas nos ouvindo, e também a elas eu digo que amanhã vou abordar esse assunto com profundidade, para mostrar que é um tempo de violência, é um tempo obscuro, é um tempo de ódio, é um tempo de idiossincrasias, é um tempo em que a lei é brandida de acordo com a vontade do agente público que detém autoridade, seja ele do Poder Judiciário, seja do Executivo, seja do Legislativo.

E, antes de encerrar, Sr. Presidente, peço que conste dos Anais do Senado o ofício dirigido a mim pelo Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado de Rondônia – Sincavir.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR AMIR LANDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

SINCAVIR- Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado de Rondônia
DELEGACIA SINDICAL DE GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA
Fundada em 17 de Janeiro de 1.989 - CNPJ 05.900.220/0003-57

Sen. Amir Lando

Para Constar, nos anais. Brasília 12/06/06

Ofício nº 257 /06/DSGM

Guajará-Mirim, 29 de Maio de 2006

Excelentíssimo Senador:

Autorizo 12.06.06

Com os nossos respeitosos cumprimentos, venho através deste solicitar a Vossa Excelência, o seu apoio à intervir junto a Inspetoria da Receita Federal de Guajará-Mirim/RO, na questão de veículos táxi. Que os mesmos estão sendo apreendidos, perseguidos e descriminados por alguns ficais desta Inspetoria, ao ser solicitado o táxi em hotéis, ponto de táxi e rodoviária, por turistas ou passageiros, sendo que os mesmos são abordados e suas referidas bagagens são revistadas pelos ficais, ao ser encontrada algumas mercadorias sem está declarada é feito à apreensão da mercadoria e o veículo que está transportando, sendo que somos autônomos prestadores de serviços não tendo autonomia de revistar e conferir bagagens de passageiros. No momento estamos com 03 (Três) veículos apreendidos (táxi), nesta Inspetoria da Receita Federal, e os proprietários e familiares estão passando por necessidades por não poder trabalhar, por ser o meio de sobrevivência dos mesmos.

Por esse motivo aguardamos se apoio, antecipadamente nossos sinceros votos de agradecimentos.

Exmº Senhor.
Amir Lando
Senador

DSGM SINCAVIR
Raimundo Ribeiro da Silva
Delegado

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

Folha: _____

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

AUTO DE INFRAÇÃO

Unidade: IRF GUAJARA-MIRIM
Número do MPF: 0250151/00066/06

Contribuinte

Nome: EDNILTON DANTAS DE CARVALHO
CPF: 617.253.402-59
Logradouro: Rua 6 de Dezembro
Número: 3995
Complemento:
Telefone: 069 99025008
Bairro: 10 de Abril
Cidade/UF: GUAJARA-MIRIM/RO
CEP: 76957-000
Local de Lavratura: IRF GUM RO
Data: 08/05/2006
Hora: 13:48

Demonstrativo do Crédito Tributário em R$

	Cód. Receita DARF	Valor
MULTA REGULAMENTAR (Não Passível de Redução)	2185	15.000,00
VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO APURADO		Total: 15.000,00

Valor por extenso: QUINZE MIL REAIS.

Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal

A descrição dos fatos que originaram o presente Auto e os respectivos enquadramentos legais encontram-se em folhas de continuação anexas.

Intimação

Fica o contribuinte intimado a recolher ou impugnar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste auto de infração, nos termos dos arts. 5º, 15, 16 e 17 do Decreto nº70.235/72, com as alterações introduzidas pelas Leis nº8.748/93 e nº9.532/97, o débito para com a Fazenda Nacional constituído pelo presente Auto de Infração, cujo montante acima discriminado será recalculado, na data do efetivo pagamento, de acordo com a legislação aplicável.

Esta multa NÃO É PASSÍVEL DE REDUÇÃO, conforme art. 81 da Lei 10.833/2003.

Auditores-Fiscais da Receita Federal

Nome: JOÃO ADELAR DEFÁVERI
Matrícula: 1.220.912
Assinatura:

Nome: JOSÉ AGOSTINHO FERREIRA
Matrícula: 763.934
Assinatura:

Ciência do Contribuinte/Responsável

Declaro-me ciente deste Auto de Infração e seus anexos, dos quais recebi cópia.

Nome: Edniltom Dantas de Carvalho
Cargo: Condutor
CPF: 617.253.402-59
Data: 08/05/2006
Assinatura: Edniltom Dantas de Carvalho

TABELIONATO DE NOTAS
Av. Consittuição, 251 Cen
Fone: (69) 541-2238
Guajará-Mirim – Rondônia
Autêntico, por ser fotocópia fiel do original apresentado.
(Art. 19 Lei Nº 7.148/1,94)
Autenticação e Selo: 49
Guajará-Mirim-RO, 08 MAI 2006
Esmilda Félix Ribeiro
Escrevente Autorizada
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE FISCALIZAÇÃO

SELO DE FISCALIZAÇÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
D3AZ65962

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Folha: _____

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

folha de continuação do AUTO DE INFRAÇÃO

Contribuinte
CPF
617.253.402-59
Nome
EDNILTON DANTAS DE CARVALHO

DESCRIÇÃO DOS FATOS E ENQUADRAMENTO(S) LEGAL(IS)

Em procedimento fiscal de verificação do cumprimento das obrigações tributárias pelo contribuinte supracitado, foram apuradas infrações abaixo descritas, aos dispositivos legais mencionados.

001 - TRANSPORTE IRREGULAR DE MERCADORIAS, SUJEITAS A PENA DE PERDIMENTO

O transportador, de passageiros ou carga, em viagem doméstica ou internacional, transportando mercadoria sem identificação do proprietário ou possuidor, ou ainda que identificado, pelas suas características ou quantidade de volumes transportados evidenciem tratar-se de mercadoria sujeita à pena de perdimento, conforme apurado no Termo de Retenção de Mercadorias - Operações Especiais nr. 049/2006 de 05/05/2006.

Em 05 de maio de 2006 a Receita Federal em conjunto com a Polícia Federal em operação de fiscalização e repressão ao Contrabando e Descaminho na BR 425, nas imediações da ponte do Ribeirão, abordaram um veículo Taxi, marca GM modelo Monza SL, ano 1994/95, cor verde, conduzido pelo Sr. Ednilton Dantas de Carvalho. Este veículo levava um passageiro, o Sr. Adon Rolando Garay Canchari, de nacionalidade Peruana (RNE Y244678-G) que declarou-se proprietário de todas as mercadorias, de procedência boliviana, encontradas no porta-malas do taxi as quais não tinham qualquer documentação legal. As mercadorias eram as seguintes: 660 sutiãs, 24 animais de pelúcia, 37 de estojos de maquiagem e 05 caixas de creme de menta. O preço total destas mercadorias foi avaliado em R$ 1,510,00.

Diante do exposto verificamos que os fatos estão perfeitamente enquadrados no Art. 75 da Lei 10.833/2003, abaixo transcrito.

Art. 75. Aplica-se a multa de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao transportador, de passageiros ou de carga, em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita a pena de perdimento:

I - sem identificação do proprietário ou possuidor; ou

II - ainda que identificado o proprietário ou possuidor, as características ou a quantidade dos volumes transportados evidenciarem tratar-se de mercadoria sujeita à referida pena.

§ 1o Na hipótese de transporte rodoviário, o veículo será retido, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal, até o recolhimento da multa ou o deferimento do recurso a que se refere o § 3o.

§ 2o A retenção prevista no § 1o será efetuada ainda que o infrator não seja o proprietário do veículo, cabendo a este adotar as ações necessárias contra o primeiro para se ressarcir dos prejuízos eventualmente incorridos.

§ 3o Caberá recurso, com efeito exclusivamente devolutivo, a ser apresentado no

Mat.: 0769934 AFRF: JOSÉ AGOSTINHO FERREIRA

Mat.: 1220942 AFRF: JOÃO ADELAR DEFÁVERI

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

Folha: _____

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

folha de continuação do AUTO DE INFRAÇÃO

Contribuinte
CPF
617.253.402-59
Nome
KIVILTON DANTAS DE CARVALHO

DESCRIÇÃO DOS FATOS E ENQUADRAMENTO(S) LEGAL(IS)

prazo de 20 (vinte) dias da ciência da retenção a que se refere o § 1o, ao titular da unidade da Secretaria da Receita Federal responsável pela retenção, que o apreciará em instância única.

§ 4o Decorrido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da aplicação da multa, ou da ciência do indeferimento do recurso, e não recolhida a multa prevista, o veículo *será considerado abandonado, caracterizando dano ao Erário e ensejando a aplicação da* pena de perdimento, observado o rito estabelecido no Decreto-Lei no 1.455, de 7 de abril de 1976.

§ 5o A multa a ser aplicada será de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) na hipótese de:

I - reincidência da infração prevista no caput, envolvendo o mesmo veículo transportador; ou

II - modificações da estrutura ou das características do veículo, com a finalidade de efetuar o transporte de mercadorias ou permitir a sua ocultação.

§ 6o O disposto neste artigo não se aplica nas hipóteses em que o veículo estiver sujeito à pena de perdimento prevista no inciso V do art. 104 do Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966, nem prejudica a aplicação de outras penalidades estabelecidas.

§ 7o Enquanto não consumada a destinação do veículo, a pena de perdimento *prevista no § 4o poderá ser relevada à vista de requerimento do interessado, desde que* haja o recolhimento de 2 (duas) vezes o valor da multa aplicada.

§ 8o A Secretaria da Receita Federal deverá representar o transportador que incorrer na infração prevista no caput ou que seja submetido à aplicação da pena de perdimento de veículo à autoridade competente para fiscalizar o transporte terrestre.

§ 9o Na hipótese do § 8o, as correspondentes autorizações de viagens internacionais ou por zonas de vigilância aduaneira do transportador representado serão *canceladas, ficando vedada a expedição de novas autorizações pelo prazo de 2 (dois)* anos.

Fato Gerador		Valor
05/05/2006	R$	15.000,00

ENQUADRAMENTO LEGAL

Art. 75, incisos I e II da Lei nº 10.833/03.

No que se refere à atualização monetária e às penalidades aplicáveis, os enquadramentos legais correspondentes constam dos respectivos demonstrativos de cálculo.

Fazem parte integrante do presente Auto de Infração todos os termos, demonstrativos, anexos e documentos nele mencionados.

MAT. [illegible] AFRF: JOSÉ AUGUSTO NOGUEIRA

MAT. 1120012 AFRF: JOÃO ATELLA BERÁVEN

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

Folha: _____

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO
Multa Regulamentar

Contribuinte

CPF
617.252.402-59

Nome
EMMILTON DANTAS DE CARVALHO

Data de Referência	UFIR/Moeda	Multa Por Unidade Quantidade	Total em UFIR/Moeda UFIR	Multa Dev. UFIR Multa Dev. R$
05/05/2006	R$	15.000,00		15.000,00
		Total de Multa Devida em R$		15.000,00

Enquadramento Legal

Art. 75, incisos I e II da Lei nº 10.833/03.

Mat.: 1229934 AFRF: JOSÉ ABOSTINHO FERREIRA

Mat.: 1228912 AFRF: JOÃO ADELAR DEFÁVERI

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

Folha: _____

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

TERMO DE ENCERRAMENTO

Unidade: IRF GUAJARA-MIRIM
Número do MPF: 0250151/00066/06

Contribuinte

Nome: EDNILTON DANTAS DE CARVALHO
CPF: 617.253.402-59

Logradouro: Rua 8 de Dezembro
Número: 3995
Complemento:
Telefone: 069 99025000

Bairro: 10 de Abril
Cidade/UF: GUAJARA-MIRIM/RO
CEP: 78957-000

Local de Lavratura: IRF GUM RO
Data: 08/05/2006
Hora: 13:18

Contexto

Encerramos, nesta data, a ação fiscal levada a efeito no contribuinte acima identificado, tendo sido verificada, a irregularidade mencionada na *Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal*.

Da referida ação fiscal foi apurado o Crédito Tributário abaixo descrito.

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO APURADO: .....R$ 15.000,00

Devolvemos nesta data todos os livros e documentos utilizados na presente fiscalização, no estado em que foram recebidos.

E, para constar e surtir seus efeitos legais, lavramos o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor, assinado pelo(s) Auditor(es)-Fiscal(is) da Receita Federal e pelo representante da fiscalizada, que neste presente ato recebe uma das vias.

Auditores-Fiscais da Receita Federal

Nome: JOÃO ADELAR DEFÁVERI
Matrícula: 1.220.912
Assinatura:

Nome: JOSÉ AGOSTINHO FERREIRA
Matrícula: 763.934
Assinatura:

Ciência do Contribuinte/Responsável

Declaro-me ciente deste Termo do qual recebi cópia.

Nome: Cargo:

CPF: Data: 08/05/2006 Assinatura: Ednilton Dantas de Carvalho

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

Folha: _____

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Contribuinte

CPF
617.253.402-59

Nome
ELNILTON DANTAS DE CARVALHO

As instruções abaixo são de seu interesse

1- Efetuando recolhimento integral ou parcial dos créditos tributários ora constituídos, *preencha um DARF para cada TRIBUTO ou CONTRIBUIÇÃO, em duas vias, se manual*, indicando:

a) No campo 'Período de Apuração' a data: 08/08/1980;

b) O Código da Receita adequado (4 algarismos), conforme especificado na Folha de Rosto do Auto de Infração;

c) Referência: o número do processo administrativo fiscal;

d) Destacadamente, os valores correspondentes a cada parcela do crédito tributário *(imposto, juros e multa)*;

e) Os juros de mora atualizados, considerando a data do efetivo pagamento.

2- Informações sobre o número do processo, formas e meios de obtenção de parcelamento, cálculo dos valores a serem recolhidos, prazos e outras dúvidas poderão ser obtidas na repartição da SRF, localizada no endereço abaixo, pessoalmente ou por telefone:

IRF GUAJARA-MIRIM
END.: AV. XV DE NOVEMBRO, Nº 50,
CENTRO - GUAJARA-MIRIM / RO
FONE: 069 541.3611

3- Outras informações que estejam protegidas pelo sigilo fiscal, somente poderão ser prestadas ao próprio contribuinte ou ao seu representante legal, devidamente comprovado ou habilitado nos autos do processo.

MAT.: 070004 AFRF: JOSÉ AGOSTINHO FERREIRA

MAT.: 1120012 AFRF: JOÃO ADELVAN DE ALMEIDA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

Folha: _____

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

DADOS PARA REGISTRO MANUAL NO SISTEMA PROFISC
RPF/MPF 0250151/00066/06

Número do MPF/RPF: 0250151/00066/06

Contribuinte

Processo Fiscal: ____-____/____-__
Situação do Processo:
Data Início Situação:

Nome: EDNILTON DANTAS DE CARVALHO
CPF: 617.253.402-59

Logradouro: Rua 6 de Dezembro
Número: 3995
Complemento:

Bairro: 10 de Abril
Cidade/UF: GUAJARA-MIRIM/RO
CEP: 78957-000

UL Controle: 0250151 - GUAJARA-MIRIM
UL Lavratura: 0250151 - GUAJARA-MIRIM

Origem do Débito : Auto de Infração

Tributo Referência Multa de Mora	PA/EX Unid. Monetária	Vencimento Valor	Vencimento Multa Valor Multa	Não Pass. Redução Multa(%)
2185	05/2006		99/99/9999	5
N	R		15.000,00	0,00

O-OTN B-BTNF C-Cr$ U-UFIR R-R$

Mat. : 0[illegible]4 AFRF : JOSÉ AUGUSTINHO FERREIRA

Mat. : 1220912 AFRF : JOÃO ADELAR DE FÁVERI

Quadro 2 — INTIMAÇÃO

Em face da retenção ora feita e diante do enquadramento indicado no Quadro 1, **INTIMAMOS** o contribuinte/responsável acima qualificado a **(considerar a intimação indicada com um "X"):**

(___) **1. Diante da situação 01:** apresentar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, na unidade da Receita Federal indicada no início deste Termo, os documentos comprobatórios da entrada legal no país (ou de seu trânsito regular no território nacional) da(s) mercadoria(s) ora retidas. A não apresentação constituirá a presunção legal de mercadoria(s) ingressadas irregularmente no país.

(___) **2. Diante das situações 02, 06, 07, 10 e 11:** comparecer, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na unidade da Receita Federal indicada no início deste Termo, a fim de tomar as providências legais exigidas para a liberação da(s) mercadoria(s). O não comparecimento neste prazo constituirá declaração de abandono de tal(is) mercadoria(s), sujeitando-a(s) à pena de perdimento.

(___) **3. Diante das situações 03, 04 e 08 :** comparecer, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, na unidade da Receita Federal indicada no início deste Termo, a fim de tomar as providências legais exigidas para a liberação da(s) mercadoria(s). O não comparecimento neste prazo constituirá declaração de abandono de tal(is) mercadoria(s), sujeitando-a(s) à pena de perdimento.

(___) **4. Diante das situações 05, 09, 13, 14 e 15 :** o contribuinte receberá em seu domicílio o Auto de Infração, que poderá ser impugnado com base nas regras do Decreto 1455/76

Quadro 3 — RELAÇÃO DAS MERCADORIAS RETIDAS

Mercadoria (com número de série, se existente)	Qtd.	Marca	Modelo	País de Origem	Valor(indicar moeda)
Veículo Taxi marca Chevrolet, Monza placas NBF9188 ano 1994/95 cor verde	01	GM	Monza GL	Brasil	R$7.000,00
→ Valor do carro apreendido					
				Total	R$7.000,00

Servidores da Secretaria da Receita Federal

	Nome	Matrícula	Assinatura
01	João Adolfo Dutra	1220312	
02	MARCOS LIRA PÊRER	51261	
03			

Ciência do Contribuinte/Responsável (quem recebe pessoalmente a via deste Termo)

Nome Legível: Damião Dantas de Carvalho Assinatura: Damião Dantas de Carvalho

Cargo: Condutor CPF: 017.253.402-59 Data: 05/05/2006

Guarda Fiscal

Recebi, em ___/___/___, as mercadorias constantes da Relação das Mercadorias Retidas (Quadro 3 deste Termo de Retenção).

Carimbo e Assinatura do Responsável pelo Depósito

Termo de Recebimento das Mercadorias

Recebi, em ___/___/___, as mercadorias constantes da Relação das Mercadorias Retidas (Quadro 3 deste Termo de Retenção), em perfeito estado de conservação e uso.

Nome Legível: Assinatura:

A Sua Excelência o Senhor
Amir Francisco Lando
Senador da República do Brasil

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Guajará-Mirim, 05 de Junho de 2006

Senhor Senador

Venho por meio desta, solicitar, o empenho, de Vossa Excelencia, para a liberação, do Carro Táxi Monza, placa KAN0880 junto a Receita Federal, pois, o mesmo, foi apreendido enquanto transportava roupas, pela Policia Militar, que o conduziu, para a Competência Federal. Na Hora do ocorrido, o referido Veículo, estava, sendo dirigido por Motorista Terceiro.

Antecipo-lhe meu reconhecimento por seu empenho e colaboração.

Aproveito para apresentar a Vossa Excelência, meus sinceros e cordiais cumprimentos.

Atenciosamente

Belarmino M Araújo

Belarmino Martins de Araújo

Belarmino Martins de Araújo, brasileiro, casado, eletricista, portador da CI 136.888 /SSP-RO e CPF 138.888.892-00, residente à Avenida Quintino Bocaiúva, 1165, Bairro Tamandaré, Município de Guajará-Mirim (RO).

SINCAVIR- Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado de Rondônia
DELEGACIA SINDICAL DE GUAJARÁ-MIRIM - RONDONIA
Fundada em 17 de Janeiro de 1.989 - CNPJ 05.900.220/0003-57

ABAIXO ASSINADO

A classe de taxistas do Município de Guajará-Mirim, através do presente abaixo assinado, vem manifestar sua indignação aos fatos que vêm ocorrendo com vários colegas da classe, quando aos atos praticados por alguns funcionários da Inspetoria da Receita Federal de nossa cidade, que de forma discriminatória vem perseguindo, sem qualquer justificativa o trabalho honesto de vários chefes de família.

Nº	Nome	RG
01	[illegible] Filho	422390 SSP/RO
02	[illegible] Montenegro	501157
03	[illegible]	662.252
04	[illegible]	0077667
05	[illegible] Bassani	02487 953-34
06	[illegible]	32515
07	[illegible]	226.309.55 SSP RO
08	[illegible]	263.150
09	[illegible]	33 813 153,5
10	DARLON GAMA DA SILVA	756.201
11	Jonito [illegible] Roa	547.593
12	[illegible] Rodrigues da Cruz	0027490
13	Daidio Mauricio	165356
14	Angelo Matimo Alves de Souza	539 872 338 PR
15	Francisco Tarcio V. da Silva	575.853
16	[illegible]	38032

TABELIONATO DE NOTAS
Av. Constituição, 251 — Centro
Fone: (69) 541-2238
Guajará-Mirim — Rondônia
Autêntico, por ser fotocópia fiel do original apresentado.
(Decreto-Lei N.º 2.148/1,940)
Por Autenticação e Selo Nº
G. Mirim RO
Sede Rondônia, aos 21 de junho de
Escrevente Autorizada
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE FISCALIZAÇÃO

SEL DE FISCALIZAÇÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
D3AZ6561

Avenida Antônio Correa da Costa - Bairro 10 de Abril Fone. (69) 541-3857
GUAJARÁ - MIRIM - RONDONIA

17	Anastacio L. Rodrigues	RG: 368199
18	Jeyc Gonçalves Barbosa	RG 36.668
19	Celino Alves Furtado	75.660
20	José Marcos de Franca	201561.81 SSP CE
21	Leandro J. Pimentel	RG 2531-1283-6 SSP-MA
22	Antonio Marcio Lima Sá	17025494 MA
23	Edilson Lara Flores	367169 RO
24	Francisco Leinhares R.	127-253-SSP-RO
25	Emidio de Carvalho Junior	611.168 SSP/RO
26	Elias V. Gomes	738391 RO
27	Francisco maria da Silva	475563 Ro.
28	Norberto Chiuny Cordeiro	409 983 SSP/RO
29	Andreina Mendes da Silva	5260-415-SSP/RO
30	Jonny Menezes Farul	826772 SSP/RO
31	Antonio Franklin Melo	70412 SSP/RO
32	[illegible]	187421 SSP/RO
33	Raimundo José do Carmo Araujo	393718 SSP/RO
34	[illegible]	337.265 SSP/RO
35	Jason Rocha Ribeiro	RG. 412601 SSP
36	Rosvaldo Cipriano Moreira	RG 621.285 SSP RO
37	Tenilar Silva Araujo	RG: 258.801 SSP/RO
38	Jeniceia [illegible]	RG: 405.471. SSP. RO
39	Francisco [illegible]	RG. 26.954
40	Valdemir Teotônio de Abreu	26.5565 AC
41	[illegible]	124783
42	Edson Ramos da Silva	59246 Ro
43	José Moreira da Silva	25.945 SSP/AC
44	Adulson Paiva da Silva	719.741 SSP/RO
45	Gilliana Moreira Lima	731.861 SSP/RO
46	Ruy Regalado da Costa	171267-SSP
47	Francisco de A. F.	52.821 SSP/RO
48	Antonio G. do Carmo de Araujo	1345030 SSP-DF
49	José Aldemar P. Sales	124765 SSP/RO

50	[illegible]	7613.369 SSP/RO
51	Francisco de Leira [illegible]	300763. SSP/RO.
52	[illegible]	[illegible]
53	Hugo T. Neves	817259 SSP/RO
54	Cícero J. C. Sucupiro	438062/SSP/RO
55	[illegible]	114929 SSP AC
56	Francisco de Assunção Souza	151.465
57	Lucivaldo Leobede Souza	652588
58	JAMILSON VASQUES DA COSTA	522443 SSP/RO
59	Edilson Francisco da Silva	238.440 SSP/RO
60	Julião Marques Assis	Rg. 171.730. SSP/RO.
61	Otacilio Pereira	RG 337145 SSP RO
62	[illegible]	6688
63	Marciel da Silva Souza	687752 SSP/RO
64	Osmar Parada Nerba	414945 SSP/RO
65	[illegible]	723168
66	Pedro Freitas da Silva	RG: 545388
67	[illegible]	RG: 722249-84 [illegible]
68	Francisco [illegible] J. Neves	RG 4692520
69	Pedro Batista de Medeiros	RG 1137310 SSP-PB
70	Antonio Carelozo	RG-801.851
71	João Francisco de Brito Barbosa.	
72	Gabriel R. [illegible]	RG: 000486469 SSP/RO
73	Gramildo Franco Vieira	RG: 868360 SSP/RO
74	Raimundo Moraes Maia	RG: 515293
75	Raimundo Silva Furtado	RG 763015
76	Tiago Galdino da Silva	RG: 680007 SSP/RO
77	Edvilton Dantas de Carvalho	RG: 0285380 SSP AC
78	[illegible] Silva	CPF 103.212.262-79
79	Fernando Aguiar de Lima	RG 164.100
80	[illegible]	RG 157.316
81	[illegible]	RG. 195145 RO
82	Lucivaldo Pereira Carelozo	RG-156737-SSP-RO
83	[illegible]	RG 005248 SSP/AC
84	[illegible]	RG. 70.7464 CE
85	José [illegible] Galdino	RG 1914206 SSP G.
86	[illegible]	RG. 1.100.607 SSP/GO
87	Antonia Galvão Dantas	RG. 166.294
88	Daiana Dantas Ferreira	RG. 920889

BOLETIM DE OCORRÊNCIA - BO

OBS.: PARA PREENCHER USE LETRAS DE "FORMA"

HISTÓRICO

Através de uma denúncia anônima, dando conta que na margem do rio próxima a praia do Acácio, havia dois veículos em atitude suspeita. Esta guarnição dos locou-se até o endereço para averiguações e ao chegar nas proximidades do local, conseguiu localizar apenas um dos veículos, o veículo de marca GM, modelo Monza, de Aluguel (TAXI), de placa nº KAN-0880 Vilhena-RO, e ao proceder buscas no interior do veículo foi encontrado 06 (seis) volumes (fardos) de aproximadamente 60K (sessenta) cada, contendo confecções diversas oriundas da Bolívia. O veículo e as confecções foram apreendidos e entregues, juntamente com cópias dos documentos do veículo e com a chave de Ignição ao Chefe da Receita Federal.

3419-2

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Informo-vos que o condutor do veículo retirou: chave de roda, macaco, estepe e aparelho de som do interior do veículo e os levou consigo.

Componentes da Guarnição
SGT PM Evanildo
PM Wilmar
PM Wendel
Apoio:
SGT PM Pedraza
PM Eliel
PM Adrisson

3419-2

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA

Nº 1228

CONTINUA NO BOP Nº

OPM: 6º BPM | PREF/VTR: RP 460 | DATA: 04/06/06 | HF: 0600 | HI: 0710

TIPO DE OCORRÊNCIA: Testemunho | CIDADE: Guajará Mirim

LOCAL: Av. Campos Sales c/ Av. L. Matos | BAIRRO: Amadeu

[X] - AGENTE [ ] - INFRATOR

NOME: Jemilto Furtado Roca | DATA NASC.: 09/05/72

FILIAÇÃO: Adamu Roca Duran * Fátima Furtado Duran

ENDEREÇO: Av. Voluntários Bolivia, 3778 (Liberdade) | CIDADE: G. Mirim | EST.: RO

TIPO DE DOC. | Nº | ÓRGÃO EXP. UF | COND. FÍSICA DO AGENTE: Normal

ARMA OU OBJETO APREENDIDO: 06 (Seis) Fardos contendo confecções diversas

PERTENCES DO AGENTE: Cont. SAS

(CONTINUAÇÃO)

[ ] - VÍTIMA [ ] - SOLICITANTE [ ] - PACIENTE

NOME | DATA NASC.

FILIAÇÃO

ENDEREÇO | CIDADE | EST.

PERTENCES DA VÍTIMA

TESTEMUNHAS

PRIMEIRA — NOME: 1º Sgt Milmar

ENDEREÇO: 6º BPM | CIDADE: G. Mirim | EST.: RO

SEGUNDA — NOME: 1º Sgt Mendel

ENDEREÇO: 6º BPM | CIDADE: G. Mirim | EST.: RO

DADOS GERAIS

HOUVE RESISTÊNCIA? [ ] - SIM [X] - NÃO

ESTADO FÍSICO DA VÍTIMA

DESTINO DO AGENTE: DEPC | DESTINO DA VÍTIMA | ANEXO(S)

LOCAL E DATA: Guajará-Mirim 04/06/2006

SGT PM Edinaldo 3419-2
ASS. PM (POSTO, GRAD, NOME DE GUERRA E RE)

RECEBI O AGENTE / INFRATOR, PERTENCES, OBJETOS, ARMAS, ANEXOS DE ACORDO COM ESTE BOLETIM ÀS 07:25 Hs.

Petronilo S. Lima
57329
ASS. (NOME E FUNÇÃO)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência ia encerrar a sessão, mas o Senador Gilvam Borges pediu a palavra.

Tem a palavra V. Exª por cinco minutos, Senador Gilvam Borges. O Senador Amir Lando ficou dentro do tempo previsto, exatamente quinze minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é prerrogativa inalienável de qualquer Parlamentar, seja Deputado Federal, seja Senador da República, a liberdade de votos e de opiniões. Dessa liberdade, nunca me esquivei! Dessa liberdade, jamais irei abdicar!

Foi com esse espírito – o apreço à prerrogativa de manifestar livremente minhas convicções – que apresentei projeto de lei objetivando acabar com o malsinado e injusto Exame de Ordem, que priva milhares de jovens brasileiros do exercício da advocacia, profissão que aprenderam por cinco longos nos bancos das instituições de ensino superior.

Eu sabia que inúmeras críticas me seriam dirigidas. Entretanto, esperava receber críticas inteligentes e educadas e não críticas deselegantes e grosseiras. Infelizmente, minhas expectativas se revelaram por demais otimistas. Sem qualquer fundamentação, muito menos argumento, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sr. Roberto Busato, classificou o meu projeto de inconseqüente e de incentivador do estelionato.

Ao presidente da instituição, dado a grosserias, responderei com argumentos. Não é do meu feitio ofender a quem quer que seja, muito menos desferir impropérios e grosserias. Prefiro defender minhas idéias com elegância e discernimento.

O Presidente da OAB justifica a existência do Exame da Ordem ao afirmar que é um instrumento necessário para defender a sociedade dos maus profissionais, formados por péssimas faculdades de Direito. Ora, me pergunto: será que a OAB tenciona assumir a gestão das escolas de Direito existentes no País? Será que a OAB pretende atropelar o Ministério da Educação, avaliando diretamente a qualidade dos cursos superiores brasileiros?

Não consigo entender por que as instituições de ensino superior podem formar médicos, pedagogos, engenheiros, economistas sem que, para ingressarem no mercado de trabalho, precisem realizar qualquer exame de Ordem ou Conselho, mas não possam formar bacharéis em Direito em iguais condições!

Não é justo que um jovem entre numa Faculdade de Direito reconhecida pelo Ministério da Educação e passe cinco anos da vida estudando e se dedicando plenamente para, depois de formado, ser privado de exercer sua profissão por um Exame de Ordem, que se propõe a aferir o grau ético do candidato. Será que um simples exame é capaz de medir se uma pessoa é ética ou não, se é honesta ou não? Sinceramente, não acredito que isso seja possível. A reprovação no Exame da Ordem representa, isto sim, uma pá de cal nos sonhos de milhares de jovens brasileiros, ansiosos por exercer uma profissão que aprenderam por anos a fio. Para os reprovados, resta tentar outra vez, sob pena de permanecer num limbo interminável, sem poder advogar, nem sequer atuar como simples estagiário.

Nesse meio tempo, os jovens bacharéis precisam conviver com a situação vexatória de, mesmo formados, terem de se contentar com o subemprego para poder obter o seu sustento. Afinal, para a OAB, eles são bacharéis em Direito e não advogados!

Quais seriam as verdadeiras razões da OAB para defender, com unhas e dentes, esse absurdo Exame de Ordem? Seriam razões pura e simplesmente mercadológicas? Seria uma forma de garantir aos advogados já estabelecidos uma reserva de mercado? Honestamente, tenho de confessar-me perplexo com a defesa tão veemente de um exame que nada contribui para o aperfeiçoamento da advocacia brasileira.

Todos sabemos que da depuração dos bons e dos maus profissionais se encarrega o próprio mercado de trabalho. É assim com qualquer profissão: quem não tem competência não se estabelece. Não é um simples Exame de Ordem que será capaz de proibir a entrada de maus profissionais no mercado, muito menos de segregar aqueles que não são partidários da ética e da honestidade.

Os maus profissionais, como em qualquer outra área do conhecimento, serão condenados ao ostracismo e à falta de reconhecimento, que se traduzem, mais cedo ou mais tarde, no descrédito da sociedade e na ausência de clientes. Em última instância, os profissionais medíocres serão expelidos, naturalmente, do mercado de trabalho.

Essas são as minhas convicções às quais faço questão de apresentar com educação e elegância. Ao contrário do Presidente da OAB, não costumo chamar os estudantes de Direito de estelionatários, pois bem sei o quanto se esforçam para aprender, de forma honesta e digna, uma das mais importantes profissões que existem neste País.

Jamais abrirei mão de minhas convicções e, por isso, defenderei o meu projeto até o fim. Em oposto ao que pensa o Sr. Busato, a sociedade brasileira jamais deplorará a proposta de extinção do Exame de Ordem. Irá, isto sim, aplaudir minha iniciativa, pois ela contribui para remover um enorme empecilho no caminho dos jovens brasileiros que sonham com o livre acesso ao mercado de trabalho.

Sr. Presidente, esse malfadado Exame da Ordem é inconstitucional. Isso desclassifica o diploma desses estudantes que, por longos cinco anos, sentam no banco das faculdades e universidades e são credenciados por meio de diploma. Não tem uma instituição

de categoria o livre direito de fazer isso, senão todas as profissões que o mercado absorve, levadas pelas faculdades e universidades, teriam que prestar exames novamente.

Eu acho, então, que a OAB, ou qualquer ordem ou organização, deveriam assumir o papel das universidades e fazer as suas avaliações com os estudantes e abrir os cursos para os cinco anos. Isso é um crime, um absurdo! É chegada a hora de uma ampla discussão. Milhares de jovens brasileiros – cerca de 80 a 90% dos inscritos – são reprovados nesse Exame da Ordem. É um absurdo! Nem juízes e promotores, às vezes, que se submetem a tão rigoroso exame conseguem passar.

É hora de discutirmos esta matéria. O nosso projeto está apresentado. Conclamo todos os segmentos universitários, todos os estudantes e também a OAB para uma ampla discussão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Sérgio Guerra, a Sra. Senadora Lúcia Vânia, e os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, Inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há milhares de anos, a humanidade vem desenvolvendo técnicas de manipulação genética, ainda que o conceito de gene seja algo recente.

De fato, sempre que promovia a seleção de um determinado indivíduo de uma espécie – seja ela animal, seja vegetal – em detrimento de outro menos desejável, o homem estava, sim, interferindo no processo natural de seleção e introduzindo um critério humano na transferência de genes daquela espécie. Ainda que indireta, essa é uma forma de manipulação genética praticada há milênios.

Foi por meio de tais processos que os criadores de cães de todo o Planeta desenvolveram as diversas "raças" que hoje nos parecem tão naturais.

O mesmo é verdade em relação à manipulação de vegetais para o consumo humano. A seleção de plantas que apresentavam certas características mais desejáveis à produção agrícola é uma ação humana que se opõe ao mecanismo natural de seleção.

Em tempos mais recentes, os genes de vegetais vêm sendo diretamente modificados, visando a melhorias em seu desempenho agronômico, tais como resistência a determinadas pragas, maior taxa de produtividade, melhores índices de absorção de energia solar, etc.

As plantas geneticamente modificadas visando a um melhor rendimento agrícola são classificadas como pertencentes à primeira geração de vegetais geneticamente modificados.

A segunda geração foi a dos vegetais que tiveram seu código genético alterado para apresentarem vantagens nutricionais. Por essa técnica, buscou-se, e ainda se busca, a melhoria de alguma característica nutricional do vegetal.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estamos hoje no limiar de uma nova geração de vegetais geneticamente modificados, as plantas biofábricas.

Essas são plantas que, após terem seu código genético modificado em laboratórios, passam a ter a capacidade de produzir determinadas proteínas de interesse biomédico ou industrial, como anticorpos, vacinas, biofármacos, enzimas e polímeros. Essas plantas constituem a terceira geração de vegetais geneticamente modificados – e estão relacionadas ao conceito de agricultura molecular.

Na agricultura molecular, em vez de sementes ou frutos, o produto que as plantas nos fornecem são moléculas com funcionalidade conhecida e desejável para alguma aplicação benéfica à humanidade.

Atualmente, antígenos usados em vacinas contra doenças que atacam seres humanos já são encontrados em plantas geneticamente modificadas. Alguns exemplos: um antígeno para a hepatite B, presente na batata, no fumo e na alface; e um outro para o rotavírus, também encontrado na batata. Semelhantemente, há plantas sendo usadas para elaborar vacinas contra doenças animais, tais como a febre aftosa e a raiva, cujo antígeno é uma glicoproteína encontrada no tomate.

Para a exploração de todo o potencial existente nessa nova modalidade de tecnologia de manipulação genética, Sr. Presidente, são necessários conhecimentos e técnicas avançadas de agricultura. Não surpreende, portanto, que os países que atualmente lideram o *ranking* de domínio dessas técnicas sejam os Estados Unidos e o Canadá, nações cujo conhecimento tecnológico é reconhecidamente superior.

Contudo, pode-se, com fundada razão, crer que exista uma larga fatia desse mercado à espera da agricultura brasileira, uma das mais modernas e avançadas do mundo.

Se soubermos aproveitar esse novo conceito de manipulação genética, explorando o potencial de nossa agricultura e de nosso clima favorável, certamente poderemos participar da oferta de plantas biofábricas para todo o planeta.

O produto obtido pelo emprego de plantas biofábricas possui grande valor agregado, que demanda um alto nível de integração entre a lavoura produtora e a

indústria beneficiadora do vegetal. Em decorrência, é necessário o desenvolvimento de pesquisas avançadas e de treinamentos para a qualificação do pessoal que lidará com essa nova tecnologia.

Quero, portanto, Sr. Presidente, dizer que estou acompanhando a questão da agricultura molecular no Brasil e farei o máximo para que ela se torne uma importante fonte de renda para a nossa população e um mecanismo de geração de empregos.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada "Vai ter ira santa na eleição", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 31 de maio do corrente.

A matéria comenta o encontro do candidato à presidência Geraldo Alckmin com um grupo de grandes empresários, realizado durante um jantar em São Paulo. Na reunião, Alckmin afirmou que as pessoas estão decepcionadas e indignadas com a atual situação do País e que durante a eleição teremos uma "ira santa" contra a incompetência do governo petista.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a matéria citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Alckmin: 'Vai ter ira santa na eleição'

Pré-candidato tucano diz a empresários que o povo está frustrado com o governo e vai reagir em outubro

Ana Paula Scinocca
Cida Fontes

Após o conselho político de sua campanha se reunir pela primeira vez para aparar arestas, o pré-candidato do PSDB a presidente, Geraldo Alckmin, disse ontem à noite para um grupo de 220 empresários, em *São Paulo*, que a população está frustrada com o governo Lula e reagirá. "Vai ter uma ira santa na eleição. As pessoas estão decepcionadas, há indignação", afirmou ele, durante discurso de cerca de meia hora. Cada empresário desembolsou R$ 3 mil para participar do evento, no Restaurante Gallery Oggi, nos Jardins.

Alckmin voltou a chamar o governo Lula de "frouxo" eticamente, uma administração de "amigos, companheiros e cupinchas". "O País está paralisado. O governo acabou antes da hora", destacou. Para ele, se o Brasil tivesse um sistema parlamentarista, Lula já teria deixado o governo. "Mas infelizmente temos um modelo engessado."

Em seguida, o presidenciável ressaltou que um segundo mandato de Lula poderá ser ainda pior. "Se não fez reforma em quatro anos, por que vai fazer num segundo mandato, que já começa terminando?", indagou. Nesse cenário, disse ele, o País continuará "em último na fila". "Um segundo governo pode ser ainda pior, com base menor de governabilidade."

Apesar das duras críticas ao adversário, Alckmin utilizou a maior parte de sua fala para explicar a onda de violência que atingiu São Paulo. Para ele, os atentados promovidos pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) foram uma reação à política dura do governo paulista com os criminosos.

"Às vezes não há rebelião porque há paz acordada: você faz de conta que eu não te vejo e você faz de conta que não me vê. Em São Paulo, não", afirmou ele, recordando a decisão do governo paulista de isolar 745 líderes criminosos. "Se não enfrentarmos o crime, vai virar Farc", anotou, referindo-se ao grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Alckmin usou do bom humor quando disse ter certeza de que chegará ao segundo turno, mas terá de suar a camisa. "Outro dia eu estava em Campo Grande na Micarandi. Imagine eu, que não tem nada a ver com carnaval. Candidato sofre."

CONSELHO

Ontem à tarde, em *Brasília*, o conselho político da campanha de Alckmin discutiu ontem os rumos da candidatura por quase três horas. No encontro, PSDB e PFL resolveram investir na ampliação das alianças partidárias, dar prioridade aos palanques estaduais e concentrar a campanha em 80 municípios considerados pólos importantes na formação de opinião. Alckmin saiu de lá dizendo que um eventual segundo mandato de Lula seria um "pesadelo".

O conselho também decidiu reagir ao suposto uso da máquina pública em favor da reeleição de Lula. "Não podemos continuar nessa mesmice, um governo autoritário na sua maneira de agir, sem espírito republicano. A utilização da máquina pública jamais vista, fora de qualquer critério de razoabilidade, uma publicidade à custa do dinheiro público", atacou o pré-candidato tucano.

Na reunião de ontem, os aliados do PSDB e PFL resolveram também estabelecer uma ação política clara em Minas Gerais e em São Paulo, os dois Estados mais populosos, onde o PSDB tem candidatos competitivos a governador. Segundo Alckmin, seu programa de governo começou a ser discutido.

Na avaliação do ex-governador, a reunião do conselho serviu para pacificar a aliança. "Agora estamos unidos", disse. "Estou absolutamente zen."

Foi realizado um balanço da campanha em maio e uma avaliação positiva dos resultados das pesquisas. Pela primeira vez, Alckmin se sentou à mesa com as cúpulas do PSDB e do PFL - que passaram as duas últimas semanas trocando farpas publicamente - com o objetivo de efetivamente dar um rumo à campanha e buscar sintonia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o IBGE divulgou recentemente pesquisa mostrando que aproximadamente 14 milhões de pessoas passaram fome no Brasil em 2004 e que 72 milhões estão em situação de insegurança alimentar. Os números refletem a derrota de um governo que fez do combate à fome uma de suas principais propostas.

Sr. Presidente, é nesse contexto que faço o registro do editorial do jornal **O Globo** intitulado "Falta de foco", publicado em sua edição de 19 de maio do corrente. Segundo o editorial, "A baixa eficácia das políticas sociais de Lula tem origem num erro de filosofia. Todas elas se têm revelado formas mais ou menos disfarçadas de assistencialismo". O artigo afirma, ainda, que é preciso "atender a quem de fato precisa, sem paternalismo e desperdício".

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

Falta de foco

O mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está chegando ao fim e 14 milhões de brasileiros passam fome. Sequer são atendidos pelo Bolsa Família, que atende a 11 milhões de famílias, e sob o qual estão os programas sociais do governo. Essa melancólica realidade, revelada por pesquisa que o IBGE acaba de divulgar, é uma derrota para uma administração que fez do combate à miséria o seu grito de guerra. Repita-se: em 3,3 milhões de domicílios, pelo menos um morador não teve o que comer nos 90 dias anteriores à visita do recenseador. Já foi pior, é verdade. E também nem de longe se confirma o contingente de 50 milhões de famélicos que o PT brandia nos tempos de oposição.

Bolsa Família não atinge a população para a qual foi criado

Percebe-se com facilidade que a raiz do problema está mais na falta de planejamento do que de recursos — o que leva o governo federal a perder o foco da ação e a desperdiçar verbas e boas intenções. Se os diversos programas de assistência social fossem mais bem concebidos e executados, parte dos bilhões de reais neles investidos — melhor seria dizer malbaratados — poderia ser liberada para outras áreas cruciais, como educação, saúde e obras de infra-estrutura. Principalmente a educação básica, sem a qual não haverá ascensão social e melhoria duradoura e efetiva do padrão de vida dos pobres.

A baixa eficácia das políticas sociais de Lula tem origem num erro de filosofia. Todas elas se têm revelado formas mais ou menos disfarçadas de assistencialismo. O Estado não pode se comportar como um pai rico e magnânimo, indefinidamente responsável pela subsistência dos filhos — porque não tem condições materiais e nem é essa a razão de existirem Estados nacionais. Programas sociais não devem ser confundidos com esmolas, porque esmolas não alimentam nem fortalecem a cidadania. E, para a saúde e a sobrevivência do Brasil, seus pobres não podem ser vistos, fatalisticamente, como eternos dependentes — ou como um exército numeroso e estrangalhado de famintos, analfabetos e desempregados, sem perspectiva de ascensão. Para ter êxito no socorro aos necessitados, o governo precisa racionalizar os programas sociais, e cobrar daqueles que socorre o compromisso de se esforçarem para sair da condição de necessitados. E atender a quem de fato precisa, sem paternalismo e desperdício.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o editorial intitulado "Parlapatice desbargada", publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 07 de junho do corrente.

O texto primoroso diz, entre outras verdades, sobre o governo petista, que "Pensar, mesmo, e agir com empenho, só quando a questão a ser resolvida de uma vez por todas é a da sua permanência no Planalto por mais quatro anos. Ou quando o problema é persuadir a sociedade de sua completa inocência no escândalo do mensalão e da impossibilidade de saber o que faziam, não raro as cercanias de seu gabinete, os companheiros integrantes da "sofisticada organização criminosa" de que fala o Procurador-Geral da República".

"Para compensar uma inação que manifesta todos os sintomas de laborfobia, ele produz factóides por atacado, em eventos coreografados por colaboradores pagos com o dinheiro do contribuinte para exibir um Chefe de Estado que, a rigor, não existe."

Sr. Presidente, requeiro que o editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento e que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Parlapatice desbragada

Quaisquer que sejam as realizações que o governo acredite que tenha a mostrar aos brasileiros, faltando meio ano para o término do mandato que o presidente Lula deseja ardentemente que seja apenas o primeiro, a modernização e o desenvolvimento da infra-estrutura física do País definitivamente não figuram entre elas. Mas que diferença faz? No Planalto, a quatro meses das eleições, Lula parece imitar, sem dramas de consciência aparentes, o jornalista fictício do clássico *O homem que matou o facínora*, filmado por John Ford, que ensinava que se deve publicar a lenda sempre que ela seja mais conveniente do que a realidade. E as lendas que o presidente da República propaga com a maior sem-cerimônia - ou melhor, em sucessivas cerimônias-comício - são as das obras que ele se vangloria de tocar, fazendo o que os antecessores não fizeram.

A diferença entre fato e mito, no caso, é que Lula não inaugura obras: inaugura intenções ou, quando muito, início de obras, e isso no último semestre do seu período de governo - mais uma singularidade desse presidente que não deve ter passado um único dia desde que se instalou no Planalto sem pensar na reeleição e ainda hoje tem o desplante de não assumir a recandidatura, mesmo quando se reúne e torna a se reunir com hierarcas do PMDB para oferecer ao partido a vaga de vice. O mais recente exemplo da desbragada parlapatice presidencial foi o anúncio, anteontem, do plano de desenvolvimento sustentável da área cortada pela Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) no Pará. "Eu não prometi (construir a estrada, na campanha de 1989) porque era contar uma mentira. E depois de tantos anos estamos aqui falando da BR-163", discursou Lula, pondo as palavras de ponta-cabeça.

Ele começou a falar do plano da BR-163 em fevereiro do ano passado, numa tentativa de rebater as críticas à omissão federal que teria conduzido ao assassínio da missionária americana Dorothy Stang. E só voltou a falar do assunto em fevereiro deste ano, dessa vez numa solenidade para anunciar a criação de um distrito florestal de 16 milhões de hectares destinado a impedir que a pavimentação da rodovia provocasse o aumento do desmatamento na região. Agora, na sua terceira incursão oral pelo tema, o sentido de missão cumprida que transbordava de sua retórica encobria a singela verdade de que o asfaltamento de há muito esperado ainda depende de uma parceria público-privada a ser formalizada e que a obra levará pelo menos dois anos para ficar pronta. Outra parlapatice, ventilada na mesma segunda-feira, dava como líquida e certa a conclusão do Ferroanel, uma via férrea de 125 km ao redor da capital paulista, para transporte de carga.

Numa exibição de duplipensar que teria feito a delícia do escritor inglês George Orwell, Lula disse que "estamos pensando em resolver definitivamente a questão do Ferroanel" - indiferente à distância entre o pensar e o resolver os problemas, mesmo que não definitivamente, uma das marcas salientes de sua gestão. A verdadeira história da obra é prova disso. Tão logo assumiu, em 2003, o governador Geraldo Alckmin pediu ao então ministro dos Transportes, Anderson Adauto, participação federal no projeto de término do anel ferroviário. Em outubro daquele ano, União e Estado assinaram um convênio para esse fim. "Fizemos até algumas reuniões", lembra o agora candidato tucano à Presidência, "mas nada saiu do papel." É assim que o presidente se põe a pensar em resolver definitivamente as grandes questões da vida real que dele dependem.

Pensar, mesmo, e agir com empenho, só quando a questão a ser resolvida de uma vez por todas é a da sua permanência no Planalto por mais quatro anos. Ou quando o problema é persuadir a sociedade de sua completa inocência no escândalo do mensalão e da sua impossibilidade de saber o que faziam, não raro nas cercanias de seu gabinete, os companheiros integrantes da "sofisticada organização criminosa" de que fala o procurador-geral da República. Para compensar uma inação que manifesta todos os sintomas de laborfobia, ele produz factóides por atacado, em eventos coreografados por colaboradores pagos com o dinheiro do contribuinte para exibir um chefe de Estado que, a rigor, não existe. "Esse é o trololó eleitoral de Lula", resume o ex-prefeito José Serra. Às vezes, a inércia vem para o bem. Poupou o Nordeste, por exemplo, da transposição do São Francisco - algo que merece ficar definitivamente no terreno do trololó.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para fazer o registro do artigo intitulado "Humilhação continuada", publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 24 de maio do corrente.

O artigo faz referência ao contencioso entre Bolívia e Brasil envolvendo a questão da nacionalização do petróleo e mostra como foi a reação do governo Lula diante das medidas adotadas pelo presidente boliviano, Evo Morales.

Em síntese, o artigo afirma que "Tivesse o governo brasileiro reagido com a devida firmeza quando Morales o deixou com a cara no chão ao assinar em 1º de maio o seu 'decreto supremo', a crônica das relações do Brasil com a Bolívia e a Venezuela não seria a da humilhação dessas três semanas – do que a ida do chanceler Amorim a La Paz foi apenas mais um capítulo".

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL **O ESTADO DE S. PAULO** DIA/MÊS/ANO: 24 mai. 06

Humilhação continuada

Estado-cliente da Venezuela de Hugo Chávez, a Bolívia de Evo Morales se comporta com desenvoltura de grande potência no seu contencioso com o Brasil – e não perde oportunidade de carregar nas tintas desse quadro surrealista. Anteontem, em Brasília, numa reunião com uma centena de líderes evangélicos, o presidente Lula pediu orações para a Bolívia, "um país muito pobre, que precisa de ajuda" – quando são as relações do Brasil com o país vizinho que precisam urgentemente de intervenção divina para voltar aos eixos. A falência dos recursos diplomáticos convencionais, no caso, ficou de novo patente nesse mesmo dia em La Paz, onde o chanceler Celso Amorim se reuniu, na presença do seu homólogo boliviano David Choquehuanca, com o presidente Morales.

O titular do Itamaraty fez o que pôde para que os seus interlocutores entendessem que o Brasil não considera águas passadas a forma como Morales nacionalizou o gás e o petróleo bolivianos – sem avisar o "irmão mais velho" Lula da Silva e com a ocupação militar de uma instalação da Petrobrás, para esfregar sal na ferida alheia e se mostrar *muy macho* perante os seus. "O presidente Evo Morales sabe o que pensamos", afirmou Amorim numa entrevista, "e (conhece) a sensibilidade desse assunto para o Brasil." Ainda assim, o diplomata viajou a La Paz não para externar indignação, mas para restabelecer a "racionalidade", como tem dito, no relacionamento bilateral. Para isso, moveu duas peças: recusou-se a discutir a questão técnica do preço de gás ("o importante é o enquadramento político") e deixou consignado que Brasília demanda que a Petrobrás seja indenizada.

No entanto, ouviu publicamente de Choquehuanca que o seu governo não arreda pé do argumento de que a Petrobrás já obteve o retorno dos seus investimentos, não havendo assim por que indenizá-la caso as negociações com os seus interlocutores bolivianos levem a nada até a data fatal de 1º de outubro, obrigando a empresa a sair do país. As contas da estatal passarão por uma auditoria boliviana – e não de especialistas independentes, como quer Amorim –, cujos resultados não são difíceis de prever. Além disso, o chanceler saiu de mãos abanando também da discussão sobre o futuro dos 2 mil agricultores e extrativistas brasileiros sem titulação comprovada das áreas que ocupam na região fronteiriça de Pando, do outro lado do Acre.

Enquanto Amorim fala em resolver essa outra questão "de forma construtiva" – nem sequer precisando lembrar que muitos dos 30 mil bolivianos em território brasileiro são "indocumentados", como se diz eufemisticamente nos Estados Unidos –, Choquehuanca foi curto e grosso. "Os ilegais, sejam brasileiros ou bolivianos, terão de ser desalojados", avisou na entrevista à imprensa, ao lado de Amorim. O governo de La Paz se comporta como o do imaginário país da clássica comédia de Hollywood, *O rato que ruge*, por ter tomado gosto pelos petrodólares do coronel Hugo Chávez, convertendo a Bolívia em satélite venezuelano. A estatal Petroleos de Venezuela (PDVSA) se prepara para participar de quase toda a cadeia do setor boliviano de hidrocarbonetos. A empresa poderá investir no país até US$ 1,5 bilhão – ironicamente, o mesmo valor que a Petrobrás aportou ali.

Além de servir para desalojar a Petrobrás, o dinheiro venezuelano irrigará outras atividades e programas sociais na Bolívia, como será anunciado esta semana em La Paz, na terceira visita de Chávez ao país desde a posse de Morales, em janeiro. Tamanho o pouco-caso do coronel com o que possa achar o presidente Lula que ele convidou representantes de grandes empresas brasileiras a acompanhá-lo nessa viagem, noticiou ontem o jornal *Valor*. Numa reunião reservada, no Itamaraty, os empresários foram informados de que a iniciativa causou profunda irritação no Planalto. Trata-se, de fato, de um acinte: caso as empresas invistam na Bolívia, Chávez – e não Lula – é quem ficará com a paternidade de uma iniciativa favorável ao desenvolvimento boliviano. Não por acaso, as grandes firmas abordadas têm interesses na Venezuela ou pretendem fazer negócios no país.

Tivesse o governo brasileiro reagido com a devida firmeza quando Morales o deixou com a cara no chão ao assinar em 1º de maio o seu "decreto supremo", a crônica das relações do Brasil com a Bolívia e a Venezuela não seria a da humilhação dessas três semanas – do que a ida do chanceler Amorim a La Paz foi apenas mais um capítulo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria publicada pelo jornal **Folha de S.Paulo** de 24 de maio do corrente intitulada "Para Suplicy, Bastos deve explicar encontro".

A matéria destaca a opinião do Senador petista Eduardo Suplicy, que faz declaração sobre o encontro entre Bastos e Dantas: "é melhor que tenhamos as informações completas. Pode haver reuniões na casa de senadores. O importante é que as partes envolvidas esclareçam o que foi conversado e, se é do interesse público, que os presentes dêem transparência total ao conteúdo".

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para Suplicy, Bastos deve explicar encontro

MALU DELGADO
DA REPORTAGEM LOCAL

Fator de irritação da cúpula do PT por seus sucessivos questionamentos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), agora, quer explicações detalhadas sobre o encontro do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, com o dono do banco Opportunity, Daniel Dantas.

Antes, ele assinou o requerimento de criação da CPI dos Correios, foi a favor da convocação do caseiro Francenildo Costa na CPI dos Bingos e mandou há duas semanas carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que sugere o comparecimento dele ao Congresso para falar sobre a crise política e atual conjuntura.

Ontem, no entanto, ele votou contra a convocação de Dantas pela CPI dos Bingos. A seguir, trechos da entrevista:

★

FOLHA - Qual sua opinião sobre o encontro entre Daniel Dantas e o ministro Márcio Thomaz Bastos?

EDUARDO SUPLICY - Liguei para o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), porque a reunião foi na casa dele. O assunto Daniel Dantas foi objeto de perguntas e questionamentos na CPI dos Correios. Sinceramente, não estou persuadido de que há necessidade de outra CPI. São informações frágeis [denúncias sobre supostas contas de petistas no exterior]. Sobre o encontro, eu próprio avalio que seja melhor que tenhamos as informações completas. O senador Heráclito me disse que faz questão de contar o que ocorreu na casa dele. Pode haver reuniões na casa de senadores. Agora, o importante é que as partes envolvidas esclareçam o que foi conversado e, se é do interesse público, que os presentes dêem transparência total ao conteúdo.

FOLHA - Ao longo da crise, o sr. pensou em deixar o PT?

SUPLICY - Não. Sou a favor da fidelidade partidária. Não teria vontade nenhuma de deixar o PT ao longo do meu mandato.

Prefiro continuar a batalhar para que o PT seja o partido cujos objetivos e metas maiores sempre me entusiasmaram: a luta pela democracia, por ética na política e por realização de justiça em nosso país. Uma das razões pelas quais eu sou do PT é porque eu gosto muito de desvendar a verdade. É humano. É um princípio de vida.

FOLHA - O que levou o PT a cometer desvios éticos?

SUPLICY - Uma das razões é que alguns viram que, uma vez obtida a Presidência, era preciso assegurá-la por todos os meios.

FOLHA - O presidente Lula já perdeu a paciência com o sr.?

SUPLICY - Em alguns momentos eu sei que sim. Mas, em ele me dando a oportunidade de explicar olho no olho o que eu tenho feito, tenho a convicção de que, como amigo, ele vai respeitar.

FOLHA - Com a crise em São Paulo, segurança pública será um dos principais assuntos da campanha. Como o sr. analisa o ocorrido e quais bandeiras defenderá?

SUPLICY - Na minha avaliação, é muito importante que percebamos que todos somos responsáveis pelo que aconteceu. Precisamos ter espírito suprapartidário e de cooperação das autoridades estaduais, municipais e da União para resolver os problemas. Na segunda-feira passada eu liguei para o governador Cláudio Lembo e expressei minha solidariedade e me coloquei à disposição para trocarmos idéias sobre o episódio. Eu pretendo dar muito mais ênfase à resolução das raízes que causam tanta violência, com os programas que defendo da renda básica de cidadania, do que dar tanta ênfase a se aumentar de um para três anos o isolamento dos presos. Eu temo um pouco por esses excessos de isolamento dos detentos porque eu fico pensando se não poderão levá-los a se tornar piores, senão à loucura. Vou dedicar meu tempo defendendo a reforma agrária, expansão do microcrédito e passagem gradual do Bolsa-Família para a Renda Básica de Cidadania.

> "Sobre o encontro [entre Bastos e Dantas], é melhor que tenhamos as informações completas. Pode haver reuniões na casa de senadores. O importante é que as partes envolvidas esclareçam o que foi conversado e, se é do interesse público, que os presentes dêem transparência total ao conteúdo
>
> **EDUARDO SUPLICY**
> senador (PT-SP)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada "Dirceu vai a todo lugar, mas STF diz que não o encontra", publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 26 de maio do corrente.

A matéria destaca que "Dois meses após o Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, ter denunciado 40 pessoas suspeitas de envolvimento com o mensalão, o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não conseguiu notificar todos os investigados".

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

OS 40 DO MENSALÃO

Dirceu vai a todo lugar, mas STF diz que não o encontra

Dois meses após denúncia do MP, há acusados ainda não notificados

Mariângela Gallucci
BRASÍLIA

Dois meses após o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, ter denunciado 40 pessoas suspeitas de envolvimento com o mensalão, o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não conseguiu notificar todos os investigados. Entre os que não foram encontrados até agora está o deputado cassado e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, que esteve ontem em Brasília para se reunir com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e frequentemente dá palestras e participa de eventos públicos. Além de Dirceu, os oficiais de Justiça também não conseguiram notificar o deputado José Janene (PP-PR) e os ex-deputados Pedro Corrêa e Paulo Rocha.

A informação de que o paradeiro de Dirceu era "desconhecido" foi dada ontem pelo relator dos dois inquéritos que tramitam no STF sobre o mensalão, ministro Joaquim Barbosa. Ele também contou que, antes de apresentar a denúncia, o procurador pediu a prisão de pessoas ligadas ao esquema, incluindo o publicitário Marcos Valério, sua mulher e sócios. Indagado se também teria sido requisitada a prisão de Dirceu, Barbosa acenou afirmativamente com a cabeça. Em seguida, questionado se realmente havia sido pedida essa prisão, ele disse que não fulanizaria.

Barbosa adiantou, porém, que rejeitou todos os pedidos de prisão. Segundo ele, a prisão preventiva não pode ser utilizada como uma antecipação de cumprimento de pena.

Ele observou que é necessário que existam de fato motivos para a prisão, como risco de fuga ou de cometimento de novos crimes. "Os requisitos (*de prisão preventiva*) são muito rigorosos", disse. "A prisão cria dificuldades processuais. Se decretar a prisão de um grupo desses, imagina o inferno que viraria (*o tribunal*). O plenário não faria outra coisa a não ser julgar habeas corpus", afirmou.

ENDEREÇO

Segundo Barbosa, "as notificações não foram realizadas porque as pessoas mudaram de endereço. Ele (*Dirceu*) é um deles", afirmou o ministro. O ministro do STF disse que caberá ao procurador-geral, o autor da denúncia, localizar os investigados e, se eles não forem encontrados pelos oficiais de Justiça, serão notificados por edital. Se não aparecerem mesmo assim, o inquérito tramitará à revelia.

Entre as 40 pessoas denunciadas há 11 que moram ou já moraram em Brasília. Outras 29 residem em 7 Estados e estão sendo notificadas pela Justiça. Informados oficialmente sobre a denúncia, terão um prazo de 15 dias para apresentar a defesa ao Supremo.

A grande quantidade de denunciados é um dos motivos para o atraso na tramitação do inquérito, que tem cerca de 40 mil páginas. Cada pessoa que é notificada também recebe uma cópia do inquérito. ●

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores

Tem razão o candidato tucano Geraldo Alkmin ao dizer que o governo do PT "deixou o Brasil vermelho de vergonha" e que nunca houve no País "tanta desfaçatez e tanto banditismo em esferas tão altas da República."

Vergonha, sim, é o que sente todo brasileiro, num simples abrir do jornal diário ou da leitura das revistas semanais. De fato, nunca houve no Brasil tanta corrupção comandada nos altos escalões da República, num Governo que, eleito para dirigir o País, armou esquemas satânicos de falcatruas.

A vergonha a que nos sujeita o Governo petista está no ar, na terra, no mar, em qualquer lugar. Ao léu, basta ler as manchetes do dia:

Agora candidato, Alckmin endurece:

'Onde está o chefe dos 40 ladrões?'

O povo sabe. O povo não é como o Presidente, que sempre diz de nada ter ciência.

Outra manchete, esta do cinismo do grupo do Planalto:

Governistas dizem não temer devassa

É aguardar para ver. Não tem essa de não investigar. Não tem, mesmo! Se eleito, o Governo Alkmin não será como o atual, que empenha a alma ao diabo para evitar CPIs.

Outra, do lado cínico do Brasil:

Mercadante pede 2ª chance para acusados

Candidato afirma que mensaleiros serão julgados pelo povo nas urnas.

Não é por aí. Era só o que faltava. Mensaleiros pedindo voto? Estão todos na marca do penalty e o mais que deveriam fazer é esperar o julgamento no Supremo. Nas urnas, definitivamente, não! O País quer varrer do mapa esses e outros corruptos.

Quer, mesmo!

Para um dia ler as notícias sem corar de vergonha pelo quê de roubalheira foi praticado por esse grupelho.

Para um dia ler notícias diferentes dessas de hoje, num cenário sem violência, que o Governo Petista de Lula assiste indolente e até afagando a cabeça de marginais, como no caso do MST e suas derivações.

O Brasil está cansado de tanta inação. O atual Governo nada realiza e limita-se a entoar loas ao cenário de inflação controlada, sem saber, agora sim, de verdade, que os êxitos na economia resultam do bom Governo FHC.

Mais aspas da vergonha:

Ex-cliente liga Rastos a conta no exterior

Engenheiro afirma ter pago, em 1993, US$4 milhões no exterior para o atual Ministro da Justiça, que nega a transação.

PF abriu investigação em 2003, mas arquivou o caso em 2004 sem ter ouvido o ministro nem quebrado os sigilos das empresas citadas.

É o rosário da vergonha.

A **Veja** desta semana está repletas de notícias que fazem o brasileiro corar. De Vergonha.

Começa pela capa:

Aí está dito o que todos os brasileiros sabem, que o Governo Lula pensa que pode negar e que infelicita a vida de todos nós:

Os PTbulls

Financiados pelo Governo e chefiados por um dirigente do partido, os agitadores que depredaram o Congresso Nacional são apenas um dos grupos que se comportam como o bravo armado do PT.

Aí está: braço armado do PT.

É de se indagar: vale repetir essa gente, para mais quatro anos de bagunça, roubalheira e corrupção sortida?

A resposta é não! O Brasil não quer de novo um Governo que tem **braços armados,** esses grupos de desordeiros que intranqüilizam a vida das nossas populações. O povo ordeiro, o Governo petista é pro-violência, pro-roubo, pro-indecência.

Mais aspas envergonhadas:

Lula liberou R$5,6 mi para entidade do MLST

Os líderes Bruno Maranhão e Lima assinaram três dos quatro convênios entre o governo e a Anara.

Outro título, também com aspas da vergonha. Está num jornal de Curitiba (**Gazeta do Povo**):

"Mensaleiros" do PT serão candidatos

Lista inclui o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci e o ex-presidente do partido José Genoíno

Belo presente de Copa do Mundo! Há quem ache que até as urnas de lº de outubro vão corar de vergonha!

Encerro, Senhor Presidente, com um misto de fé na remoção do entulho que o Governo petista acu-

mulou neste País, mas sem deixar de lamentar todo esse quadro de vergonha com o qual estamos sendo obrigados a conviver.

O partido do Presidente Lula sai em campo, com seus candidatos, como se nada de anormal o tivesse envolvido ao longo desses quase quatro anos de mandato. Engana-se o Presidente se acha que o povo aceita coisas como essa de dar a legenda a candidatos-mensaleiros. Engana-se redondamente. O povo está de olho e o número de **e-mails** que a todo instante chegam ao meu gabinete. Leio um deles, recebido esta manhã.

Vem de São Paulo, enviado por Sidnei:

Mensagem original

De: Sidnei A. Francisco

[mailto: sidneifrancisco@uol .com .br]

Enviada em: segunda-feira, 12 de junho de 2006 12:37

Para: Sen. Arthur Virgílio Neto

Assunto: formação de quadrilha

Senador Arthur Virgílio,

O PT não poderia ter escolhido data mais própria e emblemática para a convenção nacional que vai homologar a candidatura do Chefe para mais um mandato: 24-6-2006 – Dia de São João.

Haveria melhor dia para iniciar a formação da quadrilha?

Sidnei Francisco

São Paulo – SP

O brasileiro não perde, felizmente, o bom humor, como nesse outro **e-mail**:

Vem de algum lugar do Brasil, enviado por Joe Rego, e diz:

Senador, vejo que nem o fenômeno Ronaldo consegue atingir o Presidente. Apesar de Lula, a blindagem desse homem é fenomenal. Sucesso de **marketing** da mais baixa qualidade e da mais alta blindagem. Sugiro, então, à indústria bélica brasileira a criação de um blindado com o nome de Lula, como os blindados anteriores: Carcará e Urutu.

Sugestão à parte, essa inoportuna tentativa de **marketing**, com a tal de videoconferência, é bem reveladora de como pensam nossos dirigentes.

Ninguém poderia imaginar uma agressão gratuita como a de que foi vítima o fenômeno Ronaldo. À grosseria, o técnico Parreira soube reagir com elevação, ao dizer que ele (Ronaldo) está forte.

Foi um autêntico tapa de lula de pelica, que, de tão incômoda, obrigou o Presidente a tentar se desculpar. Poderia dormir sem essa.

Senhor Presidente,

Estou anexando a este pronunciamento o noticiário de hoje sobre o Mundo Petista, incluindo a íntegra da matéria de capa da revista **Veja.**

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006-Lista inclui o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci e o ex-presidente do partido José Genoíno

"Mensaleiros" do PT serão candidatos

São Paulo – Importantes políticos do PT atingidos pelas denúncias de corrupção que afetaram a legenda e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram homologados como candidatos do partido a deputado federal por São Paulo, durante a convenção regional, realizada ontem no Palácio das Convenções do Parque Anhembi.

A lista de candidatos inclui o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci, o ex-deputado e ex-presidente da agremiação partidária José Genoíno e o ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que se candidatará à reeleição, depois ter sido absolvido em plenário em processo de cassação motivado pelo seu envolvimento no chamado escândalo do mensalão.

O presidente estadual do PT, Paulo Frateschi, informou que Palocci ainda deverá confirmar, até o próximo dia 30, sua intenção de concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados. Mas, segundo ele, o ex-ministro autorizou a inclusão de seu nome na lista de candidatos, com a ressalva de que precisava de mais tempo para confirmar sua participação na disputa. Palocci não compareceu à convenção, ao contrário de Genoíno que marcou presença, mas evitou dar entrevistas em sua chegada. "Se ele desistir, a gente não registra a candidatura", disse Paulo Frateschi.

Ao todo, são 58 postulantes à Câmara dos Deputados e 118 à Assembléia Legislativa. Outro deputado federal acusado de envolvimento no mensalão e igualmente absolvido pela Câmara é o deputado José Mentor, homologado para disputar a reeleição.

Também absolvido, o professor Luizinho é mais um deputado que buscará a reeleição, assim como a deputada Ângela Guadagnin, ex-integrante da Comissão de Ética que protagonizou a chamada "dança da pizza" ao comemorar a absolvição de João Paulo Cunha. "Aquele episódio acabou levando meu nome para outras regiões do estado", declarou a deputada.

Da atual bancada petista no Legislativo federal, também vão disputar a reeleição os deputados Ricardo Berzoini, presidente nacional do partido, José Eduardo Martins Cardozo, Arlindo Chinaglia, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho. Entre os candidatos a deputado estadual, está a militante do MST na região do Pontal do Paranapanema, Diolinda Alves, mulher do líder José Rainha. Paulo Rocha – que renunciou antes da cassação –, Josias Gomes e João Magno, que sacaram das contas de Marcos Valério, serão candidatos no Pará, na Bahia e em Minas.

No auge da crise, o atual ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que na época presidia interinamente o PT, afirmou que o partido não daria legenda aos deputados que sacaram dinheiro das contas do valerioduto. Mas, segundo o senador Aloízio Mercadante, homologado como candidato do PT ao governo de São Paulo nas eleições de outubro, o partido acertou ao dar a legenda e permitir que os acusados se expliquem à população.

"Os erros foram graves, as críticas foram implacáveis. Ao dar a legenda, o partido está dando oportunidade de eles se defenderem, discutirem com a opinião pública o que aconteceu. O povo vai julgar comparando os erros e a biografia de cada um", afirmou.

O senador Eduardo Suplicy, que teve homologada sua candidatura à reeleição, procurou justificar seu comportamento no Congresso, afirmando que, embora suas declarações e atitudes às vezes sejam vistas com preocupação pelos petistas, ele se dirige ao partido e explica que suas posições são compatíveis com "os pilares históricos" do PT. Ele argumentou que defende sempre a busca de um diálogo de alto nível entre Executivo e Legislativo e elogiou o PT por ter realizado prévias para a disputa do governo de São Paulo. Para Suplicy, com isso o PT deu uma demonstração de democracia.

Brasil

Insulto à democracia

No mais violento ataque ao congresso nacional desde a ditadura militar, 500 sem-terra mostram todo o seu desprezo pelo símbolo da democracia - e colhem uma crítica pífia, apenas protocolar, do PT e do presidente Lula

Julia Duailibi e Otávio Cabral

As imagens de 500 militantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra invadindo e depredando as dependências do Congresso Nacional parecem, à primeira vista, conformar um ato tresloucado. Carregando pedras, galhos de árvore, pedaços de concreto e cones de trânsito, eles invadiram o Anexo 2 da Câmara dos Deputados e saíram quebrando tudo que viam pela frente. Viraram e destruíram um automóvel que estava em exibição para um sorteio dos funcionários, quebraram portas de vidro blindex, terminais de auto-atendimento, computadores, câmeras de circuito interno. Aos gritos de "o povo unido jamais será vencido", atropelaram uma exposição de plantas e outra de fotografias, deceparam a cabeça do busto de bronze do ex-governador de São Paulo Mario Covas (1930-2001) e fizeram pelo menos 28 feridos – um deles, Normando Fernandes, funcionário da segurança da Câmara, foi atingido com um pedaço de concreto na cabeça, sofreu traumatismo craniano e ficou dois dias na UTI entre a vida e a morte. Só vândalos fazem isso. Mas as cenas da terça-feira da semana passada não se limitam à barbárie. Elas são ao mesmo tempo um insulto e um teste do grau de tolerância da democracia brasileira.

Por serem contra o Congresso Nacional, contra a casa das leis, a casa do povo, contra

o poder que simboliza a democracia e a liberdade, os sem-terra do MLST fizeram um ataque frontal à consciência democrática. Talvez seja a mais violenta e acintosa agressão à democracia desde que a ditadura militar fechou as portas do Congresso Nacional, em abril de 1977. "Eles atacaram em Brasília, no coração do poder, no Congresso Nacional, que é o poder mais aberto da República. Quebraram tudo para deixar marca. Deixam marcas como ameaça de que podem voltar", afirma o jurista Paulo Brossard, ex-ministro da Justiça, que foi um dos mais lúcidos combatentes do regime militar. Por que os sem-terra atacaram o Congresso? Porque a reforma agrária não avança, os assentamentos estão parados? Porque são marginalizados, ninguém os ouve, não têm acesso aos parlamentares, ao presidente da República, ao Palácio do Planalto? Nada disso. Eles têm representantes no Congresso, recebem verbas públicas e são recebidos pelo presidente Lula no Palácio do Planalto. O petista Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, o líder do MLST e do quebra-quebra da semana passada, foi recebido duas vezes por Lula no Palácio do Planalto, uma em julho de 2004 e outra em novembro do ano passado. Portanto, a resposta é outra: os sem-terra promoveram a baderna contra o alvo determinado porque em sua cartilha e em sua visão de mundo não existe lugar para o Congresso. Também não existe lugar para a liberdade de expressão, para universidades livres, para laboratórios de pesquisa ou para progresso científico.

Os líderes dos sem-terra e seus protetores no governo são acometidos do "mal de Marxzheimer", doença social que produz miséria física e mental. Ele envenenou todo o século passado. A doença foi debelada na Europa quando, minada pelo espírito libertário dos cidadãos, a União Soviética se derreteu. O mal sobrevive apenas em sua forma tropical. Seus sintomas são a hipocrisia, a estupidez, a preguiça e a violência. Ele se alimenta de verbas públicas e de inocentes úteis. No governo Lula transformou-se em uma verdadeira epidemia. O remédio? Não existe cura definitiva para o mal de Marxzheimer. Sem verbas públicas, ele definha mas não morre. Exposição à luz diminui a virulência dos efeitos. Mas o máximo que a profilaxia consegue é fazê-lo cristalizar-se como certos vírus, estado dormente em que aguarda até atacar outra vez a democracia representativa, os laboratórios de pesquisa, as empresas, enfim, tudo o que signifique progresso, prosperidade e melhoria de vida para a maioria. Eta doença!

Os sem-terra agem com patrocínio do próprio governo federal. Na semana passada, descobriu-se que uma tal Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), entidade fundada por militantes do MLST, recebeu 5,7 milhões de reais do governo. O primeiro repasse, de 75.000 reais, foi feito ainda no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2000. Depois disso, a Anara ficou três anos sem receber um tostão do governo, mas a partir de 2004 seus cofres passaram a ficar abarrotados com doações na casa do milhão. Só naquele ano, o governo despachou 1,4 milhão de

reais para a Anara. No ano passado, foram mais 3,2 milhões. Agora, já foi pouco mais de 1 milhão de reais, sempre a título de "reestruturação econômica, social e cultural de assentamentos". Com isso, é o próprio governo que sustenta o MLST e seus abusos. Em artigo publicado na semana passada, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg foi direto ao ponto: "A violência contra leis e regras sociais acaba financiada pelos impostos pagos pela sociedade".

Sim, já surgiram indícios de que até mesmo o quebra-quebra pode ter sido diretamente financiado pelos impostos pagos à União. Na agenda de Bruno Maranhão, apreendida pela polícia, há várias anotações com os preços da manifestação e, ao lado de alguns números, lê-se: "União financia". A relação financeira do governo com as entidades de sem-terra é sempre por vias tortas porque esses movimentos são quase clandestinos. Eles não existem oficialmente. Não são registrados na Receita Federal, não aparecem na Junta Comercial, não possuem sequer um cadastro de pessoa jurídica. Tudo para poder viver às margens da lei e, assim, fugir da responsabilização judicial por seus atos. Ao aceitar repassar dinheiro por meio de subterfúgios, o governo compactua com essa quase-clandestinidade dos movimentos sem-terra. O MST, por exemplo, sempre recebe verba pública através da Contag, entidade que reúne os agricultores do país, federações ou sindicatos de trabalhadores rurais. O MLST, o MST e seus congêneres, agindo à sombra da lei e incorrendo em reiteradas ilicitudes, podem ser chamados de movimentos sociais?

Os movimentos sociais surgiram com a Revolução Francesa, em 1789, e nasceram associados a um duplo rótulo: o de servirem como instrumentos revolucionários e o de serem protagonistas de ações violentas, como foi o ataque à Bastilha. Eles cresceram com a emergência da sociedade industrial, sobretudo na Inglaterra, e chegaram ao apogeu – como instrumentos da revolução e da violência – com a Revolução Russa, em 1917. Mas, depois disso, em especial após a II Guerra Mundial, os movimentos sociais foram-se adaptando à sociedade moderna e perderam o caráter revolucionário e violento. Passaram a defender grupos sociais, como mulheres, negros ou gays, e

levantar causas em favor de toda a sociedade, como a defesa da paz, o combate à fome, a preservação ecológica. O Brasil abriga esse tipo de movimento – e isso é saudável. Os movimentos sociais ajudam a organizar a sociedade e a fazê-la avançar. São apartidários, têm mandato, líderes conhecidos e vivem à luz do dia, promovendo ações transparentes. Mas no Brasil, lamentavelmente, ainda subsistem os movimentos sociais nos moldes do século passado, congelados no atraso e na velha idéia de servirem como instrumento de mudanças revolucionárias que, comprovadamente, só ajudam a trocar alguns opressores por outros.

Os movimentos de sem-terra são o exemplo mais acabado dessa distorção. "Os sem-terra têm a lógica do terrorismo, do autoritarismo. Querem ocupar o Estado pela violência, com métodos ultrapassados. Não aceitam o diálogo com quem tem pensamento diferente", afirma o professor e filósofo Roberto Romano, da Universidade Estadual de Campinas. Na mão dessas organizações de sem-terra, a reforma agrária, em geral, é apenas um pretexto de luta, cujo objetivo final é a revolução. A corrente Brasil Socialista, que existe dentro do PT e é a força político-partidária do MLST, prega isso com franqueza em seus documentos. Num deles, diz que a reforma agrária é a bandeira mais acertada para ser levantada, não porque poderia distribuir justiça no campo ou emancipar trabalhadores rurais da miséria, mas simplesmente porque tem maior potencial para atiçar a rebeldia revolucionária por tratar-se da causa mais "nacional" e "massiva" do momento. Ou seja: tem mais potencial para atrair os incautos.

Mesmo assim, os sem-terra são tratados com extrema leniência pelas autoridades – do governo, do Congresso, da Justiça. Não é uma novidade. No governo de Fernando Henrique, os sem-terra também eram vistos como interlocutores legítimos, mesmo quando cometiam atos flagrantemente ilegais, e sempre foram contemplados com dinheiro público. No governo Lula, os privilégios se agravaram. Com força total, retomou-se a distribuição, suspensa na gestão anterior, de cestas básicas aos sem-terra. Só no ano passado, foi despachado 1,9 milhão de cestas, mais do que o dobro das 715.000 do ano anterior. O governo atual ainda estuda incluir os sem-terra como beneficiários do Bolsa Família, o principal programa oficial de assistência. Além disso, Lula ignora a lei segundo a qual uma terra invadida não pode ser desapropriada. No

governo anterior, essa lei conseguiu estancar as invasões de terra. Agora, com o sinal verde dado pelas autoridades, as invasões voltaram a reinar. Nos três primeiros anos de mandato de Lula, ocorreram 770 invasões a imóveis rurais, 55% mais do que as 497 ocorridas nos três últimos anos do governo tucano.

Com financiamento e cesta básica, os sem-terra contam ainda com um fator primordial para cometer ilegalidade: a impunidade. Em maio de 1997, um grupo de agricultores da Contag invadiu o Ministério do Planejamento com porcos, patos, galinhas e bodes. Um peru foi colocado sobre a mesa do ministro – e o que aconteceu? Quatro foram indiciados, dois sofreram processo, mas um foi inocentado, e o outro, beneficiado pela prescrição do crime. Em março de 2002, na ação mais debochada e ousada de sua história, sem-terra do MST invadiram a fazenda dos filhos de Fernando Henrique Cardoso. O que aconteceu? Dezesseis foram indiciados, mas o Ministério Público achou que eram todos inocentes, e a Justiça concordou. O que se pode esperar que aconteça com os sem-terra que, em março passado, sob a liderança de mulheres de uma tal Via Campesina, invadiram uma propriedade da Aracruz, no Rio Grande do Sul, arrancaram milhares de mudas de eucalipto e destruíram um laboratório de pesquisas?

Na semana passada, outro elemento favoreceu as ilicitudes cometidas pelos sem-terra – a reação pífia do governo ao ataque contra o Congresso Nacional é um sinal evidente da simpatia que une os baderneiros do MLST, o governo e o PT. De início, Lula limitou-se a lançar uma nota em que dizia que "o grave ato de vandalismo" deve ser tratado "com o rigor da lei". Nada mais. "Dada a extrema gravidade do ocorrido, era de esperar que o presidente da República fosse além dessa reação 'protocolar'.", diz um editorial publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo,* ao acrescentar que Lula poderia ter convocado "uma rede nacional de rádio e televisão para manifestar ao país, de viva voz e em termos compatíveis com a dimensão do acontecimento, sua repulsão pela depredação da Casa das Leis e sua aversão pelos seus autores, incentivadores e cúmplices". Deveria ter feito mais. Deveria ter anunciado o imediato corte de verbas para todas as organizações de sem-terra, sem-teto, sem-limites, que usam impostos gerados pela sociedade a cuja destruição eles visam. Por que a reação leve, quase tolerante? Porque o PT e os sem-terra comungam de uma certa antipatia contra o

Congresso, visto como instrumento da "democracia burguesa". É... eles chamam eleição, voto secreto, multipartidarismo, liberdade de expressão, economia de mercado de "democracia burguesa". No mundo de sonhos dos baderneiros pagos com o dinheiro produzido pela "economia burguesa", o sistema ideal seria uma certa "ditadura do proletariado" – estágio superior do "mal de Marxzheimer", em que toda inteligência e consciência individuais são destruídas e substituídas pela vontade de um ditador.

Ao abrigar essas correntes e dar apoio a esses movimentos, o PT cai no equívoco histórico de achar que é com eles que o país vai avançar. Porque o PT já deu sinais evidentes de que trata os movimentos sociais como linha auxiliar. Em meados do ano passado, no auge da ameaça de impeachment, o então presidente do partido, Tarso Genro, e hoje ministro do governo, disse nas entrelinhas que, caso o mandato de Lula fosse ameaçado, o PT acionaria os movimentos sociais. Na semana passada, falando do vandalismo na Câmara e da resposta tênue do governo e do PT, um editorial do jornal *O Globo* lembrou as referências de Genro feitas no ano passado e disse: "Deverão ser entendidas como uma ameaça inaceitável de ruptura institucional violenta contra a sociedade brasileira, caso o projeto de poder petista seja contrariado nas urnas um dia". É disso mesmo que se trata. *O Globo* foi direto ao ponto. A fala de Tarso Genro tem todos os ingredientes da chantagem dos terroristas: "Ou vocês atendem às nossas exigências ou explodiremos o avião".

A ocupação do Congresso foi um ato minuciosamente preparado pelos líderes dos sem-terra. Um vídeo, com uma hora e dezoito minutos de duração, é prova material da premeditação. A invasão foi planejada nos moldes de uma operação militar. Havia uma estratégia clara, os alvos estavam definidos, os prováveis pontos de resistência do inimigo identificados, enfim, tudo minuciosamente estudado pelos comandantes. Como numa operação militar, o planejamento era discutido em códigos. Os invasores eram os "convidados", e o alvo principal, o Salão Verde da Câmara dos Deputados, era o "salão de baile". A fita de vídeo mostra que havia uma espécie de estado-maior dos sem-terra. Na véspera da invasão, três líderes do MLST aparecem em uma gravação discutindo os detalhes finais da operação. "Nós vamos falar para o Brasil que tipo de reforma agrária que nós queremos. Nós vamos dizer para o Brasil o que é que essa corja de PFL e PSDB está fazendo com o Brasil quando deixou de votar o Orçamento da União, só aprovado em maio, achando que estava atingindo o Lula", afirma Antonio José Arruti Baqueiro, um dos generais da tropa sem-terra e também vinculado ao PT, para concluir: "...E o Lula continua aí, tranqüilo, com 63%...". Baqueiro assessora Yulo Oiticica, deputado estadual do PT na Bahia. Ganha 2.800 reais.

Nas imagens, não há um convite explícito à depredação, mas fica claro que ninguém deveria fugir de um eventual confronto. "Deixar de levar umas bolachas, dar uns pontapés, ninguém vai deixar não, pode acontecer", diz outro general, Joaquim Ribeiro. E arremata: "Para isso é que os companheiros foram escolhidos a dedo. Se levar um, dá dois". Joaquim Ribeiro foi filiado ao PT durante seis anos, entre 1998 e 2004, e chegou a presidir a legenda em Cascavel, no interior do Paraná. Organizado, o MLST enviou a Brasília, duas semanas antes, espiões para identificar os pontos vulneráveis da segurança do Congresso. Na véspera da invasão, um grupo foi encaminhado para fazer o reconhecimento da área. No dia do ataque, esse mesmo grupo voltou ao Parlamento e ocupou posições estratégicas antes da chegada dos ônibus trazendo cerca de 500 manifestantes. "Muitos companheiros que estão chegando não sabem o que estão fazendo em Brasília", diz na gravação um dos generais. Mesmo numa guerra, os soldados devem saber por que estão lutando e os riscos que estão correndo. No caso dos sem-terra, nem isso.

Uma boa parte da massa que compõe o MLST, bem como outros movimentos de sem-terra, inclusive o MST, a organização mais conhecida, é formada por brasileiros pobres e humildes, que querem apenas um meio para melhorar de vida. Gente simples que, em condições de normalidade, jamais patrocinaria cenas de vandalismo explícito como as da semana passada. Francielli Denizia Asêncio, 20 anos, é um exemplo. Com piercing na sobrancelha e tatuagem nas costas, Francielli foi flagrada destruindo os terminais de auto-atendimento com uma viga de ferro. Acabou presa junto com os outros 536 sem-terra, que passaram a noite num ginásio de esportes. Ela própria não sabe dizer o que se passou. "Não sei explicar, foi uma coisa errada, aconteceu de improviso", diz. Outro exemplo comovente de como a gente humilde vira instrumento na mão de líderes inescrupulosos é o caso de Arildo Joel da Silva, 21 anos, acusado de desferir o golpe que produziu o traumatismo craniano no funcionário da Câmara. O pai do garoto, Aldo da Silva, entrevistado pelo *Jornal Nacional* na quarta-feira passada, exibia todo o seu desespero e, com voz embargada, dizia não entender as razões que levaram seu filho a fazer isso.

Os líderes do quebra-quebra, no entanto, têm biografia inteiramente diferente. Eles sabem onde estão e o que fazem. Bruno Maranhão, por exemplo. Ele tem 66 anos, é engenheiro mecânico e membro de uma abastada família de usineiros de Pernambuco. Já militou nas Ligas Camponesas do velho Francisco Julião, ajudou a fundar um partido comunista, o PCBR, e passou anos de exílio no Chile e na França. Ao voltar para o Brasil, foi fundador do PT, em que se revelou bom de agitação e ruim de voto. Entre 1982 e 1985, perdeu duas eleições, uma para o Senado e outra para a prefeitura do Recife. Até a semana passada, esse agitador profissional era membro da direção do PT, tinha assento na comissão que coordena a reeleição de Lula e era ainda secretário Nacional de Movimentos Populares. Por suas atividades como dirigente petista, ganha 6.800 reais por mês. Assim que seus vínculos partidários vieram a público, o PT tratou de afastar Maranhão da direção e abrir um processo no conselho de ética. Como Maranhão era tão enfronhado no partido, e era recebido por Lula em palácio, ficou a impressão de que o PT só reagiu assim com medo da exploração eleitoral do episódio, que reaviva na memória a imagem do PT como instrumento da baderna.

"Essa barbárie vai causar profundas marcas na sociedade brasileira. Mais do que a violência do PCC. Dessa vez, foi um ataque flagrante às instituições", interpreta o jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, especialista em direito constitucional. Um ataque às instituições, ao contrário do que o PT e o governo parecem entender, é gravíssimo. Como o Brasil pode aspirar a um papel internacional se num mês o PCC pára sua maior cidade e no mês seguinte um bando de vândalos paralisa o Congresso? Respeitar as instituições não é recomendável apenas por mandamento legal, mas sobretudo porque é com instituições sólidas e inatacáveis que se constrói o futuro de uma nação, como já demonstrou o americano Douglass North, que recebeu o Nobel de Economia em 1993. North é o criador da tese segundo a qual sem instituições sólidas um país simplesmente não avança. E as instituições – as leis, os contratos, a Justiça, os partidos, o Parlamento etc. – são obras de construção lenta. São a síntese da história de um povo, um resultado de suas crenças, de sua visão de mundo, de suas tradições e experiências. É por isso que são diferentes ao redor do mundo. É por isso que não se erguem instituições de um dia para outro – mas se pode destruí-las rapidamente. É o que querem o MLST e seus cúmplices. O governo se aproveita disso para chantagear os adversários e a sociedade, como Tarso Genro mostrou com clareza. Quem nos defende?

Surrada e ameaçada de morte pelo MST

Ex-militante é espancada por revelar crimes dos sem-terra

Leonardo Coutinho

A cabeleireira Marivalda Aguiar Braga, de 35 anos, viveu durante dez meses no acampamento Padre Josimo, erguido pelo MST numa fazenda ocupada em Acará, no Pará. Em maio deste ano, decidiu deixar o local. Foi espancada e ameaçada de morte. Em entrevista a VEJA, *Marivalda fala sobre o que passou entre os sem-terra.*

"Fui para o acampamento Padre Josimo com a ilusão de que ganharia terra de graça do MST. Mas lá só encontrei violência. Vivi dez meses com os sem-terra. Descobri que quem manda no acampamento é um grupo de bandidos. Para mim, a gota d'água foi quando um dos companheiros chegou baleado. Acho que ele foi ferido numa troca de tiros com jagunços, porque eles saíam para assaltar e matar gado a tiro. O *pessoal do MST não tem piedade. Coloca fogo até na casa* dos peões. Isso eu não admito, porque eles são pobres como eu. Quando vi o sujeito baleado, pensei: 'Se ficar aqui, quem pode acabar levando bala sou eu'. Então, fui escondida a Belém e contei à polícia tudo o que acontecia dentro do acampamento. O problema é que tive de voltar para buscar minhas coisas, que tinham ficado lá.

"Peguei tudo o que tinha e fui para um porto pegar um barco para Belém. Quando eu já estava na beira do rio, apareceram dois militantes. Um carregava uma espingarda e o outro, um terçado *(facão)*. Disseram que o Reis *(Wellington Raimundo Reis, chefe do acampamento)* queria falar comigo. Eu disse que não ia. Aí, eles me pegaram pelo braço. Caí no rio, mas eles me pegaram de novo e me arrastaram. Puxaram minha blusa com tanta força que meu peito saltou para fora. Eles me chamaram de traidora, vagabunda, prostituta. Logo depois, o Reis apareceu no porto. Ele pegou a espingarda do militante, deu um tiro para cima, encostou o cano na minha testa e disse: 'Vem cá, ô vagabunda, o que você falou para a polícia? Quanto o dono da terra te pagou para entregar a gente?'.

"Aí, me arrastaram pelo mato até o acampamento. Lá, me sentaram em uma cadeira, dentro de uma barraca. Um militante me deu um soco no meio do peito. Senti como se todos os meus ossos estivessem saindo do lugar. Foi uma dor horrível. Você sabe o que é levar um soco de mão fechada de um homem no meio do peito? A força foi tanta que caí para trás, com cadeira e tudo. O Reis riu e falou: 'Vagabunda, traidora tem que apanhar. Bate mesmo, pessoal'. Um militante disse que ia me cortar com um terçado. Reis esfregava a espingarda no meu pescoço, no meu peito e no meu rosto. Aí, confessei que tinha ido à polícia, mas inventei que era para resolver um problema do meu marido, que estava preso. Na verdade, ele é ex-presidiário. Cumpriu pena por assalto a mão armada. Está na condicional. Os militantes desconfiaram da minha história. Disseram que iriam falar com a advogada da CNBB *(Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)* em Belém, para ver se meu marido estava na cadeia mesmo. Se fosse mentira, eu ia morrer.

"Tomamos um barco para Belém. Na viagem, ficavam me mostrando um revólver a toda hora. Um dos sem-terra disse que se eu tentasse fugir tomaria um tiro antes de conseguir completar dez passos. Ele dizia que tinha sido polícia e me acertaria de primeira. Quando chegamos à CNBB, falei para uma advogada dos padres que meu marido estava na prisão. Era mentira, mas acho que eles acreditaram. Depois de muita conversa, acertamos que eu iria até minha casa em Belém, para buscar os documentos do meu marido, e voltaria no dia seguinte. Saindo de lá, fui direto para a delegacia. O delegado me mandou para a Polícia Federal.

"Contei que todo mundo que vive no Padre Josimo deixou suas casas em Belém pela promessa de ganhar terra e cesta básica. Quem fez as promessas foi o Reis. Ele organiza reuniões na periferia. No ano passado, meu marido e eu fomos a uma delas. O Reis disse que a gente deveria ir para uma terra no Acará. Ele garantia que a fazenda não tinha documento e que estava tudo certo com o Incra para a gente entrar. Disse que ia ter lona para montar as barracas e que o governo ia mandar cesta básica. Na reunião, explicaram que quem não pudesse deixar o trabalho para começar a invasão podia colaborar com dinheiro. Eles cobram uma mensalidade de 30 reais para deixar no cadastro o nome de quem não fica no assentamento. O pessoal paga para ter direito a um lote quando a reforma agrária chegar. Como meu marido estava desempregado, topamos. Ele ficou em Belém e eu fui com o filho da gente.

"Uma semana depois de entrarmos na terra, as cestas básicas do Incra começaram a chegar. Não falhou um mês. Chegavam até mais cestas do que a gente precisava. Reis ficava com o que sobrava. Ele dizia que era para vender e fazer dinheiro para as despesas do acampamento. Mas o pessoal dizia que ele usava as cestas para manter a família dele e os militantes de Belém. Fui nomeada coordenadora de saúde, porque sei ler bula de remédio e fazer massagem. Nunca gostei de viver lá. O pessoal vive armado. É um antro. Tinha até acampado que vivia de assaltar os barcos que passavam pelo rio. Não fui para lá para virar bandida. Coloquei a vida do meu filho em risco. Queria que a promessa deles fosse de verdade, mas o MST é feito de mentiras.

"Três dias depois do meu depoimento, os policiais me levaram ao acampamento para prender o pessoal. Fui para identificar quem andava armado, mas escondi o rosto com uma touca. Chegamos lá com oito policiais em duas viaturas. Na hora, os acampados cercaram a gente e disseram: 'Se quiser levar um, vai ter que levar os 300'. Fomos embora sem prender ninguém. Hoje, vivo escondida do MST. Tenho medo do que pode acontecer comigo."

Lula liberou R$ 5,6 mi para entidade do MLST

Os líderes Bruno Maranhão e Lima assinaram 3 dos 4 convênios entre o governo e a Anara

A Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), fundada e comandada por líderes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), responsável pela invasão violenta da Câmara dos Deputados na terça-feira, é financiada com dinheiro público. A entidade recebeu, de 1999 a 2006, R$ 5,7 milhões, dos quais R$ 5,6 milhões só do governo do PT, para assistência a assentamentos dentro do programa de reforma agrária.

A informação está no site Contas Abertas, especializado em acompanhar a execução do Orçamento da União. Um dos militantes do MLST, Idevanir da Silva, representante do Assentamento Paulo Faria, na cidade de Prata (MG), afirmou ontem que "os recursos não chegam aos assentamentos" e o dinheiro "deve ter ficado no meio do caminho". Mas, na sede da Anara, em Brasília, a funcionária Elizabeth da Silva Ribeiro confirmou que a associação recebe recursos públicos: "Obviamente que todo movimento social tem de ter ajuda do governo. Receber nós também recebemos, só não sei quanto."
Segundo o Contas Abertas, os dirigentes do MLST Bruno Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima, presos sob acusação de envolvimento no planejamento e execução da invasão e do quebra-quebra na Câmara, assinaram como responsáveis três dos quatro convênios entre o governo e a Anara. O site informa que, dos R$ 5,7 milhões, a maior parte - R$ 4,2 milhões - foi repassada à associação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a partir de 2005.

De acordo com os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), os recursos serviriam para a "reestruturação econômica, social e cultural do Assentamento Paulo Faria" e financiariam a realização de cursos e oficinas de capacitação em diversos Estados, além de 21 encontros regionais da Anara e um nacional.

Parte do dinheiro, segundo o Contas Abertas, foi liberado para a associação um mês depois da visita de Maranhão ao Palácio do rural. O site informa ainda que os repasses federais mais recentes para a Anara foram feitos em fevereiro de 2006, no total de R$ 1 milhão. Seu primeiro convênio com o governo Lula foi publicado em dezembro de 2003, para repasse de R$ 250 mil, que só se efetivou em abril de 2005. Esse dinheiro teria sido usado no pagamento de cursos, estudos, pesquisas, produção de textos, cartilhas e propostas de funcionamento de empresas agrícolas.

O Contas Abertas divulgou também a informação de que, em agosto de 2004, a Anara recebeu mais R$ 1,1 milhão do Incra, para "reestruturação produtiva, social e cultural de assentamentos", em benefício de 6.234 famílias. Esse repasse foi feito cerca de um mês depois de visita de 14 líderes do MLST, entre eles Maranhão, ao presidente Lula no Palácio do Planalto. Na ocasião, Lula teria prometido aos líderes dar especial atenção à estruturação dos assentamentos e autografou o boné dos militantes.

Ainda em 2004, a Anara recebeu R$ 50 mil, dessa vez do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para "capacitação de agricultores familiares". Além disso, Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima teriam recebido "diárias financiadas com dinheiro público para servirem de colaboradores eventuais em Brasília". Planalto para reivindicar a punição dos assassinos de um líder

ada ao MLST e comandada por Bruno Maranhão recebeu R$ 5,7 milhões do governo federal

A invasão comandada pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) que deixou 41 feridos e um rastro de destruição na Câmara, esta semana, pode ter sido financiada por recursos públicos. A Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (ANARA), entidade fundada e comandada por líderes do MLST, já recebeu R$ 5,7 milhões do governo federal, de 1999 até 2006, sendo R$ 5,6 milhões só na gestão petista. Dos quatro convênios firmados entre a ANARA e o governo, três têm como responsável Bruno Maranhão e um, Edmilson de Oliveira Lima, outro integrante do MLST, que também está preso pela invasão da Câmara.

Desse dinheiro, a maior parte (R$ 4,2 milhões) foi repassada
Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de 2005 para cá. Documentos extraídos do
aco de Administração Financeira (Siafi) demonstram que o dinheiro, repassado por meio de dois
iriam para a "reestruturação econômica, socio e cultural dos assentamentos de reforma agrária
lique aqui, para ver os extratos dos convênios

tos, os recursos financiariam a realização de cursos e oficinas de capacitação em diversos esta-
além de 21 encontros regionais e um nacional. Parte do dinheiro foi recebido um mês após a visi-
ranhão ao Planalto para reivindicar a punição dos assassinos de um líder rural. Os últimos re-
s à associação de reforma agrária, referentes a esse convênio, foram feitos em fevereiro deste
R$ 1 milhão.

do assentamento Paulo Faria do município de Prata (MG), Idevanir da Silva explica que alguns
ras foram oferecidos às famílias assentadas da região no ano passado, mas ressalta que as au-
denadas por integrantes do MLST. No entanto, Silva afirma desconhecer a existência de repasses
ecursos não chegam aos assentamentos. Não sei onde foi parar esse dinheiro, deve ter ficado no
ho", afirma.

vênio firmado entre a ANARA e o governo Lula foi publicado em dezembro de 2003 e repassou
a a associação, pagos apenas em abril de 2005. Segundo o documento, o dinheiro serviria para
estudos, pesquisas, produção de textos, cartilhas e propostas de funcionamento de empresas
re outros serviços, para assentamentos localizados em nove estados do país. Em agosto de
voltou a receber R$ 1,1 milhão do Incra, desta vez para cumprir um novo convênio que previa
ção produtiva, social e cultural de assentamentos", beneficiando 6.234 famílias.

repasse foi feito pouco mais de um mês depois da visita de 14 líderes do MLST, dentre os quais
io, ao Palácio do Planalto. Na ocasião, Lula prometeu aos coordenadores do movimento dar es-
à estruturação dos assentamentos e até autografou o boné dos militantes. Como se já não bas-
isses do Incra, no mesmo ano, a ANARA recebeu R$ 50 mil do Ministério do Desenvolvimento
para a "capacitação de agricultores familiares".

sses para a associação que representam, Bruno Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima, recebe-
anciadas com dinheiro público para servirem de colaboradores eventuais em Brasília. Ainda na
ando Henrique Cardoso, o líder do vandalismo praticado na Câmara, curiosamente, recebeu R$

ria para participar como palestrante no Fórum Nacional de Prevenção e Mediação de Tensões e
is no Campo. Também no governo FHC, em 2000, foram repassados R$ 75 mil à ANARA para
ssistência jurídica a trabalhadores rurais assentados em projetos do Incra, envolvendo 5.000

alizada hoje (8), em Brasília, representantes do MLST confirmaram a ligação entre o movimento
entanto, não comentaram se recebem dinheiro da associação. "Nosso orçamento vem de vários
sociações de bairros, de vereadores, prefeitos, deputados, dentre outros", declarou Jutaí Moraes.
onados se recebiam recursos do governo federal, os militantes mandaram os jornalistas "procu-

O Contas Abertas foi até a sede da ANARA em Brasília - que fica em uma casa sem identificação - para falar com os responsáveis da associação. No entanto, a funcionária Elizabeth da Silva Ribeiro informou que eles não estavam no local. Elizabeth Ribeiro explicou que a sede serve como abrigo para militantes do MLST e confirmou que a associação recebe recursos públicos. "Obviamente que todo movimento social tem que ter ajuda do governo. Receber nós também recebemos, só não sei quanto", afirmou a funcionária.

Diante dos dados o presidente do Contas Abertas conclui que recursos federais podem ter financiado a invasão da Câmara. "Se recursos públicos foram transferidos para entidades comandadas por membros do MLST, é possível que o dinheiro público tenha financiado a baderna ocorrida esta semana",

fica

mprensa, que ocorreu hoje à tarde em Brasília,
do MLST, Jutaí Moraes e Aparecido Dias presta-
ientos à imprensa sobre os atos violentos ocor-
esso Nacional. Segundo Jutaí Moraes, a idéia
ar no salão verde e entregar uma pauta de rei-
movimento. "Não estava previsto nenhum tipo
lisse Moraes.

es, o quebra-quebra começou por causa da
pessoas aglomeradas. "Na fita da preparação
ihamos combinado nenhum vandalismo, mas
pessoas estão juntas sempre há essa possibili-
estamos dizendo que estamos certos", expli-

) pessoas que invadiram o Congresso, um grupo de 305 manifestantes foi preso. "Muitas nem
e estavam sendo presas. Estamos tentando soltar os companheiros", disse Moraes.

licou ainda que Bruno Maranhão foi pego como "bode espiatório" e colocado pela imprensa co-
l pelo atos injustamente. "Nós não temos um único representante, nem um chefe, o companhei-
oordenou a ação", afirmou.

os de concreto e tijolos usados para depredar o órgão, Moraes disse que tudo foi pego numa

perto do Congresso. "Se tivéssemos a intenção de quebrar o Congresso, teríamos levado ma-
es", acrescentou. Sobre a suspeita de terem sido encontrados pedaços de concretos e tijolos
ous do movimento, Moraes disse que a polícia terá que provar a veracidade das informações.

l repassado pela União à ANARA, de 2000 a 2006, clique aqui.

, Aline Sá Teles e Caroline Olinda
rtas

REPASSES DA UNIÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO À REFORMA AG

REPASSES DA UNIÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA - ANARA

ANO	VALORES RECEBIDOS R$
2000	75.000,00
2001	-
2002	-
2003	-
2004	1.422.394,50
2005	3.223.693,28
2006*	1.011.951,00
TOTAL	5.733.038,78

Fonte: SIAFI

* Até 08/06

Chateado com Lula, Ronaldo revela veto em videoconferência

A videoconferência entre a seleção brasileira e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, causou um momento de constrangimento à delegação e que foi respondido com uma revelação pior nesta manhã de sexta-feira.

Leia abaixo o texto

Ausente na videoconferência, pois ainda se recuperava de uma gripe, Ronaldo foi alvo de uma pergunta do presidente ao técnico Carlos Alberto Parreira. "Ele está gordo?", questionou Lula, antes de ouvir de Parreira que o atacante "está forte" e que estará pronto para a Copa.

Nesta sexta, o Fenômeno tratou de dar a resposta e mostrou estar chateado com o questionamento vindo até do presidente. "Eu não estava na videoconferência, mas o presidente deve ter entrado na onda da imprensa, que vem constantemente falando disso", apontou.

Em seguida, Ronaldo revelou um fato que não deve agradar o Palácio do Planalto. "Eu também teria várias perguntas a fazer ao presidente, mas fomos instruídos a não fazer perguntas. Fomos proibidos de perguntar alguma coisa", revelou.

Ao se dar conta da frase polêmica, o atacante tentou corrigir, mas o estrago já estava feito. "Eu não estava na videoconferência e só fiquei sabendo disso depois. Mas não sei se foi proibido, mas acredito que sim", disse. O Fenômeno aproveitou a entrevista para confirmar que deve participar do treino desta sexta-feira em Konigstein.

Cirurgia de catarata quase pára no País

Suspensão de mutirões do SUS cria déficit de 80% em atendimentos; ajuda de Hugo Chávez foi muito criticada

Ricardo Westin

O episódio dos 79 pernambucanos que foram levados na semana passada à Venezuela para serem operados de catarata, a convite do presidente Hugo Chávez, provocou revolta entre os médicos brasileiros. No entanto, se continuassem no Brasil, eles provavelmente não seriam atendidos tão cedo. Desde que o Ministério da Saúde cancelou os mutirões de catarata e implantou outro sistema, no fim de fevereiro, cerca de 60 mil pessoas deixaram de ser operadas no País.

O número é estimativa do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), que calcula que deixaram de ser atendidos 80% dos 25 mil brasileiros operados mensalmente - 20 mil cirurgias a menos a cada mês. O Ministério da Saúde não tem dados oficiais. A catarata é uma doença que pode levar à cegueira. Segundo entidades médicas, 500 mil cirurgias precisam ser feitas por ano. Até 2005, o País realizava 300 mil.

Até fevereiro, o Hospital de Olhos de Sorocaba (SP) fazia em média 200 cirurgias por mês. Em maio, foram 11. Na cidade do Recife, eram 500 operações mensais. De fevereiro para cá, só cinco pessoas foram atendidas.

O hospital da Unicamp continuou operando mesmo sem receber do governo federal. "Estamos bancando as cirurgias com recursos próprios. Não sabemos até quando conseguiremos sustentar a situação", diz a médica Denise Fornazari, coordenadora do Núcleo da Cegueira.

Membros do CBO, da Associação Médica Brasileira, da USP, da Unifesp e da Santa Casa de São Paulo farão uma manifestação hoje na Câmara Municipal paulistana contra o governo por não ter se manifestado em relação ao episódio da Venezuela e por ter suspendido os mutirões.

Os pernambucanos da cidade de Abreu e Lima foram levados à Venezuela, à revelia do governo brasileiro, como parte de um programa do governo Chávez chamado Misión Milagro, que realiza cirurgias de catarata de graça em pacientes pobres do continente. Entidades médicas do Brasil dizem que não foram consultadas e que, de qualquer forma, a oftalmologia brasileira é suficientemente avançada e não precisa de ajuda estrangeira. Os 79 brasileiros ainda estão sendo operados e sem data para voltar.

FORÇA-TAREFA

Os mutirões são uma espécie de força-tarefa que os hospitais fazem para atender o maior número de pessoas num único dia. Os pacientes fazem cerca de dez exames de visão e, se for o caso, saem com a data da operação marcada. Os mutirões são importantes porque esses pacientes já estão com a visão bastante comprometida e são pobres e mais velhos - não têm condições de se deslocar várias vezes para se submeter a todos os exames.

Até fevereiro, os hospitais ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) operavam e logo depois eram reembolsados - cerca de R$ 500 por cirurgia. No fim daquele mês, o ministério baixou uma portaria acabando com os mutirões. As operações passaram a fazer parte da Política de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade.

Agora os hospitais precisam apresentar um projeto - com os nomes dos que serão operados - à respectiva secretaria municipal ou estadual de Saúde. Aprovado, o projeto é levado ao ministério, que só então libera a verba. Os hospitais deixaram de operar livremente. Agora só podem fazê-lo após receber a verba federal.

Os médicos reclamam de duas coisas: não podem operar todas as pessoas que julgam necessárias - as secretarias podem impor limites - e todo o processo até a liberação da verba é demorado. "Cortamos funcionários e estamos recebendo ajuda financeira das cidades vizinhas", diz Tomás Scalamandré Mendonça, diretor do Hospital de Olhos de Taquaritinga (SP), que viu os recursos federais caírem de R$ 50 mil mensais para R$ 16 mil.

Por causa da mudança, o vendedor Valter Lúcio Pavanel, de 53 anos, passou por uma situação, segundo ele, absurda. Foi operado no ano passado de um dos olhos no Hospital de Sorocaba - de graça. A operação do segundo olho estava marcada para abril. Teve de ser cancelada por causa da falta de verbas. Para voltar a enxergar, ele se viu obrigado a pagar R$ 1 mil ao hospital. "Pagamos milhares de impostos, mas, quando precisamos usar o serviço de saúde, corremos o risco de morrer", diz ele.

No início da década de 90, o sistema público de saúde realizava cerca de 65 mil cirurgias de catarata por ano. Com o surgimento dos mutirões, em 1999, o número saltou para 300 mil. "Até então, conseguíamos responder bem à necessidade de cirurgias. Agora a demanda começa a ser novamente reprimida", diz Harley Bicas, presidente do CBO.

Os mutirões foram cancelados num ano eleitoral, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva provavelmente tentará a reeleição. O sistema é uma das marcas do PSDB, criado em 1999 pelo então ministro José Serra.

O Ministério da Saúde diz que a mudança dará transparência aos gastos, já que os hospitais terão de apresentar projetos antes das operações, e não mais simplesmente cobrar a fatura. Ainda segundo o ministério, as dificuldades estão ocorrendo por problemas de prefeituras e Estados na hora de levar os projetos ao governo federal. A Saúde diz que verbas já foram liberadas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência lembra às Srªs e aos Srs. Senadores que a sessão deliberativa ordinária de amanhã será às 10 horas. E lembra, também, que hoje é dia 12 de junho, Dia dos Namorados.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 10 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 14, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)
(Encontra-se Sobrestando a Pauta, nos Termos do § 6º do Art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador Edison Lobão

Prazo final: 4.7.2006

2
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, DE 2006
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinqüenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 6.7.2006

3
SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 64, DE 1999
(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

4
SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003
(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

5
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Regulamentação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Alvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida*.

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação*.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude*.

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira.*

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

21

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

22

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

23

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

25

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.)

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

12-6-2006
segunda-feira

11:00 – Reunião da Comissão Executiva Nacional do PMDB com os Presidentes de Diretórios Estaduais, Deputados, Senado-

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 07, DE 2006

Modifica a estrutura administrativa de órgãos da Secretaria-Geral da Mesa.

A COMISSÃO DIREITORA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 16 da Resolução nº. 9, de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. O presente Ato modifica a estrutura administrativa de órgãos da Secretaria-Geral da Mesa.

Art. 2º. O parágrafo único do art. 10 do Regulamento Administrativo do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 10.** .....

Parágrafo único. São órgãos da Secretaria Geral da Mesa:

I – Gabinete;

II – Assessoria Técnica;

III – Subsecretaria de Administração:

IV – Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento;

V – Serviço do Protocolo Administrativo;

VI – Serviço de Sinopse;

VII – Serviço de Distribuição de Avulsos e Apoio ao Plenário;

VIII – Serviço de Redação;

IX – Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal;

X – Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional;

XI – Secretaria de Comissões;

XII – Secretaria de Taquigrafia;

XIII – Secretaria de Ata; e

XIV – Secretaria de Expediente."

Art. 3º. A Subsecretaria de Administração, à qual compete prestar suporte administrativo nas áreas de pessoal, material e patrimônio e arquivo de todos os órgãos da Secretaria-Geral da Mesa, tem como órgãos: Gabinete; Serviço de Recursos Humanos; e Serviço de Apoio Logístico e Arquivo.

Art. 4º. A Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento passa a denominar-se Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento e tem como órgãos: Gabinete; Assessoria Técnica; Serviço de Apoio ao Conselho de Comunicação Social; Serviço de Apoio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e à Procuradoria Parlamentar; e Serviço de Apoio a Órgãos do Parlamento (Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência; Representação Brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul; Conselho da Ordem do Congresso Nacional; Conselhos responsáveis pelos Diplomas Darcy Ribeiro e Bertha Lutz).

Art. 5º. A Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal passa a denominar-se Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal e tem como órgãos: Gabinete; Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado; e Subsecretaria de Estatística, Conferência e Revisão.

§ 1º. A Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado compõe-se de: Gabinete; Serviço da Hora do Expediente; e Serviço da Ordem do Dia.

§ 2º. A Subsecretaria de Estatística, Conferência e Revisão compõe-se de: Gabinete; Serviço de Estatística; e Serviço de Conferência e Revisão.

Art. 6º. A Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional passa a denominar-se Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional e tem como órgãos: Gabinete; Serviço de Coordenação Legislativa do Congresso; Serviço de Estatística; e Serviço de Conferência e Revisão.

Art. 7º. A Subsecretaria de Taquigrafia passa a denominar-se Secretaria de Taquigrafia e tem como órgãos: Gabinete; Subsecretaria de Registro Taquigráfico do Plenário; Subsecretaria de Revisão Taquigráfica do Plenário; Subsecretaria de Supervisão Taquigráfica do Plenário; Subsecretaria de Registro e Apoio a Reuniões de Comissões; e Serviço de Apoio Técnico-Administrativo.

§ 1º. A Subsecretaria de Registro Taquigráfico do Plenário compõe-se de: Gabinete; Serviço de Registro Taquigráfico; e Serviço de Apoio Operacional.

§ 2º. A Subsecretaria de Revisão Taquigráfica do Plenário compõe-se de: Gabinete; Serviço de Registro Taquigráfico; e Serviço de Apoio Operacional.

§ 3º. A Subsecretaria de Supervisão Taquigráfica do Plenário compõe-se de: Gabinete; Serviço de Supervisão Taquigráfica; e Serviço de Montagem das Notas Taquigráficas.

§ 4º. A Subsecretaria de Registro e Apoio a Reuniões de Comissões compõe-se de: Gabinete; Serviço de Registro Taquigráfico em Comissões; e Serviço de Montagem de Notas Taquigráficas de Comissões.

Art. 8º. A Subsecretaria de Ata passa a denominar-se Secretaria de Ata e tem como órgãos: Gabinete; Subsecretaria de Redação do Expediente do Senado; Subsecretaria de Redação da Ordem do Dia do Senado; Serviço de Atas do Congresso Nacional; e Serviço de Apoio Operacional.

§ 1º. A Subsecretaria de Redação do Expediente do Senado compõe-se de: Gabinete; Serviço de Redação do Expediente; e Serviço de Conferência e Revisão do Expediente.

§ 2º. A Subsecretaria de Redação da Ordem do Dia do Senado compõe-se de: Gabinete; Serviço de Redação da Ordem do Dia; e Serviço de Conferência e Revisão da Ordem do Dia.

Art. 9º. A Subsecretaria de Expediente passa a denominar-se Secretaria de Expediente e tem como órgãos: Gabinete; Subsecretaria de Elaboração de Autógrafos e Redação Oficial; e Subsecretaria de Publicações Oficiais.

§ 1º. A Subsecretaria de Elaboração de Autógrafos e Redação Oficial compõe-se de: Gabinete; Serviço de Conferência e Revisão; e Serviço de Documentação Eletrônica.

§ 2º. A Subsecretaria de Publicações Oficiais compõe-se de: Gabinete; Serviço de Acompanhamento de Proposições; e Serviço de Pesquisa.

Art. 10. A estrutura administrativa da Subsecretaria de Comissões Permanentes da Secretaria de Comissões é acrescida de dois grupos de funções comissionadas constantes do Anexo II do Ato da Comissão Diretora nº. 16, de 8 de julho de 2004, para atender, respectivamente, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), criada pela Resolução nº. 22, de 2004, e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), criada pela Resolução nº. 1, de 2005.

Parágrafo único. Sempre que for criada uma Comissão Permanente, a Subsecretaria de Comissões Permanentes será acrescida de um grupo de funções comissionadas constantes do Anexo II referido no *caput*.

Art. 11. Para coordenar e executar as atividades do serviço de copa do "Café dos Senadores", previstas no art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1999, é criada uma função comissionada de Chefe de Serviço – FC-7, que integrará a estrutura de funções da Secretaria-Geral da Mesa.

Art. 12. A Secretaria de Recursos Humanos adaptará o Quadro de Pessoal do Senado Federal, na parte referente a funções comissionadas, em estrita consonância com a criação e transformação de funções necessárias para atender as modificações de estrutura efetuadas por este Ato, observando-se ainda que os efeitos dos arts. 3º e 4º do Ato da Comissão Diretora nº. 13, de 1998, estendem-se às Secretarias e Subsecretarias instituídas ou modificadas por este Ato, no limite ali previsto por órgão.

§ 1º. São criadas e transformadas as funções comissionadas necessárias para a implantação das modificações de estrutura efetuadas por este Ato, que serão providas exclusivamente por servidores do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

§ 2º. As atribuições das funções comissionadas criadas ou transformadas por este Ato são as previstas no Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº. 9, de 2000, e as não previstas serão definidas por Ato do Diretor Geral.

Art. 13. São mantidas as competências dos órgãos modificados por este Ato.

Parágrafo único. Ato do Diretor Geral disporá sobre as competências dos demais órgãos instituídos por este Ato.

Art. 14. A Comissão Diretora encaminhará ao Plenário projeto de resolução convalidando as alterações de que trata este Ato.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 18 de abril de 2006. Renan Calheiros – Tião Viana – Efraim Morais – Paulo Octávio – Eduardo Siqueira Campos.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 07, DE 2006

Modifica a estrutura administrativa de órgãos da Secretaria-Geral da Mesa

RETIFICAÇÕES

1) No art. 2º, que deu nova redação ao art. 10 do Regulamento Administrativo do Senado Federal,

onde se lê

"*V – Serviço de Protocolo Administrativo;*"

leia-se:

"*V – Serviço de Protocolo Legislativo;*".

2) No mesmo Ato, nas assinaturas,

onde se lê

"*Paulo Octávio*"

leia-se:

"*Alvaro Dias*".

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
n.º 134 /2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da resolução n.º 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, RESOLVE:

I - Prorrogar até o dia 31 de agosto de 2006 o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão Especial de que trata a Portaria n.º 121, de 2005, do Diretor-Geral, incumbida de promover o inventário geral do Senado Federal.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir de 26 de maio de 2006.

Senado Federal, 12 de Junho de 2006

Agaciel da Silva Maia,
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1029 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/997, 35/2002 e 58/2003,

RESOLVE:

nomear **FERNANDO SOARES DA SILVA,** para exercer o cargo em comissão, de Assistente Parlamentar - AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Comissão de Direitos Humanos e Legislação.

Senado Federal, 12 de Junho de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1030 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.104/06-2,**

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARCELA BATISTA SOARES**, matrícula n.º 191568, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-08, do Gabinete da Primeira-Secretaria.

Senado Federal, em 12 de Junho de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1031, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009162/06-2,**

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **PAULO SÉRGIO ALMEIDA DE MORAES**, matrícula n.º 194650, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-05, do Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 12 de Junho de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1032 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009103/06-6,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ACÁCIA DA SILVA AZEVEDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Efraim Morais.

Senado Federal, em 12 de Junho de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1033 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009143/06-8,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DAVIS MIRANDA DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Senado Federal, em 12 de Junho de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 1034 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **009.102/06-0,**

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FLÁVIA CAROLINA BRAZ ROCHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Secretaria.

Senado Federal, em 12 de Junho de 2006

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1035 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores ELIAS LYRA BRANDÃO, matrícula nº 13125, e WILMA ROSA LEITE FRAGA, matrícula nº 33689, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 008543/06-2 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de junho de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1036 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores LUCIANO FREITAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 32454, e JOÃO JOSÉ CÂNDIA NETTO, matrícula nº 49776, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 002395/06-1 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de junho de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1037 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o **Ato nº 9, de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores JOSÉ CARLOS MATTE, matrícula nº 52404, e JACINTO MUROWANIECKI, matrícula nº 52829, como gestores titular e substituto, respectivamente, do Processo nº 002130/06-8 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de junho de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia
PFL – Rodolpho Tourinho* S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro
BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão
PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará
PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro** S

Pernambuco
PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais
BLOCO-PL – Aelton Freitas* S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** S

Goiás
PMDB – Iris de Araújo* S
PFL – Demóstenes Torres **
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso
PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul
PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará
PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba
PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo
PSDB – João Batista Motta* S
PSDB – Marcos Guerra**S
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí
PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte
PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina
PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas
P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – João Tenório** S

Sergipe
PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas
PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná
PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre
BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado** S

Mato Grosso do Sul
PSDB – Juvêncio da Fonseca*
PTB – Antônio João **S
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal
PTB – Valmir Amaral* S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins
PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá
PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia
PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima
PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB [2]	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)
Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB
Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL [4]
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) [3]
Ney Suassuna [1]	3. Serys Slhessarenko [1]
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [2], PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

[1] Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.
[2] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[3] O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.
[4] O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.
Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB [4]
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) [3]
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [2], PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) [1]
PDT	
(vago)	1. (vago)

[1] Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.
[2] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[3] O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.
[4] O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL [3]
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB [2]
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

[2] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

[3] O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) [2]
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

[2] O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB [2]

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3.José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) [3]	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR [4]	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB [2]	6. (vago) [5]
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
[3] O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.
[4] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[5] O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR [2]
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Marcelo Crivella – PMR [2]	1. (vago) [3]
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

[2] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

[3] O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes [3]	1. (vago) [2]
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.
[3] O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)
Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) [4]	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes [3]	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB [2]	
PDT	
	1. Augusto Botelho

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
[3] O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005
[4] O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) [2]

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB [4]	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido [6] (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B [5] (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR [3]
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.
[3] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[4] O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.
[5] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
[6] O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT [8] (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR [5] (cedida pelo PFL) [1]	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido [7] (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) [4]
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [2], PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) [6]
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB [3]
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

[1] Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.
[2] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[3] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
[4] O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.
[5] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[6] O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.
[7] O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.
[8] O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR [1] [5]	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido [2] [6]	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) [4]
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) [7]	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [3], PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

[1] Vaga cedida pelo PFL
[2] Vaga cedida pelo PSDB
[3] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[4] O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.
[5] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[6] O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.
[7] A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) [3]	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) [2]
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.
[3] O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B [4]
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro [2]

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL [2]	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB [3]
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B [4]	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.
[3] O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005
[4] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB [1]

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB [1]	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [2], PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

[1] O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.
[2] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA "OPERAÇÃO POROROCA"
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL [1]
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [2], PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

[1] O Senador João Ribeiro desfiliou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005
[2] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) [6]	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B [5]	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) [7]
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) [2]
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR [4]	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.
[4] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[5] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
[6] O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.
[7] O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B [4]	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT [2]
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR [3]

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.
[3] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[4] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B [3]	1. (vago) [2]
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.
[3] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) [4]
Gerson Camata	5. (vago) [1]
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [3], PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR [5]
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) [6]
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

[1] O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

[2] O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

[3] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

[4] O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

[5] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

[6] A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas–feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta [2]
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR [3]	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

[2] O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

[3] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)
Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) [2]
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT [3]
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[2] O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.
[3] O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB(3)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, (1), PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) (2)
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
(2) O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.
(8) Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) [3]
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB [2]	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

[2] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

[3] O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B [4]	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, [1], PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR [3]
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

[1] O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.
[3] O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.
[4] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999
3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003
5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza[1]
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres[1]

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	**UF**	**Ramal**	**Suplentes**	**UF**	**Ramal**
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro[2] (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca[2] (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan[2] (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago)[3]		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges[2]	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Slhessarenko[2] (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)				2051	

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

[1] Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.
[2] Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.
[3] Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO [1]

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)[2]	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:
[1] Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.
[2] Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação 25.09.2003
5ª Designação 22.03.2005
6ª Designação 20.04.2005
7ª Designação 16.05.2005
8ª Designação 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	**PRESIDENTE** Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	**1º VICE-PRESIDENTE** Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	**2º VICE-PRESIDENTE** Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	**1º SECRETÁRIO** Senador Efraim Morais (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	**2º SECRETÁRIO** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	**3º SECRETÁRIO** Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	**4º SECRETÁRIO** Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	**LÍDER DA MAIORIA** Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA** Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho[1]

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	**PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO**	**EMANUEL SOARES CARNEIRO**
Representante das empresas de televisão (inciso II)	**GILBERTO CARLOS LEIFERT**	**ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO**
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	**PAULO R. TONET CAMARGO**	**SIDNEI BASILE**
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	**FERNANDO BITTENCOURT**	**ROBERTO DIAS LIMA FRANCO**
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	**(VAGO)[2]**	**CELSO AUGUSTO SCHRÖDER**
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	**EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO**	**MÁRCIO LEAL**
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	**BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA**	**STEPAN NERCESSIAN**
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	**GERALDO PEREIRA DOS SANTOS**	**ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**DOM ORANI JOÃO TEMPESTA**	**SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**ARNALDO NISKIER**	**GABRIEL PRIOLLI NETO**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO**	**PHELIPPE DAOU**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**ROBERTO WAGNER MONTEIRO**	**FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ**
Representante da sociedade civil (inciso IX)	**JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO**	**PAULO MARINHO**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

[1] Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso
[2] Vaga ocupada por Daniel Koslowsky Herz, falecido em 30.5.2006.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA[1]

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

---

[1] Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	**Vice-Presidente:** Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	**Secretário-Geral Adjunto:** Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS	
Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	**Deputado ALCEU COLLARES (PDT)** Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE FONTANA PT-RS	**LÍDER DA MAIORIA** NEY SUASSUNA PMDB-PB
LÍDER DA MINORIA JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** ALVARO DIAS PSDB-PR
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL ALCEU COLLARES PDT-RS	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 3.5.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO "DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO"

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS[1]

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros [2]

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

[1] Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

[2] Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 31,00**
Porte do Correio	**R$ 96,60**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 127,60**

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	**R$ 62,00**
Porte do Correio	**R$ 193,20**
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	**R$ 255,20**

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	**R$ 0,30**
Porte avulso	**R$ 0,80**

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	**GESTÃO 00001**

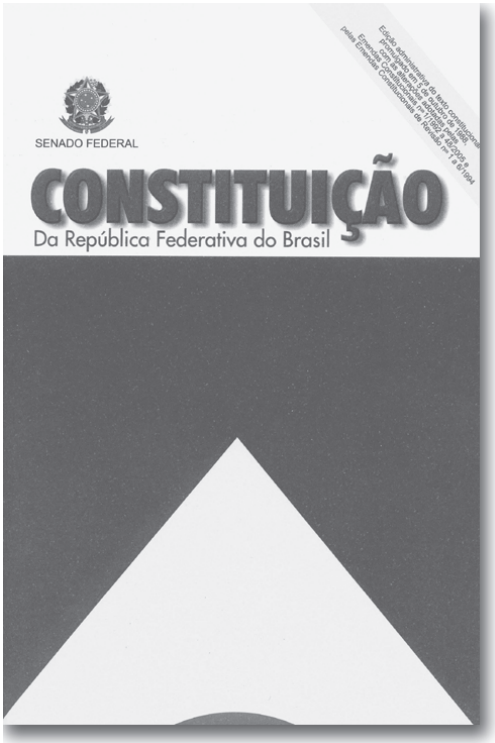
Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Adminstração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.

SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil (modelo econômico)



Publicação com atualização permanente. Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo

Para adquirir essa ou outra publicação:

1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)
Agência: 4201-3
A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP
Conta-corrente: 170.500-8
Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.

EDIÇÃO DE HOJE: 184 PÁGINAS